

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

FABIO HENRIQUE ALBUQUERQUE DE JESUS

**HORTAS URBANAS E PERIURBANAS DE CASCAVEL E MARINGÁ:
ENTRE A ORGANIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA À FOME**

**CAMPO MOURÃO - PR
2024**

FABIO HENRIQUE ALBUQUERQUE DE JESUS

**HORTAS URBANAS E PERIURBANAS DE CASCAVEL E MARINGÁ:
ENTRE A ORGANIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA À FOME**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana; políticas públicas; produção de espaço.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Anacleto.

**CAMPO MOURÃO - PR
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DE JESUS, Fabio Henrique Albuquerque
Hortas urbanas e periurbanas de Cascavel e Maringá: entre a organização e a resistência à fome / Fabio Henrique Albuquerque DE JESUS. -- Campo Mourão-PR, 2024.
119 f.

Orientador: Adilson Anacleto.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. agricultura urbana. 2. agricultura periurbana. 3. hortas comunitárias. 4. insegurança alimentar. 5. interdisciplinaridade. I - Anacleto, Adilson (orient). II - Título.

FABIO HENRIQUE ALBUQUERQUE DE JESUS

HORTAS URBANAS E PERIURBANAS DE CASCAVEL E MARINGÁ: ENTRE A ORGANIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA A FOME

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Adilson Anacleto (Orientador) - Unespar, Campo Mourão


Prof. Dr. Alessandro Vinícios Schneider - Unioeste, Palotina


Profª Dra. Andréa Machado Grooff - Unespar, Campo Mourão

Data de Aprovação

08/03/2024

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

A todos os agricultores urbanos que, mesmo diante de vários desafios, continuam resistindo e trabalhando diariamente em hortas comunitárias espalhadas por todas as regiões do Brasil. Em especial, aos agricultores urbanos das hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá que foram extremamente solícitos à proposta da presente pesquisa e são os verdadeiros protagonistas dessa dissertação.

AGRADECIMENTOS

Embora esta dissertação tenha sido desenvolvida durante dois anos, ela é o resultado ou produto de um processo de aprendizagem que engloba toda uma história de vida, na qual muitas pessoas impactaram significativamente, influenciando, conseqüentemente, o desenvolvimento do repertório relacionado à construção dessa pesquisa.

Seria impossível nomear todas as pessoas que passaram pela minha vida e contribuíram de alguma forma com o presente trabalho, mas posso destacar a minha família; amigos de infância; professores do ensino fundamental e da faculdade de psicologia; amigos e colegas da graduação e dos grupos de estudo de Análise do Comportamento; gestores; amigos de trabalho; a população que foi acompanhada por mim enquanto psicólogo do CRAS de Ubiratã; clientes de psicoterapia em consultório privado; e professores e pesquisadores que continuam desenvolvendo seu trabalho e democratizando seus conhecimentos por meio de pesquisas, artigos, cursos e palestras.

Tive o grande privilégio de ser selecionado pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), pois tanto os professores do programa como os amigos discentes do mestrado foram fundamentais para a construção dessa pesquisa, sem esquecer dos membros da banca examinadora, que fizeram pontuações e contribuições importantes para o aprimoramento da dissertação. Em especial, gostaria de agradecer ao professor Adilson Anacleto, por ter orientado todo o desenvolvimento do trabalho.

No município de Cascavel, o Setor Território Cidadão, por meio do coordenador, José Luiz Ferreira, foi profundamente receptivo à proposta de pesquisa, disponibilizando técnicos em conjunto com a COPCRAF para a apresentação das hortas de Cascavel aos pesquisadores. Na cidade de Maringá, a CerAUP/UEM, representada pelo seu coordenador, Ednaldo Michellon, disponibilizou todas as informações para o início da pesquisa de campo, que, sem estas pessoas e suas equipes, dificilmente seria realizada. Gratidão a todos os envolvidos dessas instituições.

Por fim, gostaria de agradecer profundamente aos agricultores urbanos que disponibilizaram seu tempo e aceitaram participar da pesquisa. Como pesquisador e como pessoa, me senti extremamente lisonjeado pela confiança que eles depositaram em mim, contando-me suas histórias de vida de forma tão consciente e com tanta coragem. Gratidão!

“La primera condición para cambiar la realidad
consiste en conocerla”.

(Eduardo Galeano)

JESUS, Fabio Henrique Albuquerque de. **Hortas urbanas e periurbanas de Cascavel e Maringá:** entre a organização e a resistência à fome. 119f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2024.

RESUMO

A dificuldade de acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para a alimentação familiar tem se agravado no Brasil na última década, sendo possível encontrar milhares de pessoas vivendo em condições classificadas como abaixo da linha da pobreza. Diante do problema, a agricultura urbana pode ser considerada como uma relevante estratégia social de diminuição da desigualdade social, por meio da promoção da segurança alimentar e da geração de renda. As cidades de Cascavel e Maringá, localizadas, respectivamente, nas mesorregiões Oeste e Noroeste do Paraná, apresentam situação similar à observada em outras regiões brasileiras, no entanto não existem estudos que revelem a real situação e a relevância das hortas urbanas e periurbanas desses municípios na promoção da segurança alimentar e nutricional. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo investigar se hortas comunitárias são capazes de fortalecer o tecido social e combater a fome nos municípios citados. A metodologia é caracterizada por pesquisa exploratória e descritiva, realizada junto a 30 produtores que atuam em quatro hortas comunitárias (duas de Cascavel e duas de Maringá). Os resultados foram organizados por intermédio da estatística descritiva e analisados por meio de abordagem interdisciplinar. Eles revelam que as hortas comunitárias pesquisadas não estão sendo eficientes para o fortalecimento da coesão social e não estão sendo uma política pública eficaz de promoção da segurança alimentar e nutricional entre os agricultores urbanos das hortas comunitárias pesquisadas. A investigação identificou e pontuou os principais problemas que impedem que as hortas comunitárias pesquisadas sejam uma ferramenta eficaz para o combate à fome, orientando possíveis caminhos para a gestão organizacional desses espaços, bem como para a proposição de políticas públicas que contribuam para o fortalecimento de programas de hortas comunitárias como estratégias sociais eficientes na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Agricultura urbana, Agricultura periurbana, Hortas comunitárias, Insegurança alimentar, Interdisciplinaridade.

JESUS, Fabio Henrique Albuquerque de. **Urban and peri-urban gardens in Cascavel and Maringá: between organization and resistance to hunger.** 119f. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2024.

ABSTRACT

The difficulty of accessing food in sufficient quantity and quality for family meals has worsened in Brazil over the last decade, with thousands of people living in conditions classified as below the poverty line. Urban agriculture can be considered a relevant social strategy for reducing social inequality by promoting food security and income generating. The cities of Cascavel and Maringá, located respectively in the West and Northwest mesoregions of Paraná, have a similar situation to that observed in other Brazilian regions. However, there are no studies that reveal the real situation and relevance of urban and peri-urban gardens in promotion food and nutrition security. In this context, the aim of this study was to investigate whether community gardens are capable of strengthening social cohesion and combating hunger in these cities. The methodology is characterized by exploratory and descriptive research, carried out with 30 producers who work in four community gardens (two in the city of Cascavel and two in the city of Maringá). The results were organized using descriptive statistics and analyzed using an interdisciplinary approach. The results reveal that the community gardens surveyed are not being effective in strengthening social cohesion and are not an effective public policy for promoting food and nutritional security among the urban farmers in the community gardens surveyed. The research identified and pointed out the main problems that prevent the community gardens surveyed from being an effective tool for combating hunger, guiding possible paths for the organizational management of these spaces as well as for proposing public policies that contribute to strengthening community garden programs as efficient social strategies for promoting food and nutritional security.

Keywords: Urban agriculture, Peri-urban agriculture, Community gardens, Food insecurity, Interdisciplinarity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Matrix com as perguntas aplicadas aos participantes da pesquisa.....	22
Figura 2 - Localização geográfica da cidade de Cascavel – Estado do Paraná.....	43
Figura 3 - Avaliação ODS na cidade de Cascavel.....	44
Figura 4 – Localização geográfica da cidade de Maringá – Estado do Paraná.	47
Figura 5 – Avaliação ODS na cidade de Maringá.....	47
Figura 6 – Representação gráfica da Total Performance System.....	58
Figura 7 – Hortas comunitárias de Cascavel	73
Figura 8 – Quadro de avisos e levantamento das espécies de hortaliças plantadas em uma das hortas de Maringá.....	74
Figura 9 – Barraca para vendas de hortaliças em uma das hortas de Cascavel.....	76
Figura 10 – Hortas comunitárias de Maringá.....	78
Figura 11 – Matrix dos agricultores das hortas de Cascavel e Maringá.....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações e Políticas Públicas para AUP	45
Quadro 2 – Aspectos da Institucionalização da AUP	45
Quadro 3 – Ações e Políticas Públicas de Cascavel para AUP	45
Quadro 4 – Aspectos da Institucionalização da AUP no município de Cascavel	46
Quadro 5 – Ações e Políticas Públicas de Maringá para AUP	49
Quadro 6 – Aspectos da Institucionalização da AUP no município de Maringá	49
Quadro 7 – Principais Teorias da Administração (continua)	52
Quadro 8 – Tipos de complexidades organizacionais das hortas comunitárias	59
Quadro 9 – Princípios de cooperação nas hortas de Cascavel e Maringá (continua)	80
Quadro 10 – Similitudes entre os programas de hortas comunitárias de Cascavel e Maringá (continua).....	83
Quadro 11 – <i>Total Performance System</i> de Cascavel e Maringá (perspectiva dos agricultores) (continua).....	88
Quadro 12 – Análise SWOT das hortas comunitárias	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa etária dos agricultores de Cascavel e Maringá (%).....	69
Tabela 2 – Composição familiar: número de pessoas vivendo na residência do agricultor(a) de Cascavel e Maringá (%)	70
Tabela 3 – Escolaridade do agricultor(a) de Cascavel e Maringá (%)	70
Tabela 4 – Média de renda mensal dos agricultores de Cascavel e Maringá (%)	72
Tabela 5 – Segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar dos agricultores de Cascavel e Maringá (%)	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUP Agricultura Urbana e Periurbana

CerAUP Centro de Referência de Agricultura Urbana

CESAN Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

CNSAN Conferência Nacional na Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA/PR Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

COPCRAF Cooperativa da Reforma Agrária e Agricultura Familiar

EBIA Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

FAO Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

OBM *Organizational Behavior Management*

ODM Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG Organização Não Governamental

ONU Organizações das Nações Unidas

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PIB Produto Interno Bruto

PMAUP Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Cascavel

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SISAN Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

TGA Teoria Geral da Administração

TGS Teoria Geral dos Sistemas

TPS *Total Performance System*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
2	AGRICULTURA URBANA: UMA ALTERNATIVA NA SELVA DE PEDRA .	28
2.1	O PROBLEMA DA FOME NO BRASIL.....	30
<i>2.1.1</i>	<i>A fome na definição da agenda e a AUP como estratégia de combate à fome</i>	<i>31</i>
2.2	AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: ENTRE O CONCEITO E A ORGANIZAÇÃO	33
<i>2.2.1</i>	<i>Formas de organização</i>	<i>35</i>
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE AUP EM NÍVEL FEDERAL	36
2.4	AUP NO ESTADO DO PARANÁ	38
<i>2.4.1</i>	<i>Políticas Públicas de AUP no Paraná.....</i>	<i>41</i>
2.5	CASCADEL: A “CAPITAL” DO OESTE DO PARANÁ.....	42
<i>2.5.1</i>	<i>Políticas Públicas Municipais de AUP: Cascavel.....</i>	<i>44</i>
2.6	MARINGÁ: ALÉM DA CIDADE CANÇÃO.....	46
<i>2.6.1</i>	<i>Políticas Públicas Municipais de AUP: Maringá</i>	<i>47</i>
3	O “VOO DA HARPIA” SOBRE AS HORTAS COMUNITÁRIAS ENQUANTO ORGANIZAÇÕES	50
3.1	ORGANIZAÇÕES SOB UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	51
<i>3.1.1</i>	<i>Teoria dos Sistemas</i>	<i>53</i>
3.2	ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.....	55
<i>3.2.1</i>	<i>Análise do Comportamento e Teoria Geral dos Sistemas</i>	<i>56</i>
3.3	MODELOS DE GESTÃO ORGANIZACIONAL	60
3.4	ECONOMIA SOLIDÁRIA E CIÊNCIA COMPORTAMENTAL CONTEXTUAL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL	62
<i>3.4.1</i>	<i>Economia Solidária e Agroecologia</i>	<i>65</i>
4	HORTAS COMUNITÁRIAS DE CASCADEL E MARINGÁ.....	69
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS HORTAS DE CASCADEL E MARINGÁ EM NÍVEIS DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS	69
4.2	COOPERATIVISMO E O EQUILÍBRIO ENTRE INTERESSES INDIVIDUAIS E COLETIVOS DOS AGRICULTORES URBANOS	79
4.3	FLEXIBILIDADE PSICOLÓGICA NAS HORTAS COMUNITÁRIAS	81
4.4	HORTAS COMUNITÁRIAS E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	81
4.5	SIMILITUDES E DISCREPÂNCIAS ENTRE AS CIDADES AVALIADAS.....	82
4.6	HORTAS COMUNITÁRIAS: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR APLICADA AOS SISTEMAS ORGANIZACIONAIS EXISTENTES.....	86
4.7	AGRICULTORES URBANOS DE CASCADEL E MARINGÁ, O SEU LUGAR DE FALA E UMA VIDA EM COMPROMISSO COM SEUS VALORES	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97

REFERÊNCIAS	100
--------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento foi por muito tempo sinônimo de crescimento econômico, de industrialização e de urbanização. Este conceito de desenvolvimento associado ao crescimento econômico não levou em consideração os problemas que a urbanização acelerada e sem planejamento trouxe para a sociedade. Uma de suas consequências são os problemas relacionados a desigualdade social. Nesse cenário, especialmente a população mais pobre é afetada com alta de preços, escassez de alimentos e de água, enchentes, desemprego, falta de moradia e de saneamento básico (Amaro, 2003; Amaro, 2017).

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, sendo o nono em termos de desigualdade quando se trata da distribuição de renda entre seus habitantes. No ano de 2018, 10% da população com menor renda detinham apenas 0,8% dos rendimentos, enquanto os 10% com maior renda detinham 42,9%. Em 2022, a desigualdade permanece, pois o rendimento médio do 1% da população que ganha mais era de R\$ 17.447 equivale a 32,5 vezes o rendimento dos 50% que ganham menos de R\$ 537,00 (IBGE, 2020; IBGE 2022).

Conforme Sousa *et al.* (2019) e Pessôa (2021), nos últimos anos, o Brasil tem vivido uma grande crise política e econômica, com a inflação encarecendo alimentos básicos da mesa do cidadão. A economia brasileira foi atingida no ano 2021 por diversos fatores externos e internos, destacando-se a pandemia da Covid-19. Estes fatores afetaram significativamente a segurança alimentar no país, no qual a população pobre foi a mais afetada.

A partir de 2016, ocorreram desmontes das políticas públicas de garantia de direitos de sistemas alimentares e de combate à fome. Tal cenário contribui para o aumento da pobreza e para a piora das condições de vida de considerável parcela da população. Entre os anos de 2017 e 2018, cerca de 3,1 milhões de famílias brasileiras vivenciaram a experiência da fome. Calcula-se que no ano de 2022 cerca de 33 milhões de brasileiros estavam em classificação de insegurança alimentar grave (Bernardez *et al.*, 2021; Penssan, 2022).

Segundo Brito e Baptista (2021), o não enfrentamento das desigualdades sociais torna a fome uma questão persistente e estrutural no Brasil. Retirar a pauta da fome do lugar de visibilidade fragiliza a luta política e institucional da segurança alimentar e nutricional e não avança na construção de um projeto de justiça social para o país.

A desigualdade social e a pobreza não são fenômenos regionais, já que praticamente todas as cidades do Brasil contam com pessoas abaixo da linha da pobreza. Nesse contexto, a Agricultura Urbana e Periurbana pode ser vista como uma estratégia social de diminuição da

desigualdade social, por meio da promoção da segurança alimentar e de geração de renda (Curan; Marques, 2021).

A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é definida como a produção alimentar e não alimentar que ocorre em áreas urbanas e periurbanas. Estas produções são praticadas de diversas formas, englobando desde hortas em quintais de residências, hortas escolares, hortas comunitárias e até a criação de animais (Madaleno, 2001; Madaleno, 2002).

De acordo com Branco e Alcantara (2011), no Brasil, a partir da década de 1980, a Agricultura Urbana e Periurbana começou a ganhar impulso, mas somente a partir do século XXI que ela começou a fazer parte da política nacional de redução de pobreza e segurança alimentar. A AUP desenvolve-se no país principalmente com o objetivo de lidar com temas complexos como a fome, a segurança alimentar, a pobreza, a desigualdade social e o desemprego, ou seja, problemas estruturais que fazem parte da história brasileira.

Apesar da relevância da AUP para os problemas sociais que o país enfrenta, a academia científica até o momento não tem demonstrado grande interesse em pesquisas na área. As publicações sobre AUP no Brasil iniciaram-se no ano de 2000, com a pesquisadora portuguesa Isabel Madaleno. Entre os anos de 2000 e 2016, foram encontradas somente 27 pesquisas em periódicos nacionais sobre a agricultura urbana (Alves; Moura; Schults, 2019).

Estes dados convergem com Correa *et al.* (2020), que realizaram uma revisão sistemática sobre as principais publicações sobre agricultura urbana no mundo, entre os anos de 2012 e 2017. Os artigos encontrados foram agrupados de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países onde os estudos foram realizados. Os autores selecionaram para sua pesquisa 164 artigos, sendo 107 desenvolvidos em países de IDH muito alto. Os Estados Unidos lideram o *ranking* de publicações. Ao analisar os estudos publicados em países de IDH alto (no qual o Brasil está classificado), existe um grande declínio. Nesse grupo, foram encontrados somente 22 artigos publicados.

Estes dados apontam que países com IDH muito alto, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Reino Unido, Alemanha e Suíça, estão investindo muito mais em pesquisas sobre os mais variados temas e subtemas dentro da área da agricultura urbana do que países como o Brasil. Isto vem em encontro com o que dizem Lara *et al.*, (2019), em uma pesquisa sobre a produção acadêmica referente a AUP no Brasil na qual concluíram que, apesar da importância do tema, existe uma grande lacuna no meio acadêmico nacional em relação a estudos sobre o assunto.

Mesmo com a falta de apoio financeiro do governo e a falta de interesse da academia pelo tema, as iniciativas de AUP em suas mais variadas formas estão sendo desenvolvidas por

indivíduos ou organizações e continuam resistindo e crescendo em diversas regiões brasileiras (Sousa; Calaça, 2019).

O Paraná é um estado que tem em sua história uma forte tradição de agricultura rural. Grande parte da população rural, ao migrar para cidades, trouxe essa cultura por meio do cultivo de frutas e verduras nos seus quintais ou em terrenos abandonados. No Noroeste do estado, a cidade de Maringá tem se destacado no desenvolvimento da AUP.

O Projeto Hortas Comunitárias de Maringá foi implantado no ano de 2007 e recebeu, no ano de 2011, o prêmio Fundação Banco do Brasil de tecnologia social na construção de políticas públicas para erradicação da pobreza. A iniciativa foi se consolidando e, no ano de 2023, o município de Maringá contava com 40 hortas comunitárias, localizadas em diferentes regiões da cidade, e que beneficiavam 1.225 famílias (Serafim; Dias, 2013; Maringá, 2023).

A cidade de Cascavel, no Oeste do Paraná, iniciou o projeto de AUP no ano de 2017 e, no ano de 2023, o município contava com cerca de 200 famílias cadastradas, em 55 hortas comunitárias espalhadas. As famílias cadastradas no projeto estavam em situação de vulnerabilidade social e precisavam efetivamente de alimentação de qualidade e geração de renda (Cascavel, 2023).

Apesar da relevância social que as hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá têm para a população em situação de vulnerabilidade social, existe uma grande lacuna de pesquisas que descrevam as formas de organização desses produtores e revelem para essas regiões a real situação e relevância dessas hortas. Nesse viés, o problema de pesquisa investigado foi: as formas de organização dos produtores de hortas urbanas e periurbanas são capazes de fortalecer o tecido social e combater a fome nas cidades de Cascavel e Maringá?

Justificando a importância da pesquisa, de acordo com o Instituto Penssan (2022), somente no estado do Paraná mais de um milhão de paranaenses estão em situação de insegurança alimentar. Nesse contexto, a pesquisa busca pontuar e descrever as limitações e potencialidades do sistema organizacional das hortas urbanas e periurbanas comunitárias nas cidades de Cascavel e Maringá, bem como aferir se elas se constituem como alternativa para a diminuição da fome.

Ainda se pretende orientar possíveis caminhos para a gestão coletiva desses espaços bem como para a proposição de políticas públicas para o fortalecimento desses grupos de produtores. Espera-se, ainda, que os dados levantados na presente pesquisa possam contribuir para o desenvolvimento e a estruturação de novos programas de hortas comunitárias.

A presente pesquisa, tendo como base o diálogo interdisciplinar entre Psicologia, Agronomia, Administração, Economia e Políticas Públicas, tem como objetivo geral investigar

se as formas de organização dos produtores de hortas em áreas urbanas e periurbanas são capazes de fortalecer o tecido social e combater a fome nas cidades de Cascavel e Maringá.

Para o alcance do objetivo geral, foram elaborados três objetivos específicos:

1) compreender a atual situação da agricultura urbana e das hortas comunitárias nas cidades de Cascavel e Maringá. Este objetivo específico é explorado na segunda seção da presente dissertação na qual as cidades de Cascavel e Maringá são classificadas por meio de um modelo que permitiu a identificação das políticas públicas de AUP e das hortas comunitárias das cidades pesquisadas;

2) analisar a complexidade dos sistemas organizacionais existentes nas hortas comunitárias por meio da abordagem interdisciplinar. A seção três da presente dissertação tem como guia este objetivo específico. Nessa seção são apresentadas as áreas do conhecimento científico que irão estabelecer um diálogo interdisciplinar para a compreensão das hortas comunitárias como organizações complexas;

3) compreender a distribuição das hortas comunitárias selecionadas em níveis demográficos, socioeconômicos, organizacionais e comportamentais. Os dados coletados por meio da pesquisa de campo são analisados na quarta seção. Por meio da triangulação teórica, de métodos e de dados foi possível realizar a compreensão das hortas comunitárias nos níveis propostos.

1.1 Procedimentos metodológicos

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva, pois seu interesse está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade. Estudos exploratório-descritivos combinados têm por objetivo descrever profundamente determinado fenômeno (Marconi; Lakatos, 2017).

Para uma compreensão mais profunda e ampliada das hortas comunitárias, optou-se pela utilização do conceito de triangulação. Segundo Flick (2009), o conceito de triangulação significa que o problema de pesquisa será considerado a partir de pelo menos dois pontos. Geralmente, a consideração de dois ou mais pontos se materializa usando-se diferentes abordagens metodológicas.

Denzin (2017) distingue os tipos de triangulação que podem ser aplicados em pesquisas. Dentre ele, destacam-se: 1) Triangulação de dados: significa o uso de diferentes fontes de dados na pesquisa; 2) Triangulação de teorias: significa analisar os dados a partir de múltiplas teorias;

3) Triangulação de métodos: representa a aplicação de diferentes métodos ao mesmo fenômeno. Para a presente pesquisa, foram utilizados os conceitos de triangulação de teorias, de métodos e de dados.

Essa dissertação teve início com a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre as áreas da Agronomia, Psicologia, Políticas Públicas, Administração e Economia, a partir de registros disponíveis em livros, artigos, dissertações e teses que foram devidamente publicados e registrados. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador uma cobertura mais ampla do fenômeno a ser estudado (Gil, 2002; Severino, 2017).

Buscando ampliar a compreensão do fenômeno estudado, também foi utilizado o método da pesquisa documental, por meio do qual foram identificadas as principais leis e diretrizes de agricultura urbana e periurbana em níveis federal, estadual e municipal. As leis são uma fonte rica e estável de dados que permite a realização de análises de políticas públicas que podem ser complementares aos dados encontrados na pesquisa bibliográfica (Gil, 2002).

A triangulação de métodos, na presente pesquisa, combinou as abordagens qualitativa e quantitativa. De acordo com Gunther (2006) e Ramos (2013), o pesquisador não deveria escolher entre um método e outro, mas utilizar as abordagens qualitativas e quantitativas que se adequam ao seu problema de pesquisa. À medida que os objetivos da pesquisa são multifacetados, comportam mais de um método. O uso dos métodos quantitativos ou qualitativos depende diretamente do problema, das hipóteses e dos objetivos de pesquisa. Cada método e técnica de pesquisa fornece uma perspectiva diferente do mundo social.

Conforme Martins (2004), a abordagem qualitativa privilegia a análise de micro processos, por meio do estudo das ações sociais, individuais e grupais. A preocupação básica é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la.

A abordagem qualitativa nesta pesquisa está alinhada a compreensão e identificação das relações interpessoais dos participantes, suas formas de organização, cooperação, sentimentos de pertencimento ao grupo, valores coletivos compartilhados, estilos de gestão, flexibilidade psicológica e ao entendimento de como os participantes se sentem em relação a horta comunitária.

Paralelamente, também buscou-se identificar se as hortas comunitárias pesquisadas têm cumprido o objetivo de ser uma forma de combater a fome na vida de seus participantes. Para a mensuração dessa variável, foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, uma escala psicométrica de alta validade para o diagnóstico da insegurança alimentar no Brasil.

Trata-se de um método quantitativo que mede um fenômeno de natureza social (Péres-Escamilla, *et al.*, 2004).

Conforme Ramos (2013), o uso da abordagem quantitativa para análise de problemas sociais possui alguns propósitos básicos como: descrever grupos sociais, estabelecer relações causais e inferir resultados de uma população obtidos por meio de uma amostra. A aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar foi o instrumento psicométrico que identificou se os produtores das hortas comunitárias estavam ou não em situação de insegurança alimentar.

A análise quali-quantitativa desenvolvida trabalhou com métodos de procedimentos estatísticos e funcionais, nos quais o modelo da Análise do Comportamento, por meio de suas ferramentas conceituais, buscou identificar relações funcionais entre os eventos envolvidos no fenômeno social.

Os processos estatísticos permitem obter conjuntos complexos, representações e constatar se essas verificações têm relações entre si. Já o método funcionalista estuda a sociedade e o comportamento humano, do ponto de vista da função de suas unidades. Considera-se que os homens agem sobre o mundo, modificando-o e são, por sua vez, modificados pelas consequências de sua ação (Skinner, 1957; Marconi; Lakatos, 2017).

A pesquisa de campo iniciou-se com a seleção de quatro hortas comunitárias consolidadas das cidades de Cascavel e Maringá, duas de cada município. Partindo da hipótese de que quanto mais antigas essas hortas mais consolidadas elas estão, o critério para a seleção foi o tempo de funcionamento dessas hortas que deveriam ter, no mínimo, quatro anos de existência.

De acordo com a lei nº 6.874, de 16 de julho de 2018, o setor Território Cidadão ficou responsável pelo desenvolvimento e coordenação do Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Cascavel. A pesquisa de campo na cidade iniciou-se com o contato dos pesquisadores com a coordenação do setor Território Cidadão que foi extremamente solícita à proposta da pesquisa e indicou as duas hortas comunitárias mais consolidadas do município, além de ter disponibilizado técnicos da Cooperativa da Reforma Agrária e Agricultura Familiar (COPCRAF) para apresentação dos pesquisadores aos produtores das hortas comunitárias selecionadas (Cascavel, 2018).

A pesquisa de campo na cidade de Maringá iniciou-se por meio do contato com a Coordenação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CerAUP), ligado à Universidade Estadual de Maringá (UEM), que atua juntamente com a Prefeitura de Maringá na assistência técnica do Programa Hortas Comunitárias de Maringá. A Coordenação do

CerAUP forneceu informações sobre o Programa e indicou as duas hortas comunitárias que foram selecionadas para a coleta de dados.

Foram selecionados 30 agricultores participantes da pesquisa, sendo 16 de Maringá e 14 de Cascavel. O único critério para participação no projeto foi que o participante fosse agricultor cadastrado de uma das hortas comunitárias selecionadas. O não estabelecimento de um tempo mínimo de pertencimento do agricultor na horta comunitária está relacionado à possibilidade de medida de comparação entre agricultores mais antigos e mais novos, em relação aos objetivos da pesquisa. Com isso, obteve-se uma amostra heterogênea dos participantes em termos de gênero, raça, idade e tempo de adesão à horta.

Para a compreensão das hortas e coleta de dados sobre as formas de organização, cooperação, flexibilidade psicológica e insegurança alimentar, utilizou-se os instrumentos de entrevista semiestruturada, formulário, a ferramenta da Matrix, a Escala de Flexibilidade Psicológica no Trabalho e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA).

A técnica da entrevista foi selecionada por permitir ao pesquisador obter, por meio do diálogo com questões previamente estabelecidas, a percepção do universo dos entrevistados. As respostas também podem ser separadas por categorias, sendo assim muito úteis para o desenvolvimento de levantamentos sociais (Severino, 2017).

As perguntas da entrevista foram estruturadas e organizadas por meio das seguintes categorias: 1) dados demográficos; 2) tempo de adesão à horta; 3) dados socioeconômicos; 4) dados socioambientais; 5) dados socioculturais; 6) infraestrutura; 7) condições de acesso à horta; 8) dados políticos; 9) impactos que as hortas trouxeram na vida dos participantes.

Segundo Gil (2002), formulário pode ser definido como um instrumento de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas. O formulário foi escolhido como instrumento para coleta de dados na presente pesquisa com o objetivo de facilitar a compreensão dos participantes, pois a princípio não se sabia o nível de escolaridade de cada um. O formulário, como um instrumento no qual o pesquisador faz a leitura da pergunta e anota as respostas, pode evitar algum tipo de constrangimento do participante.

O formulário aplicado na pesquisa de campo foi elaborado tendo como base os oito princípios de governança cooperativa de Elinor Ostrom, que recebeu o prêmio Nobel de Ciências Econômicas, em 2009. São eles: 1) limites definidos; 2) regras adaptadas às condições locais; 3) acordo coletivo; 4) supervisão e monitoramento; 5) punições graduais; 6) resolução de problemas; 7) reconhecimento externo da organização; 8) governança policêntrica.

Tais princípios foram operacionalizados em perguntas que foram aplicadas aos participantes por meio do formulário. Com isso, foi possível identificar, de acordo com a perspectiva dos agricultores, quais princípios de cooperação ocorriam nas hortas comunitárias selecionadas.

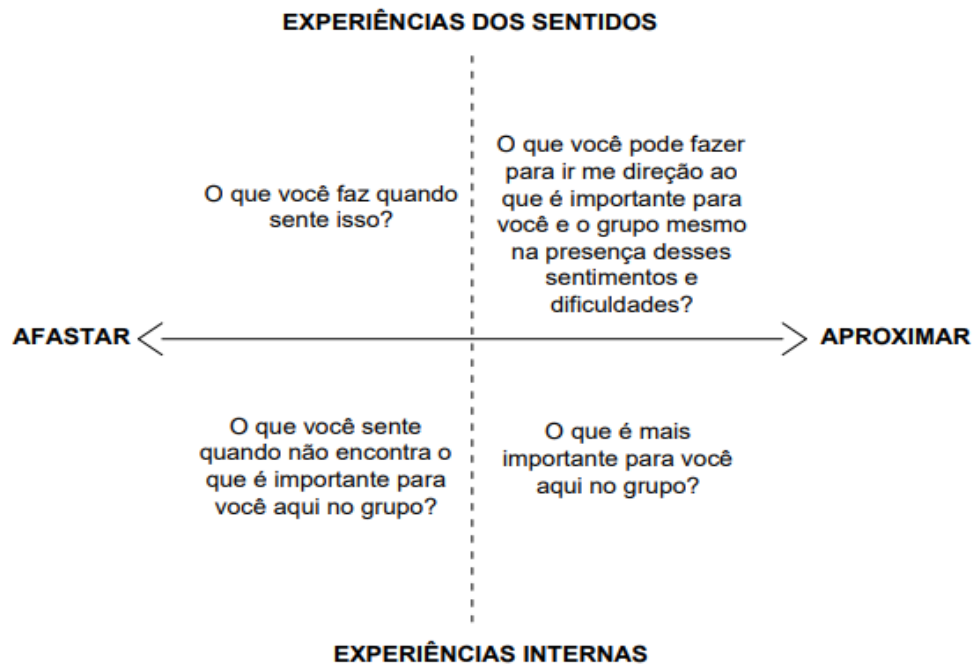
Nenhum dos princípios de Ostrom é particularmente novo, pois muitos grupos os conhecem, mas não os seguem. A área da Psicologia, especificamente a Ciência Comportamental Contextual, buscou refinar os princípios de cooperação de Ostrom para que sejam aplicados de maneira flexível. Nesse sentido, foram incluídas evidências e instrumentos da Psicologia por meio do conceito de flexibilidade psicológica (Atkins; Wilson e Hayes, 2019).

De acordo Hayes (2019), a flexibilidade psicológica é a capacidade de sentir com abertura, vivendo a experiência do momento presente e de mover sua vida em direções que são importantes. Trata-se de um conceito que envolve um conjunto de habilidades inter e intrapessoais e é considerado a pedra angular da saúde mental. Refere-se a uma maneira de interagir com as experiências internas que avança em direção a valores escolhidos, enquanto a inflexibilidade psicológica reflete adesão rígida a pensamentos e sentimentos de modo que a vida valorizada seja comprometida (ONG, *et al.*, 2019; Landi, *et al.*, 2021).

A ferramenta da Matrix foi escolhida por ser um instrumento qualitativo de simples aplicação desenvolvido por pesquisadores da Ciência Comportamental Contextual. A Matrix é um diagrama que representa de forma simples o modelo de flexibilidade psicológica. Ela indica se o que fazemos está nos distanciando ou aproximando de nossos valores e busca também pontuar variáveis que distanciam ou aproximam o indivíduo e grupos de seus valores (Polk; Schoendorff, 2014).

A Figura 1, é uma representação do diagrama da Matrix que foi aplicado aos participantes da pesquisa. Por meio das perguntas em cada quadrante, buscou-se identificar os valores individuais e coletivos dos agricultores e as classes comportamentais que afastavam ou os aproximavam de seus valores. No quadrante inferior direito, foram identificados os valores pessoais e coletivos dos agricultores e no quadrante inferior esquerdo os principais sentimentos que afastavam os agricultores de seus valores. No quadrante superior esquerdo, identificaram-se quais comportamentos os agricultores apresentavam que afastavam eles de seus valores e no quadrante superior direito quais comportamentos que os agricultores apresentavam que os levavam em direção aos seus valores.

Figura 1 - Matrix com as perguntas aplicadas aos participantes da pesquisa



Fonte: Adaptado de Atkins, Wilson e Hayes (2019)

A aplicação da ferramenta da Matrix com os agricultores permitiu a identificação de valores individuais de cada participante da pesquisa, a análise de valores coletivos das hortas comunitárias e um diagrama geral do modelo de flexibilidade psicológica das hortas comunitárias pesquisadas. Este diagrama é apresentado na seção quatro da presente pesquisa.

No ambiente de trabalho, a flexibilidade psicológica se refere à capacidade de emissão de comportamentos condizentes com a execução das metas laborais. Trabalhar dentro de hortas comunitárias exige esforço físico e mental. Para muitas pessoas, o trabalho compreende uma parcela significativa da vida. Quanto maior o nível de flexibilidade psicológica no ambiente de trabalho, maior será o desempenho e a saúde mental do trabalhador (Bond; Bunce, 2003).

Complementando os dados coletados por meio da ferramenta da Matrix, com o objetivo de mensurar o nível de flexibilidade psicológica de cada participante da pesquisa, foi aplicada a Escala de Flexibilidade Psicológica no Trabalho. Esta é a principal escala utilizada para mensuração de níveis de flexibilidade psicológica no ambiente de trabalho (Bond; Lloyd; Guenole, 2013).

A Escala de Flexibilidade Psicológica no Trabalho foi selecionada como instrumento de aplicação por ser uma escala validada nacionalmente e internacionalmente, permitindo verificar

o nível de flexibilidade psicológica no ambiente de trabalho dos agricultores das hortas comunitárias pesquisadas e correlacionar esta variável com os outros instrumentos de pesquisa.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), conforme Sardinha (2014), é uma escala psicométrica de alta validade para o diagnóstico da insegurança alimentar no Brasil. Ela é o principal instrumento utilizado pelas agências governamentais e pela academia para a mensuração da insegurança alimentar, sendo uma escala de método quantitativo que mede um fenômeno de natureza social, permitindo identificar com precisão se os agricultores entrevistados estão ou não em situação de insegurança alimentar.

A correlação dos dados coletados por meio da entrevista, do formulário, da Matrix, da Escala de Flexibilidade Psicológica no Trabalho e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar permitiu identificar e compreender se as formas de organização dos agricultores de hortas em áreas urbanas e periurbanas são capazes de fortalecer o tecido social e combater a fome nas cidades de Cascavel e Maringá.

Conforme Azevedo *et al.*, (2013), a triangulação pode combinar métodos e fontes de coleta de dados qualitativos e quantitativos, assim como diferentes métodos de análise dos dados. Seu objetivo é contribuir não apenas para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas, mas também permitir surgir novas e mais profundas dimensões de análise para a compreensão do fenômeno estudado.

Com o objetivo de realizar uma análise de dados que contribua para a investigação e compreensão do fenômeno estudado, sob o olhar de múltiplas perspectivas, foi adotada a análise de dados por meio da triangulação dos dados de fontes e perspectivas distintas que se convergem. Por isso, foram selecionadas quatro hortas comunitárias, de modo a ter uma descrição mais detalhada dos fenômenos e possibilidade de fazer comparações entre as fontes.

Segundo Fernandez-Rios (2010), a interdisciplinaridade deve considerar a integração crítica de informações, conceitos e instrumentos das diferentes disciplinas, na busca de soluções para os problemas reais da nossa sociedade. Diante da complexidade que envolve o problema da presente pesquisa, se fez necessária a colaboração interdisciplinar entre diferentes áreas do conhecimento científico. Em suma, para compreensão e análise dos dados, a abordagem do presente estudo é necessariamente interdisciplinar, envolvendo diálogos entre as áreas da Psicologia, Agronomia, Administração, Políticas Públicas e Economia.

Os dados obtidos foram organizados e analisados de forma interdisciplinar por meio da triangulação de teorias. Assim, os dados foram analisados por meio de ferramentas conceituais da Análise do Comportamento, uma linha teórica da psicologia. A principal ferramenta da

Análise do Comportamento para o estudo do comportamento humano é a Análise Funcional do Comportamento.

O conceito de contingência é fundamental para a realização da Análise Funcional. As contingências são as probabilidades que relacionam determinados eventos a outros. O analista do comportamento trabalha com contingências comportamentais, sendo que as identificações das relações entre os eventos ambientais e as ações do organismo ocorrem a partir da Análise Funcional (Catania, 1999; Matos, 2001).

De acordo com Glenn (1986), a ferramenta conceitual da Análise do Comportamento para o estudo da cultura é a Metacontingência, conceituada como a unidade de análise que descreve as relações funcionais de pelo menos duas pessoas que resultam em determinado produto e alguma consequência programada por um ambiente cultural ou organização. A Metacontingência como ferramenta conceitual ajuda a investigar de forma pragmática aspectos culturais de grupos e organizações.

Organizações não são autônomas ou autossuficientes, pois precisam ser administradas. Elas são extremamente heterogêneas, não existindo duas organizações iguais: cada organização tem sua própria cultura e natureza. Uma organização envolve uma enorme complexidade de relações interpessoais que necessitam ser organizadas e administradas em função de um objetivo comum (Chiavenato, 2007).

Segundo Raymundo (2017), em praticamente todos os ambientes em que vivemos, as pessoas estão organizadas segundo certos princípios administrativos. A administração, como ciência, desenvolveu diversas teorias e cada uma apresenta uma maneira particular de análise organizacional. Para a presente pesquisa, foi escolhida a Teoria dos Sistemas para a análise das hortas comunitárias como organizações.

A Teoria dos Sistemas revela as propriedades gerais das organizações de uma maneira global e totalizante. A organização é um sistema criado pelo homem e mantém uma interação dinâmica com seu meio ambiente, sejam clientes, fornecedores, concorrentes, entidades sindicais, órgãos governamentais e outros agentes externos. Ações que produzam mudanças em uma das unidades do sistema deverão produzir mudanças em todas as outras unidades (Chiavenato, 2004).

Conforme Aureliano e Pessoa (2017), a Teoria dos Sistemas apresenta uma visão de organizações que é convergente com os princípios da Análise do Comportamento. Na Análise do Comportamento aplicada às organizações se têm uma proposta de análise que compreende uma organização como um sistema. A Análise dos Sistemas Comportamentais propõe analisar as múltiplas variáveis que afetam o desempenho da organização.

Para a análise das hortas comunitárias como sistemas organizacionais complexos foi utilizada a ferramenta derivada da Análise dos Sistemas Comportamentais criada por Brethower (1982), a Total Performance System (TPS). Na presente pesquisa, foi usada a versão de TPS apresentada por Rummler e Brache (2013), uma versão que permitiu analisar as variáveis que constituem as inter-relações dos elementos das hortas comunitárias e as relações dessas hortas comunitárias com o ambiente no qual estão inseridas.

Com o objetivo de analisar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças foi utilizada, da área da Administração, a ferramenta de análise SWOT (FOFA). Ela ajudou a identificar os fatores internos e externos às hortas comunitárias que afetam o desempenho dos agricultores. Enquanto a análise externa se concentrou nas ameaças e oportunidades, a interna identificou os pontos organizacionais fortes e fracos (Gürel; Tat, 2017).

Da área de conhecimento da Agronomia, foi trabalhado o conceito de Agricultura Urbana e Periurbana. Trata-se de uma concepção multidimensional, segunda a qual a agricultura em espaços urbanos é diferente da rural por ser integrada ao sistema urbano. Para se compreender a ideia de Agricultura Urbana e Periurbana é necessário que esta integração seja compreendida em suas dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas (Mongeout, 2000a).

Também foi utilizado da área da Agronomia o conceito de Agroecologia, que conforme Leff (2002), fornece uma alternativa sustentável em substituição às práticas destrutivas da agricultura capitalista. Ela pode ser definida como um novo paradigma na Agronomia, como um novo grupo de técnicas e práticas para uma produção sustentável no campo. Os princípios da Agroecologia estão presentes em muitos projetos de AUP e hortas comunitárias espalhadas pelo país.

Para identificação e compreensão das atividades econômicas presentes nas hortas comunitárias investigadas, foi trabalhado, da área das Ciências Econômicas, o conceito de Economia Solidária. Segundo Schiochet (2011), esse é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores. Um dos princípios da Economia Solidária é a gestão democrática das decisões e deliberações coletivas pelos membros.

As hortas comunitárias também foram analisadas pela perspectiva das Políticas Públicas. Para análise dos diferentes níveis de institucionalização, serviços e programas oferecidos pelas políticas públicas de AUP das cidades de Cascavel e de Maringá, foi utilizado o modelo de análise de Oliveira (2017), que permitiu a classificação dos arranjos institucionais e das políticas públicas de AUP das cidades pesquisadas.

Para melhor compreensão, este trabalho foi organizado em quatro seções. A primeira trata da introdução, na qual foi contextualizada a pesquisa. Apresenta-se o problema, o objetivo geral, objetivos específicos, a metodologia utilizada para o alcance dos objetivos e as áreas do conhecimento que estarão presentes para a compreensão do problema de pesquisa.

A segunda seção tem como objetivo identificar a atual situação da AUP e das hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá. Esta seção se inicia trazendo um panorama geral da AUP como alternativa na selva de pedra. No Brasil, o principal objetivo da AUP é o combate à fome. Nesse contexto, apresenta-se o problema da fome no Brasil e seu lugar na agenda de Políticas Públicas. Dando sequência, explora-se a AUP como conceito e suas formas de organização. No tópico seguinte, busca-se percorrer o desenvolvimento de políticas públicas de AUP em níveis federais e estaduais. Finaliza-se a seção trazendo as políticas públicas municipais de AUP das cidades de Cascavel e Maringá.

A terceira seção, em seus tópicos, tem como objetivo analisar os sistemas de organização existentes nas hortas comunitárias por meio da abordagem interdisciplinar. Esta é uma seção teórica, iniciada com a apresentação das organizações sob uma perspectiva interdisciplinar. Em seguida, é exposta a Teoria dos Sistemas (Administração) e, dando sequência, são descritos alguns princípios da Análise do Comportamento (Psicologia). No tópico seguinte, fala-se sobre o modelo de análise das hortas comunitárias que surge do diálogo interdisciplinar entre a Teoria dos Sistemas e a Análise do Comportamento. Apresentam-se os modelos de gestão organizacional que serão explorados na pesquisa. No outro tópico, analisam-se os princípios da Economia Solidária que são convergentes com os princípios de cooperação da Ostrom (1990), com a Ciência Comportamental Contextual e com a Agroecologia. Finaliza-se a seção realizando uma breve síntese do voo da harpia.

A quarta seção tem como objetivo compreender a distribuição das hortas comunitárias selecionadas em níveis demográficos, socioeconômicos, organizacionais e comportamentais. Ela está dividida em sete tópicos, relacionados a variáveis identificadas pela pesquisa de campo relacionada aos objetivos da pesquisa. O primeiro tópico é a caracterização das hortas comunitárias em seus diversos níveis. O segundo explora o cooperativismo entre os produtores da horta e o equilíbrio entre interesses individuais e coletivos. O terceiro tópico se refere à habilidade de flexibilidade psicológica dos agricultores das hortas. Prosseguindo, é identificado se estes produtores estão em situação de segurança alimentar e quais são as similitudes e discrepâncias entre as cidades avaliadas. Finaliza-se a seção com uma análise interdisciplinar dos sistemas de organização existentes e com o lugar de fala dos agricultores urbanos.

Nas considerações finais, são apontadas as limitações e potencialidades do sistema de funcionamento das hortas urbanas e periurbanas da cidade de Cascavel e Maringá, com o objetivo de identificar se elas se constituem como uma possível alternativa para a diminuição da fome. Além disso, são apontados possíveis caminhos para a gestão coletiva desses espaços, assim como se traz a proposição de políticas públicas para o fortalecimento desses grupos de agricultores urbanos e para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

2 AGRICULTURA URBANA: UMA ALTERNATIVA NA SELVA DE PEDRA

No ano de 2007, pela primeira vez na história, foi registrado que mais da metade da população mundial estava vivendo em cidades. Estima-se que, até o ano de 2030, mais de 60% da população estará vivendo em centros urbanos. O aumento nos preços, escassez de alimentos e desemprego são fatores previstos nesse contexto. A AUP desenvolve-se como uma alternativa na selva de pedra, estando presente em todas as regiões do mundo em uma diversidade de formas de cultivo e sistemas (Orsini *et al.*, 2013; Altieri; Nicholls, 2018).

Segundo Smit, Nasr e Ratta (2001), em todos os continentes do mundo existem grandes tradições de AUP. Na Europa, os registros das primeiras hortas urbanas são de 1820; nos Estados Unidos, elas surgem relacionadas ao fenômeno migratório das populações europeias; no continente asiático, está interligada ao rápido crescimento populacional; nos países da África e da América Latina, o desenvolvimento da AUP é relacionado ao combate à pobreza e à fome.

A AUP surge e se desenvolve com o objetivo de lidar com problemas específicos de cada país. Por exemplo, conforme Cohen (2020), nos Estados Unidos, apesar da AUP estar presente desde o início da urbanização americana, foi a partir da década de 1970, com o aumento de movimentos ambientalistas, que as prefeituras de grandes cidades como Nova York começaram a desenvolver políticas públicas para incentivar esse tipo de agricultura. No início, as autoridades a viam como uma política temporária, mas os projetos foram se fortalecendo e hoje são parte importante de políticas públicas de cidades como Nova York, sendo defendidas ferozmente por sua comunidade.

Em Cuba, o fim do socialismo na Europa, representado pela queda do muro de Berlim em 1989, significou a perda de acesso a países aliados com os quais os cubanos negociavam mais de 80% de seu mercado exterior. Como consequência, o preço do petróleo e dos alimentos tiveram uma grande inflação no país. Diante dessa crise, o movimento de AUP se desenvolveu em Cuba, que hoje é uma das grandes referências mundiais no desenvolvimento da agricultura em espaços urbanos (Hernandez, 2006).

De acordo com Mougeot (1994), na África a AUP é uma atividade tradicional conduzida pelas famílias africanas, sendo uma estratégia que busca principalmente o enfrentamento da fome. No Quênia, os agricultores urbanos produzem alimentos principalmente para o autoconsumo. Mais de 50% dos agricultores urbanos de Nairóbi usam toda sua produção para alimentar suas famílias.

No caso de Camarões, a AUP tem sido um aspecto cultural e político importante no processo de urbanização do país. Estima-se que até 2030 mais de 70% da população camaronense estará vivendo nas cidades. Camarões, como outros países do continente africano, encontram-se diante do desafio de estabelecer políticas públicas que consigam equilibrar aspectos culturais da agricultura africana com os desafios estruturais enfrentados pela urbanização (Bon; Parrot; Moustier, 2010).

Na América Latina, a cidade de Medellín, na Colômbia, já foi considerada uma das cidades mais violentas do mundo, na década de 1980. Esta violência ocorria principalmente em decorrência de conflitos entre narcotraficantes. Uma das respostas da população de Medellín diante desses conflitos foi a AUP, que se apresentou como uma forma de resistência à violência, recordando as vidas perdidas e promovendo outras formas de vida mediante a construção de hortas comunitárias (Posada; Muñoz-Duque; Jaramillo, 2019).

A Venezuela vive uma grande crise política e econômica que causou a escassez de alimentos, altos níveis de inflação e dificuldade de acesso do cidadão a alimentos básicos. A AUP é uma das estratégias que o governo venezuelano tem implementado para combater a pobreza e a insegurança alimentar no país (Flores, 2016; Alban; Arteaga; Herrera, 2017).

Assim como em outros países da América do Sul, no Brasil, a AUP surge como estratégia principal de combate à fome, mas somente a partir do ano de 2003, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que foram implantadas as principais políticas e ações no desenvolvimento da AUP no país para a criação de hortas em escolas, quintais e centros comunitários. O principal objetivo do MDS era o combate à fome (Lemos; Andrade; Medeiros, 2015).

Observa-se que a AUP se desenvolve buscando ser uma alternativa na selva de pedra para problemas e crises específicas que os países vivem. Segundo Tornaghi (2014), de maneira geral, existem dois tipos de AUP: a das cidades desenvolvidas do norte global, mais voltada para questões de sustentabilidade ambiental, e a AUP desenvolvida nos países do hemisfério sul, em que, de forma geral, trabalha-se com questões sociais como pobreza, desemprego, fome e sobrevivência.

A AUP produzida nas selvas de pedras espalhadas por todo o Brasil, em sua grande maioria, se desenvolvem com o objetivo específico do combate à fome e à insegurança alimentar. Nesse sentido, antes de se explorar o conceito de Agricultura Urbana e Periurbana, se faz necessária a contextualização sobre o problema da fome no Brasil.

Na presente seção, busca-se contextualizar o problema da fome no Brasil, descrever os principais conceitos de AUP utilizados na literatura da área, as formas de organização da AUP

no Brasil para o enfrentamento da fome e a atual situação da AUP no estado do Paraná. Pretende-se também identificar as principais políticas públicas de AUP em nível federal e do estado do Paraná. Finaliza-se a seção com uma análise das políticas públicas de AUP dos municípios de Cascavel e de Maringá.

2.1 O problema da fome no Brasil

A promoção de políticas públicas de AUP no Brasil está diretamente relacionada a iniciativas de enfrentamento da fome e de desenvolvimento da segurança alimentar no país. Nesse sentido, pretende-se responder as seguintes questões: como o problema da fome entra na agenda política nacional? Como a estratégia de agricultura urbana se insere no Modelo de Ciclo de Política Pública para o combate à fome?

Buscando responder estas questões, resgata-se a obra “Geografia da fome”, de Josué de Castro, publicada pela primeira vez no ano de 1946. Essa é uma obra pioneira, na qual o autor coloca luz e direciona a ciência para o tema da fome, até então considerado tabu e não discutido com profundidade pelos governos, pela ciência e pela sociedade de modo geral.

Segundo Castro (1984), quando se lê ou se ouve falar sobre fome, as primeiras imagens que vêm à cabeça são de povos distantes de nossa realidade, mas a verdade é que a fome é um fenômeno social, não havendo nenhum continente que escape de sua ação. No que se refere ao Brasil, em algumas regiões vive-se o estado da fome crônica e em outras existe a subnutrição. De forma geral, todas as regiões brasileiras apresentam déficits nutritivos precários, diretamente relacionados à alimentação inadequada ou falta de alimentação do brasileiro.

A partir da obra de Josué de Castro e com os estragos da Segunda Guerra Mundial, a ciência começou a ter mais atenção para o tema da fome e, como consequência, se tem algumas evoluções. Dentre elas, pode-se destacar que a situação nutricional do Brasil mudou e a expectativa de vida do brasileiro aumentou. Infelizmente, a desigualdade na distribuição de renda se manteve no Brasil e esta variável está diretamente relacionada ao problema da fome de forma estrutural no país (Batista Filho; Batista, 2003).

Ao se acompanhar o problema da fome na trajetória da política nacional, observa-se que essa é uma questão persistente, estrutural e que faz parte da história moderna da política do Brasil. Entre 1986 e 1994, o tema da fome foi importante para mobilizar o debate político e social. De 1995 a 2002, enfatizam-se as desigualdades como questão central. Entre 2003 e 2010, inicia-se a estratégia do combate à fome como eixo central de política pública. De 2011 a 2015, o problema já não foi mais acionado no debate político, pois o Brasil estava fora do mapa da

fome. A partir de 2016, a fome retorna ao debate social, em um cenário de crise (Brito; Baptista, 2021).

É importante destacar que esse não é um problema exclusivo do Brasil. Conforme a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), cerca de dois bilhões de pessoas no mundo experimentam insegurança alimentar moderada ou grave (FAO, 2019). Embora os maiores índices sejam registrados em alguns países da África, América Latina e Ásia, a insegurança alimentar também está presente em países da América do Norte e da Europa.

A fome, a pobreza, a desigualdade e questões de direitos humanos são uma preocupação global que ganhou atenção e cuidado maior com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), após o fim da Segunda Guerra Mundial. Em 1946, a ONU criou a FAO, um organismo das Nações Unidas que tem como enfoque a alimentação e a agricultura no mundo. A ONU, desde então, em parceria com diversos países, incluindo o Brasil, vem conduzindo diversas declarações, acordos, objetivos e metas globais.

No ano de 2000, durante a 55ª assembleia da ONU, foi estabelecida a Declaração do Milênio das Nações Unidas. Esta assembleia foi o marco fundador dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que abrangiam ações específicas de combate à fome e à pobreza, além de ações em outros eixos temáticos. No Brasil, a governança das ODMs foi estabelecida no ano de 2003. Em 2015, em assembleia geral da ONU, as ODMs são substituídas por um novo acordo entre os países, conhecido como os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Roma, 2019).

Segundo Curan e Marques (2021), a AUP é uma importante ferramenta convergente com os ODS. Para os autores, os seguintes ODS são afetados diretamente pela prática da AUP: fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; trabalho decente e crescimento econômico; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; ação contra a mudança global do clima.

2.1.1 A fome na definição da agenda e a AUP como estratégia de combate à fome

Existem alguns modelos de análises de políticas públicas e, dentre os principais, destaca-se o Modelo do Ciclo de Política Pública. Para Souza (2006), esse conjunto de ações governamentais é formado pelos seguintes estágios: definição da agenda, formulação, implementação e avaliação. O modelo do Ciclo de Políticas Públicas é um recurso

metodológico eficaz para compreensão dos diferentes tipos de decisões e produtos resultantes de cada etapa da política (Lotta *et al.*, 2018).

Howlett, Hamesh e Perl (2013), apresentam a complexidade da definição de uma agenda governamental. Trata-se do primeiro dentre os estágios do ciclo de políticas públicas e se refere aos problemas que receberão atenção por parte do governo e aos problemas que não irão recebê-la. A maneira como os problemas são reconhecidos é fundamental para o desenvolvimento de estratégias para seu enfrentamento, mas somente o seu reconhecimento não é garantia de que ele será prioridade ou mesmo de que fará parte da agenda política.

Segundo Carvalho (2017), a identificação do problema está relacionada com um conjunto de interesses políticos e dos atores que participam desse processo em toda a sua abrangência, dando ênfase às soluções que mais interessam aos seus propósitos. As relações políticas entre os poderes executivos e legislativos é que irão determinar a dimensão de uma agenda ou se ela se tornará uma política pública. Assim, a definição da agenda teria um caráter mais político do que técnico.

A questão da fome ganhou destaque na agenda política nacional durante a década de 1990, na qual foram expostos dados alarmantes sobre o problema no país. Nesse período, Organizações Não Governamentais (ONG) mobilizaram diversas campanhas de arrecadação de recursos e conscientização da população sobre políticas públicas de combate à fome. Aos poucos, a questão social começou a ser trazida em iniciativas governamentais para combater o problema (Batezelli, 2022).

Em 1991, o Partido dos Trabalhadores, oposição ao governo na época, apresentou à sociedade uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar. O documento propunha a formação de uma secretaria especial para a segurança alimentar e de um conselho nacional de segurança alimentar, presidido pelo presidente da República, com integração de diversos setores governamentais e representantes dos segmentos sociais. A proposta foi recebida pelo governo Itamar Franco. Como consequência, ocorreu a instalação do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), desativado em 1995 (Takagi, 2010).

Observa-se que os esforços de Organizações Não Governamentais e de partidos de oposição tiveram grande influência na definição e formação da agenda para construção de políticas públicas para o combate à fome no Brasil, na década de 1990.

Deve-se levar em conta que, com a globalização, ocorreram mudanças no papel do Estado-Nação. Um padrão de interconexões globais já estava ocorrendo, mas foi na década de 1990 que o processo de globalização se consolidou no ocidente e assim cresceu a influência de

ONGs e instituições internacionais nas agendas de políticas públicas nacionais (Held, 1991; Pereira, 2014).

Segundo Alencar (2001), instituições internacionais como a ONU e a FAO tiveram impactos no desenvolvimento de acordos coletivos para a formação de agendas globais de combate à fome no mundo. Em 1996, a FAO reuniu 186 países para aprovação de um plano de ação destinado a combater a fome no mundo. Na época, calculava-se que 826 milhões de pessoas em todo o mundo estavam em situação de desnutrição, das quais 15,9 milhões seriam brasileiros. No ano de 2022, calculava-se que 125,2 milhões de brasileiros apresentavam algum nível de insegurança alimentar e nutricional (Penssan, 2022).

No ano de 2000, a ONU, em conjunto com os países parceiros, estabeleceu oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sendo o número 1 a erradicação da pobreza extrema e da fome. Tornam-se, portanto, prioridade pesquisas de novas intervenções e políticas públicas que promovam a segurança alimentar em convergência com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Morel, 2004).

Conforme Castro (2010), no Brasil, no ano de 2002, o governo se elege apresentando o combate à fome como política pública prioritária. A partir do início da gestão, no ano de 2003, e da criação do Programa Fome Zero, foram desenvolvidas diversas políticas públicas que incentivaram a AUP como estratégia de combate à fome no país. Pode-se destacar a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, reativação do CONSEA, a realização de diversas conferências nacionais de segurança alimentar e a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, tornando a alimentação um dever do estado.

O combate à fome, especialmente por meio do programa Fome Zero, foi uma política prioritária do governo que se iniciou em 2003. A iniciativa se encaixou perfeitamente com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que o Brasil adotou como referência obrigatória para suas políticas públicas. No ano de 2005, foi instituído o prêmio ODM Brasil, com o objetivo de incentivar práticas nacionais convergentes com os ODMs. Dentre essas práticas premiadas, estavam iniciativas de AUP (Andrade, 2014).

2.2 Agricultura urbana e periurbana: entre o conceito e a organização

De acordo com Zaar (2015), embora a agricultura em espaços urbanos ocorra desde o início das civilizações, o conceito Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) foi utilizado oficialmente pela primeira vez em 1999, em documento apresentado em uma reunião coordenada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO).

A AUP é um conceito multidimensional que interage com muitas áreas do conhecimento, destacando-se as Ciências Agrárias, Ciências Agroecológicas, Ciências Sociais, Ciências Econômicas e Ciências Humanas. A concepção traz consigo um amplo leque de perspectivas teóricas e metodológicas, rompendo barreiras disciplinares, podendo ser considerada uma área do conhecimento interdisciplinar ou até mesmo transdisciplinar (Nakamura; Ranieri, 2021; Biazoti; Sorrentino, 2022).

Diferentes áreas do conhecimento, ao estudar o mesmo objeto, acabam gerando diferentes definições e até conflitos conceituais. Com o objetivo de explorar o conceito de AUP, pretende-se trazer as definições usadas pelos principais pesquisadores e instituições da área da AUP do Brasil e do mundo.

Para a FAO, a AUP pode ser definida pelo uso de áreas urbanas, como hortas ou terrenos, para o cultivo agrícola de diferentes produtos alimentícios ou não alimentícios, e também pode haver a criação de animais nesses terrenos (FAO, 1999; FAO, 2018).

Segundo Santandreu e Lovo (2007), a AUP é um conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços para gerar produtos agrícolas e pecuários. Essas atividades estão vinculadas às dinâmicas urbanas, sendo praticadas nos espaços urbanos ou periurbanos.

Uma das principais referências mundiais na área da AUP é o pesquisador Luc Mougeot. Para Mougeot (2000b), a AUP é uma prática social, localizada dentro de cidades ou em seu entorno, que se utiliza de recursos humanos para o cultivo de uma diversidade de alimentos e produtos. Os alimentos e produtos cultivados podem servir para o consumo individual e também para a sua comercialização.

De acordo com Biazoti *et al.*, (2021), na definição de Mougeot, o elemento central que busca distinguir a agricultura urbana da agricultura rural é a sua localização no interior das cidades e sua conexão com ecossistema urbano, mas o próprio Mougeot pontua a complexidade da definição de agricultura urbana, sendo necessário compreendê-la em suas dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas.

Observa-se que nas definições citadas os pesquisadores trazem algumas características em comum em suas definições. A principal se refere ao uso de áreas urbanas e periurbanas para o cultivo agrícola e a produção pecuária.

Conforme Pires (2016), apesar da complexidade do conceito, as definições de agricultura urbana mais utilizadas levam em conta a localização, os tipos de atividade econômicas, os tipos de áreas, a escala de produção, as categorias de produtos e a

comercialização. O que distingue decisivamente a agricultura urbana da agricultura rural é sua integração e conexão com o ecossistema urbano.

2.2.1 Formas de organização

Além de sua definição, a AUP pode ser classificada por suas várias formas e diversas funções. Essa diversidade é representada por múltiplas formas de organização, bem como pela apropriação do território urbano pelos cidadãos. Dentre os tipos de AUP encontradas na literatura científica, pode-se destacar a agricultura familiar, hortas comunitárias, hortas institucionais, loteamentos e empreendimento agrícolas (Biazoti *et al.*, 2021).

Zeeuw, Guendel e Waibel (2000), assinalam que os formatos de AUP são diversos e variam de acordo com o propósito perseguido pelos agricultores, podendo ser uma estratégia para o alcance de objetivos sociais, econômicos ou ambientais. No entanto, há uma série de restrições que a impedem de alcançar plenamente seus propósitos. Uma das principais variáveis relativas ao sucesso ou fracasso desse tipo de agricultura se refere ao nível de participação e envolvimento do Estado na criação de políticas públicas para organização da AUP em níveis federais, estaduais e municipais.

Branco e Alcantara (2011), em uma das primeiras pesquisas brasileiras com objetivo de avaliar as principais dificuldades para o sucesso de projetos de AUP, identificaram que o envolvimento do Estado nos projetos e a forma de organização comunitária são as principais variáveis para a consolidação ou fracasso de projetos de AUP no país.

Zaar (2015), também afirma que um dos maiores desafios para a consolidação e expansão das iniciativas da AUP no Brasil é a ausência de marcos legais, políticas e instituições específicas para a Agricultura Urbana e Periurbana, o que contribui para que vários fatores limitem o seu desenvolvimento.

Diante da importância de políticas públicas para o desenvolvimento da AUP, o presente trabalho buscou encontrar, por meio de pesquisa de revisão bibliográfica, possíveis modelos de análise de ações públicas que verificassem o nível de envolvimento do Estado no sistema organizacional da AUP.

Visando atingir os objetivos da pesquisa, optou-se pela utilização do modelo de análise de Oliveira (2017), que discrimina quatro tipos de arranjos organizacionais de AUP, de acordo com o nível de envolvimento do Estado: 1) Marginal: atividade ilegal e ausência de políticas e ações públicas; 2) Emergente: já foi marginal, mas tem estruturado um apoio recente para esta

atividade; 3) Societal: o sistema organizado a partir de ONGs, organizações da Sociedade Civil e do setor privado; 4) Estatal: existe uma estrutura institucional para AUP bem consolidada.

Levando em consideração que existem diferentes níveis de envolvimento do Estado nos arranjos organizacionais da AUP, o presente trabalho realizou uma pesquisa de campo em duas cidades do estado do Paraná: Cascavel e Maringá, onde foram identificadas as políticas e ações públicas para a estruturação da AUP. Assim, analisou-se como estas duas cidades têm se organizado, classificando-as em níveis marginais, emergentes, societais ou estatais.

Antes de se analisar as políticas públicas de AUP dos municípios de Cascavel e Maringá, é necessário trazer um panorama geral das principais políticas públicas de AUP em nível federal e estadual. Por fim, finaliza-se a seção com as análises das políticas públicas das cidades de Cascavel e Maringá na organização da AUP.

2.3 Políticas Públicas de AUP em nível federal

Segundo Takagi (2010), o início da promoção de políticas e ações públicas da AUP em nível federal está vinculado diretamente ao Programa Fome Zero. A AUP aparece como estratégia nos estágios de formulação e implantação de políticas públicas para o combate à fome. O programa Fome Zero abrangia diferentes níveis de ação, dentre as articulações estava a estratégia de políticas públicas de AUP para o combate à fome.

Conforme Pinheiro e Ferrareto (2010), no ano de 2003, foi reinstalado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) que, com amplo envolvimento da sociedade, desenvolveu a Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Outro fator importante foi a realização, no ano de 2004, da II Conferência Nacional na Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN). Nessa conferência, a AUP aparece como uma das estratégias prioritárias para o alcance da segurança alimentar no Brasil.

Durante a II CNSAN, foi aprovada como uma das propostas prioritárias a criação de uma comissão de estudo, objetivando a elaboração de uma lei orgânica no que se refere ao abastecimento a AUP, que garantisse incentivos fiscais, isenção de impostos, facilitação da comercialização e aplicação das mesmas condições aplicadas à agricultura familiar. Com relação à produção, foi aprovada a elaboração de diagnósticos participativos com o fim de subsidiar a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana (Brasil, 2004).

Na III CNSAN, que ocorreu na cidade de Fortaleza, no ano de 2007, foi aprovada a proposta da implantação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana por meio de um

projeto de lei, incluindo indígenas não aldeáveis entre os beneficiários e a regulação de áreas ociosas para hortas e pomares comunitários (Brasil, 2007).

Santandreu e Lovo (2007), ao realizarem um panorama geral da AUP no Brasil, identificaram uma baixa presença de marcos legais e institucionais específicos para a Agricultura Urbana e Periurbana, além de uma grande ausência de políticas que poderiam promover melhor essas atividades orientadas à segurança alimentar. Dessa forma, percebe-se a necessidade da implementação de estratégias para fomentar a AUP nas esferas políticas nacional, estadual e municipal. A realização das conferências seria uma das estratégias para sua fomentação.

No ano de 2011, no IV CNSAN, foi aprovada a proposta de criar e implementar um marco legal para AUP, de base agroecológica, devendo ser asseguradas algumas condições, como: acesso aos espaços públicos vazios, garantia de assistência técnica pública de qualidade, ampliação de centros de apoio, criação de mecanismos de crédito, isenção de impostos, e acesso à previdência (Brasil, 2011).

A V CNSAN, realizada em 2015, assinalou que, apesar dos avanços, ainda persistia o desafio de democratizar sistemas de comercialização por meio de apoio a circuitos curtos de produção de consumo, combinados com uma política de agricultura urbana. Nessa conferência, foi aprovada a moção de apoio ao fortalecimento da agricultura urbana, na qual foi pontuado que o acesso de agricultores urbanos a políticas públicas continua sendo um grande desafio. Também foi colocada a necessidade de superar entraves para que esses agricultores conseguissem a emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Brasil, 2015).

As conferências nacionais tiveram um grande impacto na criação, pelo Ministério de Desenvolvimento Social, do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, por meio da portaria 467, de 7 de fevereiro de 2018. Ele era constituído por um conjunto de iniciativas visando ações de segurança alimentar, promoção de tecnologias agroecológicas e inclusão social de moradores urbanos. Este programa representou um passo em direção ao fortalecimento da AUP nas agendas de políticas públicas (Brasil, 2018).

Infelizmente, o Ministério de Desenvolvimento Social, que era o responsável pelo Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, foi extinto pelo governo federal no ano de 2019. A Pasta desse ministério foi incorporada ao Ministério da Cidadania e isso trouxe como consequências dificuldades na implantação do programa.

Segundo Sousa e Calaça (2019), ocorreram alguns avanços no que se refere à criação de marcos legais para o desenvolvimento a AUP no Brasil, mas ainda são ações esparsas e com

alcance pontual. Faltam ações efetivas que incluam a AUP na agenda política nacional, estadual e municipal. Do ponto de vista de políticas públicas, a discussão sobre AUP ainda é restrita e insuficiente.

Ao realizar-se esta breve retrospectiva sobre as Conferências Nacionais de Saúde Alimentar e Nutricional, percebem-se evoluções em discussões voltadas para o fortalecimento da AUP e se identifica que, mesmo com os esforços e resistência dos atores envolvidos, ainda não foi possível implantar uma Política Nacional de Agricultura Urbana no país. O projeto de lei 906/2015 foi apresentado no ano de 2015, a proposta foi aprovada, mas, desde então, encontra-se em processo de tramitação no Senado Federal. Dessa forma, em termos gerais, não existe ainda no país uma Política Nacional de Agricultura Urbana.

De acordo com Brito e Baptista (2021), deve-se levar em conta que, a partir do ano de 2016, ocorreram articulações políticas que resultaram em diversos corte nas áreas sociais e de AUP. No ano de 2019, uma das primeiras medidas do governo Bolsonaro foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Isso trouxe impactos negativos não somente para agricultura urbana, mas para a segurança alimentar de forma geral no país. A extinção do CONSEA levou a não realização da VI CNSAN, que estava previsto para o ano de 2019.

O governo eleito no ano de 2022 apresentou como principal proposta o combate à fome e assim o problema volta a entrar na agenda política nacional. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi reinstalado em março de 2023. Em setembro do mesmo ano, o Governo Federal institui novamente o Programa Nacional de Agricultura Urbana. Espera-se que estas ações tragam uma nova fase para a agricultura urbana no país e que estejam alinhadas para que finalmente seja regulamentada e implantada a Política Nacional de Agricultura Urbana no Brasil.

2.4 AUP no estado do Paraná

Conforme Prado Júnior (2001), a formação do Brasil deve ser compreendida por meio do processo de colonização pelo qual o país passou, tendo como objetivo principal a exportação de seus recursos naturais, atendendo os interesses de Portugal. Como colônia, o setor de alimentação e outros recursos para o consumo e atendimento da população interna brasileira tinha um papel subalterno.

A história da alimentação do Paraná segue o padrão da colonização. No Estado, até a segunda metade do século XIX, a produção para subsistência interna esteve marginalizada, não

recebendo nenhum tipo de apoio. O grande foco do Paraná era a economia de exportação do mate e a pecuária. Com a crise econômica internacional ocorrida nesse período, os governos provinciais implantaram políticas destinadas exclusivamente à agricultura de subsistência que incentivaram a vinda de imigrantes de diversas partes do mundo para a então província do Paraná (Santos, 2007).

Embora não se tenha registros relatando precisamente o conceito de AUP no período da colonização do Paraná, pode-se inferir que os imigrantes europeus, ao migrarem para as províncias do Paraná, trouxeram práticas culturais de AUP como estratégia alimentar para suas sobrevivências.

Por volta de 1860, com a escassez de alimentos para consumo interno, o governo da então província do Paraná decide criar as primeiras colônias para a dedicação exclusiva à agricultura, com o objetivo de enfrentar a falta de alimentos. Esse período é considerado a primeira fase de colonização do Estado. As primeiras colônias ficavam nas margens da cidade de Curitiba e muitas delas se tornaram áreas residenciais do município atualmente. A escassez de alimentos foi sanada pela combinação entre duas estratégias de produção agrícola: a colonial familiar e as hortas caseiras presentes na maioria das habitações urbanas (Santos, 2007; Araujo, 2021).

A preocupação com o abastecimento alimentar interno faz parte da história da colonização do estado do Paraná e a estratégia de agricultura em espaços urbanos está presente desde o início da colonização como uma forma de lidar com a insegurança alimentar e a fome no Estado. A AUP, em seus mais variados formatos, faz parte da cultura do Paraná e está presente em cidades de todas as suas regiões.

Segundo Oliveira (2020), embora a AUP esteja presente desde o início do desenvolvimento das cidades do Paraná, oficialmente Curitiba, no ano de 1986, foi o primeiro município do estado a inserir a AUP na agenda do Poder Executivo municipal, iniciando a organização e instalação, de forma estruturada, de hortas comunitárias na capital do Paraná.

Apesar de existirem diversos projetos de AUP espalhados pelos municípios do estado do Paraná, ainda há uma escassez de estudos sistematizados os descrevendo e avaliando. Na região Noroeste do Paraná, Maringá vem se destacando no desenvolvimento da agricultura urbana. A cidade possui pelo menos dezessete anos de envolvimento do Estado na inserção da AUP em sua agenda política. Nesse período, foram produzidas algumas pesquisas sobre a agricultura urbana do município.

Pesquisas como a de Messias *et al.* (2009), descrevendo os objetivos e desafios nos primeiros anos de implantação de hortas urbanas e periurbanas em Maringá; Meira *et al.* (2009),

que relatam a experiência agroecológica em hortas urbanas e periurbanas de Maringá; Fernandes, Souza e Martins Junior (2013), pesquisando os benefícios que o Programa Hortas Comunitárias de Maringá trouxe para o município; Albertin *et al.* (2016), que realizaram um estudo identificando o perfil socioeconômico dos produtores de hortas urbanas de Maringá; e a pesquisa de Pires (2016) que constatou que a agricultura urbana desenvolvida em Maringá contribui para a vida dos agricultores tanto de forma social como econômica.

Segundo Santos e Michellon (2016), Maringá é uma referência nacional em programas de AUP por sua organização, variedade de cultivos, inclusão social, melhoria na renda e qualidade de vida dos produtores, recebendo vários prêmios e honrarias desde a sua implantação. Entre os prêmios recebidos estão: Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, Prêmio de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil e Prêmio do Instituto HSBC de Solidariedade para apoio às Hortas Comunitárias em Sarandi-PR.

Embora, a cidade de Maringá seja uma referência em programas de AUP, com 40 hortas comunitárias instaladas, Oliveira Neto (2017) e Siqueira e Martins (2023), identificaram que, de forma geral, a AUP do município não atende às necessidades de aquisição de alimentos em quantidade e regularidade suficientes para a segurança alimentar de seus agricultores. Quanto maior a dependência que o agricultor tem de determinada horta, maior o seu nível de insegurança alimentar, sendo necessários novos direcionamentos na política pública de AUP do município com o intuito de melhorar sua efetividade, redirecionando o público-alvo que deve fazer parte do programa e melhorando a efetividade para promoção de segurança alimentar e geração de renda dos agricultores.

Já a cidade de Cascavel, no oeste do Paraná, possui uma história mais recente de desenvolvimento de projetos de agricultura urbana. Somente no ano de 2017, a prefeitura municipal começou a se mobilizar para a estruturação do Programa de Agricultura Urbana de Cascavel para o desenvolvimento de hortas comunitárias em terrenos do município. Apesar deste Programa ser relativamente recente, hoje Cascavel conta com 55 hortas comunitárias (Cascavel, 2017; Cascavel, 2023).

Com relação a pesquisas sobre o Programa Agricultura Urbana de Cascavel, foi realizada busca no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Google Acadêmico e na plataforma Scielo, somente sendo encontrado o trabalho de Theinl (2023), que realizou uma descrição sobre o processo de implantação das hortas comunitárias de Cascavel.

2.4.1 Políticas públicas de AUP no Paraná

O desenvolvimento de políticas e ações públicas voltadas ao crescimento da AUP no Paraná está diretamente relacionado às políticas públicas desenvolvidas no estado referentes à segurança alimentar e nutricional. Esses programas impulsionaram ações e projetos de AUP como estratégia ao combate à fome no estado. Dessa forma, se faz necessária a realização de uma breve síntese dos principais marcos estaduais na criação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

O decreto estadual 1.556, publicado no Diário Oficial nº. 6.515, de 9 de julho de 2003, instituiu e regulamentou o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PR), um órgão de assessoramento ao governador que tem como objetivo propor diretrizes gerais da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná (PARANÁ, 2003).

A instalação do CONSEA/PR foi um marco no desenvolvimento de políticas públicas referentes à segurança alimentar e nutricional no Estado. Este modelo de conselho participativo, composto por representantes do Poder Público Estadual e da Sociedade Civil organizada, ficou responsável pelo assessoramento da implementação das diretrizes gerais da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional em convergência ao Plano Estadual.

Foram realizadas conferências estaduais e regionais com a participação de diversos municípios do estado na discussão de estratégias de combate à insegurança alimentar. Na terceira conferência estadual, ocorrida no ano de 2011, representantes da Centro de Referência de Agricultura Urbana e Periurbana de Maringá (CERAUP/UEM) relataram a experiência desse Centro no desenvolvimento do Programa Hortas Comunitárias de Maringá (Paraná, 2011).

As conferências estaduais tiveram grande importância para a adesão do estado ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), criado por meio da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. O Governo do Estado assinou a adesão ao SISAN em 2011 e, com a instituição do sistema na esfera estadual, qualquer município do Paraná pode solicitar sua adesão. Aderindo ao SISAN, o município poderá ser beneficiado com o recebimento de recursos financeiros para o desenvolvimento de programas e projetos relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Programas de agricultura urbana municipais do estado do Paraná podem ser beneficiados pelo SISAN (Brasil, 2006; Paraná, 2010).

De forma sintetizada, os caminhos percorridos no estado do Paraná para a criação de uma Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional foram: 1) Criação do CONSEA/PR, em 2003; 2) Criação da Coordenadoria Estadual de Enfrentamento da Pobreza e

Combate à Fome, no ano de 2003; 3) Realização, em fevereiro de 2004, da primeira Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CESAN); 4) Realização da segunda CESAN, em dezembro de 2006; 5) No ano de 2007, foi encaminhada a proposta de lei estadual que instituiu a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; 6) Instituição da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no ano de 2008; 7) Em 2010, foi criado o SISAN; 8) Foi realizada a terceira CESAN, no ano de 2011; 9) O governo do estado assina o acordo de adesão ao SISAN, em 2011. (Paraná, 2013).

Essa pequena revisão sobre os principais marcos da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional mostra que, apesar de ter beneficiado o desenvolvimento e o fortalecimento de ações públicas da AUP no Estado, as diretrizes trazem especificações para agricultura familiar e agroecológica, mas não citam especificamente a AUP. Tal fato tem como consequência limitações e entraves políticos para a consolidação da Agricultura Urbana e Periurbana no Paraná.

De forma geral, não existe no Paraná uma Política Estadual de Agricultura Urbana, sendo comum no estado que a AUP seja promovida por políticas municipais e por representantes da Sociedade Civil. Pode-se concluir que, apesar dos diversos programas de AUP desenvolvidos no Brasil e no Paraná, ainda existe uma carência de políticas públicas e marcos legais em âmbitos nacional e estadual que favoreçam a implantação, regulação e consolidação da AUP no Brasil e no Estado.

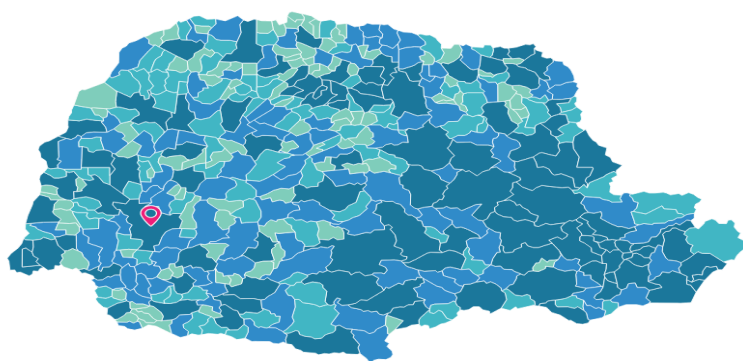
Santandreu e Lovo (2007) assinalavam que um dos grandes desafios para consolidação da AUP estava relacionado à dificuldade de promover a interlocução entre as instâncias federais, estaduais e municipais na integração de projetos e políticas que fomentem esse tipo de agricultura. Pode-se concluir que, no ano de 2024, esse continua sendo um desafio e que se torna urgente a aprovação da Política Nacional de Agricultura Urbana para que o diálogo entre as esferas governamentais comece a ocorrer com maior eficiência e transparência.

2.5 Cascavel: a “capital” do oeste do Paraná

O município de Cascavel é conhecido como a “capital do oeste” do estado do Paraná. A história da cidade se iniciou em 1934, quando foi instalado o distrito policial de Cascavel que pertencia à cidade de Foz de Iguaçu. A emancipação de Cascavel ocorreu em 14 de dezembro de 1952, mas a data oficial na qual é comemorado o aniversário da cidade é 14 de novembro (Cascavel, 2022).

Segundo dados do censo de 2022 do IBGE (2023), Cascavel tem uma população de 348.051 pessoas, sendo o quinto município mais populoso do estado. Em 2021, o salário médio mensal era de 2,4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 38,2%, mas 28,6% da população vivia com até meio salário mínimo. O Produto Interno Bruto - PIB *per capita* era de 42.593,14 mil. Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Cascavel era 0,782. Esta classificação do IDHM é considerada média. A Figura 2 mostra a localização geográfica de Cascavel.

Figura 2 - Localização geográfica da cidade de Cascavel – Estado do Paraná



Fonte: IBGE (2023)

Conforme o IDSC-BR (2024), Cascavel possui uma pontuação geral no Índice de Desenvolvimento Sustentável de 55,51, ficando em 484º lugar na classificação do país. O município apresenta uma pontuação alta em dez dos Dezesete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A figura 3 sintetiza a situação do município de Cascavel em relação aos Dezesete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Cada objetivo da ODS é um desafio a ser superado pelos municípios. De acordo com Curan e Marques (2021), as práticas de AUP que estariam diretamente ligadas aos ODS são: ODS 2: erradicar a fome; ODS 3: saúde de qualidade; ODS 8: trabalho e crescimento econômico; ODS 10: reduzir as desigualdades; ODS 11: cidades e comunidades sustentáveis; ODS 13: ação climática.

A Figura 3 mostra a classificação de Cascavel em cada um dos Dezesete Objetivos de desenvolvimento Sustentável. Identifica-se que o município de Cascavel está classificado como laranja (há desafios significativos) em relação aos ODS número 1 e número 2, de erradicar a fome. Nos outros ODS relacionados à AUP o município apresenta boa pontuação.

Figura 3 - Avaliação ODS na cidade de Cascavel

Fonte: IDSC-BR (2024)

2.5.1 Políticas públicas municipais de AUP: Cascavel

A prefeitura municipal de Cascavel possui uma trajetória recente de políticas públicas de AUP no município. No ano de 2015, a Secretaria Municipal de Agricultura de Cascavel desenvolveu a primeira horta municipal, com o objetivo de atender as entidades da cidade e os moradores em situação de vulnerabilidade social, mas o projeto acabou não tendo continuidade. Em 2017, uma das primeiras iniciativas da nova gestão municipal foi a revitalização da Horta Municipal de Cascavel para o início do Programa de Agricultura Urbana Municipal na cidade de Cascavel (Cascavel, 2017).

A prefeitura municipal de Cascavel (2017), por meio do Decreto Nº 13.338 de 1 de março de 2017, estabeleceu a criação, na administração pública municipal, do Setor Território Cidadão que tem como objetivo principal a mudança eficiente de bairros a partir da implementação de ações integradas e conjuntas de todas as áreas da Administração Pública Municipal.

A lei municipal Nº 6.874, de 16 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial no dia 19 do mesmo mês e ano, instituiu o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana de Cascavel – PMAUP. A iniciativa tem por finalidade a implementação da produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas, garantindo capacitação técnica, gestão e infraestrutura. O Setor Território Cidadão ficou responsável pela colaboração do desenvolvimento da PMAUP (Cascavel, 2018).

O nível de institucionalização e de ações públicas na promoção da AUP varia de cidade para cidade. As ações públicas e o apoio institucional dos municípios de Cascavel para AUP foram analisadas conforme o modelo de Oliveira (2017) que classifica em quatro diferentes

tipos a participação do estado no desenvolvimento dos arranjos organizacionais da Agricultura Urbana e Periurbana. São eles: marginal, emergente, societal e estatal.

O modelo de Oliveira (2017) é organizado em dois quadros. O Quadro 1 se refere às principais ações e políticas públicas, divididas em três áreas principais: 1) ações públicas de terra e uso do solo; 2) ações públicas de saúde e segurança alimentar; 3) ações públicas ambientais. O Quadro 2 organiza os aspectos institucionais envolvidos na AUP e foi organizado em cinco dimensões.

Quadro 1 – Ações e Políticas Públicas para AUP

Acesso à Terra e Uso do Solo	Segurança Alimentar e Saúde				Serviços Ambientais	
Programa de acesso à terra para AU	Créditos e financiamentos para AU	Educação e Assistência Técnica de AU	Assistência para acesso a mercados	Gestão de Riscos	Promoção de técnicas de agricultura ecológica	Serviços de integração entre compostagem e AU

Fonte: Oliveira (2017)

Quadro 2 – Aspectos da Institucionalização da AUP

Estado Legal da AU	Orçamento público para AU	Inclusão da AU no Plano de Segurança Alimentar	Inclusão da AU no Plano de Urbanismo	Existência de um Comitê Intersetorial de AU	Existência de espaços de participação para a AU
--------------------	---------------------------	--	--------------------------------------	---	---

Fonte: Oliveira (2017)

Com base no modelo de análise de Oliveira (2017), o presente trabalho organizou as ações públicas e os aspectos de institucionalização da AUP do município de Cascavel em dois quadros. O Quadro 3 aborda as três principais áreas de políticas públicas necessárias para o fortalecimento da AUP. Já o Quadro 4 se refere aos principais aspectos de institucionalização e regulamentação necessários para AUP.

Quadro 3 – Ações e Políticas Públicas de Cascavel para AUP

Acesso à Terra	Serviço de Agricultura e Segurança Alimentar				Serviços Ambientais	
Programa de Acesso à Terra para AUP	Créditos e Financiamentos para AUP	Educação e Assistência Técnica para AUP	Assistência para Acesso a Mercados	Gestão de riscos	Promoção de Técnicas de Agricultura Ecológica	Serviço de Integração entre Compostagem e AUP
Sim	Sim	Insuficiente	Não	Não	Insuficiente	Não

Fonte: Elaboração própria com base no modelo de Oliveira (2017)

Quadro 4 – Aspectos da Institucionalização da AUP no município de Cascavel

Estado legal da AUP	Orçamento público para AUP	Inclusão da AUP no Plano de Segurança Alimentar	Inclusão da AUP no Plano de desenvolvimento Urbano	Existência de um comitê intersetorial de AUP	Existência de Canais de Participação Política
Atividade legal	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaboração própria com base no modelo de Oliveira (2017)

Segundo o modelo de Oliveira (2017), a cidade de Cascavel pode ser classificada como o tipo “emergente”: uma cidade na qual a AUP já ocupou um lugar historicamente marginalizado e em que, nos últimos anos, o governo municipal tem buscado regulamentar uma política de AUP, mas os recursos e a assistência técnica oferecida pela prefeitura aos agricultores urbanos, no geral, são insuficientes.

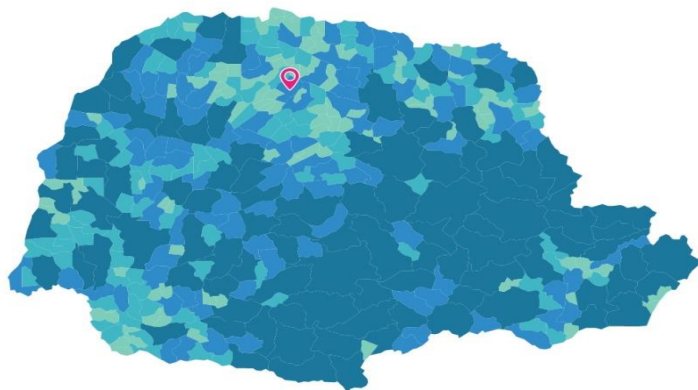
A AUP hoje é uma atividade legal no município de Cascavel, mas infelizmente ela ainda é vista como atividade marginalizada por outras secretarias da prefeitura, gestores e cidadãos. O programa de Agricultura Urbana não está no plano de segurança alimentar e essa pode ser uma das variáveis pelas quais o município não está conseguindo atingir o ODS número 2.

2.6 Maringá: além da cidade canção

A fundação oficial de Maringá é 10 de maio de 1947. O nome da cidade foi inspirado na canção “Maringá, Maringá”, de Joubert de Carvalho. Por isso, a cidade é conhecida como a cidade canção. Ela se localiza na região noroeste do Paraná e tem muita importância estadual e regional do ponto de vista econômico e social. A cidade é polo de uma região que abrange mais de 100 cidades, sendo considerada uma das poucas do país que consegue conciliar crescimento econômico com preservação ambiental (Ipardes, 2012; Maringá, 2022).

Segundo dados do IBGE (2023), no censo de 2022, Maringá possuía uma população de 409.657 pessoas. O PIB *per capita* era de 46.507,74 reais e o IDHM de 0,808, uma classificação de IDH considerada muito alta. Em 2021, o salário médio mensal era de 2.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 46.4%. O percentual da população que vivia com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa era de 26.1%. A Figura 4 mostra a localização geográfica de Maringá.

Figura 4 – Localização geográfica da cidade de Maringá – Estado do Paraná.



Fonte: IBGE (2023)

Segundo o IDSC-BR (2024), Maringá apresenta uma pontuação geral de 58,76 pontos no Índice de Desenvolvimento Sustentável, estando na posição 109 dentre os 5.570 municípios do Brasil. Com relação aos Dezesete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Maringá atualmente alcançou dez.

Na Figura 5, pode-se identificar que Maringá apresenta uma pontuação baixa no ODS número 1 (erradicar a pobreza) e número 2 (erradicar a fome). Estes dois ODS estão diretamente relacionados aos propósitos de políticas públicas de AUP que buscam ser uma ferramenta social de promoção da segurança alimentar e geração de renda.

Figura 5 – Avaliação ODS na cidade de Maringá



Fonte: IDSC-BR (2024)

2.6.1 Políticas Públicas Municipais de AUP: Maringá

As discussões em torno das políticas públicas voltadas a AUP se iniciam em Maringá em 2005. Neste ano, conforme a lei Nº 6.822, foi instituído o Programa Municipal de Agricultura Urbana no município de Maringá que traz as primeiras diretrizes para o desenvolvimento da AUP em Maringá (Maringá, 2005).

No mesmo ano, a administração municipal também priorizou o desenvolvimento de ações na área da saúde e o município aderiu à Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis, cujos objetivos eram viabilizar projetos e construir políticas públicas saudáveis. O resultado foi a elaboração, em 2006, do Programa Maringá Saudável, no qual foi estabelecido um conjunto de ações e estratégias de alimentação saudável e geração de renda. Dentre as estratégias, estava a criação de um programa de hortas comunitárias (Albuquerque *et al.*, 2016).

O Programa Hortas Comunitárias de Maringá foi implantado no ano de 2007 pela prefeitura do município que, em 2008, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), encaminhou o projeto para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Como consequência, foi aprovada a institucionalização do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana, o CERAUP/UEM. Deste então, ele tem atuado de forma ativa na assistência técnica às hortas e capacitação dos produtores (Fernandes; Souza; Martins, 2013).

De acordo com Michellon, Jung e Rossi (2016), o Programa Hortas Comunitárias foi desenvolvido como uma das políticas públicas do município de Maringá para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias de baixa renda do município. Esse programa, apesar de ter iniciado no ano de 2007, somente foi oficializado no ano de 2011, por meio da lei municipal nº 8.981 (Maringá, 2011).

O citado programa vem se tornando uma grande referência como modelo de políticas públicas para o desenvolvimento e consolidação da AUP no Paraná e no Brasil. O município de Cascavel realizou visitas para conhecer o programa de Maringá, antes da implantação do seu próprio programa de AUP.

Pelo município de Maringá ser uma referência em AUP no estado, é de fundamental importância compreender a dinâmica desse modelo de Agricultura Urbana e Periurbana. Dessa forma, se faz necessária a aplicação do modelo de análise de Oliveira (2017), para identificação do nível de envolvimento do governo municipal em ações públicas e dos aspectos de institucionalização da AUP na cidade. Com isso, pode-se classificar o município em: marginal, emergente, societal ou estatal, além da possibilidade de se fazer comparações com as políticas públicas do município de Cascavel.

Foram organizados as ações públicas e os aspectos de institucionalização da AUP de Maringá em dois quadros. O Quadro 5 aborda as três principais áreas de políticas públicas

necessárias para o fortalecimento da AUP. O Quadro 6 se refere aos principais aspectos de institucionalização e regulamentação necessários para AUP.

Quadro 5 – Ações e Políticas Públicas de Maringá para AUP

Acesso à Terra	Serviço de Agricultura e Segurança Alimentar				Serviços Ambientais	
Programa de Acesso à Terra para AUP	Créditos e Financiamentos para AUP	Educação e Assistência Técnica para AUP	Assistência para Acesso a Mercados	Gestão de riscos	Promoção de Técnicas de Agricultura Ecológica	Serviço de Integração entre Compostagem e AUP
Sim	Sim	Insuficiente	Não	Insuficiente	Insuficiente	Sim

Fonte: Elaboração própria com base no modelo de Oliveira (2017)

Quadro 6 – Aspectos da Institucionalização da AUP no município de Maringá

Estado legal da AUP	Orçamento público para AUP	Inclusão da AUP no Plano de Segurança Alimentar	Inclusão da AUP no Plano de desenvolvimento Urbano	Existência de um comitê intersetorial de AUP	Existência de Canais de Participação Política
Sim	Sim	Sim	Sim	Não (Existem ações intersetoriais, mas não um comitê formal).	Sim

Fonte: Elaboração própria com base no modelo de Oliveira (2017)

De acordo com o modelo de Oliveira (2017), embora Maringá enfrente desafios para aprimorar o sistema de serviços destinados à AUP, o município tem uma estrutura institucional que favorece a atividade, podendo ser classificado como “estatal” por possuir um sistema de institucionalizações e regulamentações favoráveis para o desenvolvimento da AUP. O programa hortas comunitárias de Maringá foi criado com a participação de várias secretarias municipais em discussão com a comunidade.

Hoje, Maringá pode ser considerada um modelo de política pública de AUP a ser seguido no estado do Paraná, mas, apesar da estrutura, dos serviços e regulamentações positivas que a cidade apresenta, foram identificados grandes desafios referentes a ações de assistência técnica para os produtores urbanos do município e no que se refere à relação da AUP com a promoção da segurança alimentar e o combate à fome. Estas questões serão descritas na seção quatro da presente dissertação.

Esta pode ser uma das variáveis relacionadas ao fato do município de Maringá não estar conseguindo atingir as políticas de ODS de erradicação da pobreza e de erradicação da fome. Como já foi apresentado na Figura 4, Maringá apresenta grandes e significativos desafios nesses ODS.

3 O “VOO DA HARPIA” SOBRE AS HORTAS COMUNITÁRIAS ENQUANTO ORGANIZAÇÕES

Na seção anterior, foi explorada a área conceitual da Agricultura Urbana e Periurbana, demonstrando-se como as políticas públicas são de fundamental importância para a compreensão e consolidação da AUP no Brasil, mas observar as hortas comunitárias somente por essa perspectiva teria como consequência uma análise fragmentada do fenômeno estudado.

Na presente seção, explora-se a AUP no formato de hortas comunitárias. Ao se falar sobre esse tema, refere-se a um conjunto de diferentes pessoas, com histórias de vida distintas, que dividem o mesmo território, com comportamentos intrapessoais e interpessoais e que realizam atividades com objetivos em comum.

Falar em hortas comunitárias é falar em sistemas organizacionais com vários níveis de complexidade. Portanto, é necessário que se desenvolva uma perspectiva ampliada dessa realidade. A presente seção se propôs a analisar a complexidade das hortas comunitárias como organizações a partir da abordagem interdisciplinar.

De acordo com Fernández-Ríoz (2010), problemas complexos exigem a soma de esforço e colaboração de várias disciplinas que fornecem recursos teóricos e metodológicos para sua compreensão. A interdisciplinaridade abre novos horizontes de cooperação no processo de compreensão e resolução de problemas complexos.

A abordagem interdisciplinar não é uma tarefa simples e fácil. Só há interdisciplinaridade se temos a coragem para abandonar o conforto da nossa formação disciplinar para nos aventurarmos com curiosidade, abertura e cooperação em um domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo (Pombo, 2006).

Buscando superar a fragmentação entre os saberes, a interdisciplinaridade se esforça para criar pontes, diálogos e cooperação entre as disciplinas. É necessária a abertura para um modelo mais global do indivíduo dentro do universo que seja apto para a resolução de problemas complexos. Esta abordagem busca o equilíbrio entre uma análise fragmentada e a síntese simplificadora (Siebeneichler, 1989; Paul, 2011).

Não existe um consenso na literatura da área sobre o conceito de interdisciplinaridade, mas pode-se constatar, pelas definições acima citadas, que os autores trazem que a abordagem interdisciplinar é uma forma ou perspectiva de compreendermos os problemas em seus diversos níveis de complexidade, sendo necessário abandonar-se velhos paradigmas, com o objetivo de diálogo com outras áreas do conhecimento.

Uma metáfora que sintetiza bem o que seria a abordagem interdisciplinar é a do “voo da águia” de Brügger (2006). Para a autora, a águia é capaz de ver todo o ecossistema e ver a parte (sua presa) a partir de uma grande distância. O voo da águia simboliza o desejo de desmoronar as fronteiras disciplinares do conhecimento para integrar as partes ao todo e ver o mundo por uma lente com visão sistêmica. De acordo com a autora, essa metáfora traduz a necessidade de transcender as formas disciplinares do conhecimento.

Trazendo a imagem do “voo da águia” para o contexto brasileiro, acredita-se que o “Voo da Harpia” é uma metáfora mais adequada à análise interdisciplinar da presente pesquisa, pois no Brasil a ave *Harpia harpyja*, conhecida como gavião-real, é descrita como a águia brasileira. A presente seção irá fazer o “Voo da Harpia” sobre o fenômeno das hortas comunitárias, buscando compreender, por meio da abordagem interdisciplinar, as hortas comunitárias como sistemas organizacionais complexos. As hortas comunitárias serão vistas na presente seção pelas lentes das áreas do conhecimento da Administração, Psicologia, Economia e Agronomia.

3.1 Organizações sob uma perspectiva interdisciplinar

Segundo Raynaut (2014), um dos principais desafios de pesquisas interdisciplinares se refere ao diálogo e integração entre as Ciências Exatas, que trabalham com dimensões materiais do fenômeno, e as Ciências Humanas, que trabalham com dimensões imateriais do mesmo fenômeno. A área da Administração Científica desenvolve-se diante desse desafio, pois a compreensão organizacional envolve o estudo tanto das dimensões materiais quanto das imateriais que fazem parte do ambiente organizacional.

A administração é o processo de tomar decisões sobre recursos e objetivos organizacionais. Os processos administrativos são divididos em: planejamento, organização, liderança, execução e controle. Em sentido restrito, a administração é o grupo de pessoas que dirige uma organização. Como disciplina, ela possui um corpo organizado de conhecimento, com teorias, princípios e técnicas para gerenciamento dos processos organizacionais (Maximiano, 2018).

A Administração, como área do conhecimento científico, possui uma história relativamente recente, de um pouco mais de cem anos, e, ao longo do tempo, conforme o contexto específico de cada período histórico, foram sendo desenvolvidas diferentes teorias e escolas da administração para serem aplicadas no ambiente organizacional (Motta; Vanconcelos, 2021).

De acordo com Borges e Yamamoto (2014), o surgimento da Administração como ciência ocorreu no século XIX e teve influências do capitalismo e do positivismo. Os grandes expoentes da abordagem da Administração clássica foram Frederick Taylor e Henry Fayol. Taylor, considerado o precursor da Administração científica, ocupou-se em estudar o planejamento da execução das tarefas. Henry Fayol, o principal nome da Teoria Clássica da Administração, partiu de uma visão macroscópica da organização, preocupando-se com as funções de gerenciamento.

É importante destacar que as primeiras escolas e teorias da Administração davam ênfase aos aspectos materiais da organização. A preocupação principal era aumentar a eficiência e produtividade da organização, não dando ênfase aos aspectos imateriais ou variáveis pessoais dos funcionários da organização. Muitas empresas atuais carregam heranças das teorias clássicas da Administração, onde se mantem ênfase nas tarefas, divisão de trabalho, rotinas e o uso excessivo de manuais (Matos Filho, 2018).

Desde a abordagem clássica, surgiram diferentes teorias e escolas da Administração. A Teoria Geral da Administração (TGA) é o campo do conhecimento que se ocupa do estudo geral da área, sendo disciplina obrigatória na grade curricular das faculdades de Administração do Brasil. Trata-se de uma forma de organização das diversas teorias que tiveram impacto no desenvolvimento da Administração como área do conhecimento científico (Lacombe, 2012).

Conforme Chiavenato (2004), a TGA estuda a administração das organizações do ponto de vista da interação e da interdependência entre seis variáveis principais: tarefa, estrutura, pessoas, tecnologia, ambiente e competitividade. Cada uma destas seis variáveis provocou, ao seu tempo, uma diferente teoria administrativa, marcando um avanço no desenvolvimento da TGA. Cada teoria administrativa privilegia ou enfatiza uma ou mais dessas seis variáveis. No Quadro 7, estão as principais Teorias da Administração.

Quadro 7 – Principais Teorias da Administração (continua)

Teorias	Ano
Administração Científica	1903
Teoria da Burocracia	1909
Teoria Clássica	1916
Teoria das Relações Humanas	1932

Quadro 7 – Principais Teorias da Administração (conclusão)

Teorias	Ano
Teoria Estruturalista	1947

Teoria dos Sistemas	1951
Abordagem Sociotécnica	1953
Teoria Neoclássica	1954
Teoria Comportamental	1957
Desenvolvimento Organizacional	1962
Teoria da Contingência	1972
Novas Abordagens	1990

Fonte: Adaptado de Chiavenato (2004)

Cada umas das teorias citadas no Quadro 7 teve grande impacto na história da Administração moderna. Todas elas apresentam contribuições específicas para a compreensão das organizações e possuem aspectos positivos e negativos em relação a sua aplicação. Essas teorias vão se diferenciar em razão do foco e da abordagem diante dos processos organizacionais.

Seria exaustivo e fugiria dos objetivos da pesquisa a exploração de cada uma das teorias da Administração. Um dos objetivos específicos da presente pesquisa é analisar a complexidade dos sistemas de organização existentes nas hortas comunitárias por meio da abordagem interdisciplinar. Estudando as principais teorias da administração, foi identificado que a Teoria dos Sistemas seria a que se encaixaria aos objetivos dessa dissertação.

3.1.1 *Teoria dos sistemas*

Entre as décadas de 1960 e 1970, o capitalismo entrou em crise mundial: era o fim da chamada “Era Dourada”. As consequências da crise capitalista trouxeram grandes mudanças não apenas em paradigmas da Administração, mas também na economia, na política, na psicologia, na sociedade, na cultura e nos paradigmas das ciências de forma geral (Santos; Almeida; Pereira, 2022).

A Teoria de Sistemas é um ramo específico da Teoria Geral de Sistemas (TGS). Ela surgiu diante da necessidade do desenvolvimento de um novo paradigma de conhecimento científico. A necessidade de mudança de paradigma resultou do fato do esquema mecanicista e de especialização das disciplinas terem se mostrado insuficientes para atender os problemas teóricos e práticos do mundo. Com base nessa constatação, alguns cientistas orientaram suas preocupações para o desenvolvimento de uma TGS (Motta, 1971).

Segundo Bertalanffy (2010), a Teoria Geral dos Sistemas nasce da necessidade de olhar os problemas que começaram a surgir no mundo e nas várias ciências, a partir de uma visão

sistêmica. A ciência clássica, em suas diversas disciplinas, buscava isolar os elementos do fenômeno para estudo, projetando que, ao recolocá-los juntos novamente, teria a compreensão do fenômeno como todo. A Teoria dos Sistemas define um sistema como um complexo de elementos em interação. Dessa forma, não basta a compreensão dos elementos isoladamente, mas é necessária a compreensão das interrelações entre os elementos.

Por meio da TGS, a abordagem interdisciplinar dos fenômenos passou a ser o modelo de interpretação dos sistemas, estabelecendo principalmente o conceito de sistemas abertos e interdependentes. Trata-se, portanto, de uma teoria interdisciplinar aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Ela contribui para a compreensão da inter-relação existente entre os diversos sistemas que existem em uma organização e a complexidade desses relacionamentos (Araujo; Gouveia, 2016).

Para Bertalanffy (2010), um sistema é um conjunto de elementos que estão em inter-relação entre si e com o ambiente. Inerente a esta definição está a noção de sistema aberto ou adaptativo. Um sistema aberto é aquele que interage com o ambiente externo, enquanto o sistema fechado interage apenas com outros elementos internos. Como qualquer sistema, seja ele um organismo vivo ou uma organização, é fundamental para sua sobrevivência a noção de sistemas abertos que estão em constante interação com o ambiente externo do qual faz parte.

A imagem de uma organização como um sistema vem da TGS. Esta teoria propõe que as organizações, assim como todos os organismos vivos, são compostas por subsistemas que interagem entre si e com o ambiente externo. Mudanças no ambiente externo induzem mudanças na organização e mudanças em subsistema da organização terão impactos nos seus outros componentes, uma vez que eles são inter-relacionados (Seabra, 2001; Burnes, 2004).

De acordo com Chiavenato (2004), a Teoria dos Sistemas aplicada às organizações permite identificar as propriedades gerais das organizações de uma maneira global, não reveladas pelos métodos clássicos de análise científica. Ela possibilita também a inter-relação e a integração de assuntos que são, na maioria das vezes, de naturezas completamente diferentes.

O pensamento sistêmico é a ferramenta do administrador moderno para lidar com situações complexas. Qualquer sistema é representado por elementos que se organizam em entradas, processos e saídas. Organizações possuem pelo menos dois sistemas que se influenciam mutuamente: o sistema técnico (aspectos materiais) e o sistema social (aspectos imateriais). Os elementos necessários para análise de sistemas são: ambiente, objetivos, componentes, processo e controle (Maximiano, 2015; Maximiano, 2018).

3.2 Análise do Comportamento

A Análise do Comportamento é uma abordagem da Psicologia que tem como objetivo descrever e explicar o comportamento humano a partir de sua interação com o ambiente. A explicação dessa teoria é sistematizada conforme orientações filosóficas e testada de forma empírica. Busca-se não somente descrever regularidades, mas também o desenvolvimento de resoluções para questões relevantes para nossa sociedade, tanto em dimensões individuais quanto em dimensões culturais (Carrara, 2016; Moureira; Medeiros, 2019).

De acordo com Tourinho (2003), a Análise do Comportamento se constrói como uma modalidade de discurso psicológico crítico da visão fragmentada e mecanicista, não atribuindo, seja para eventos subjetivos ou eventos ambientais, explicações causais do comportamento. Diferente disso, busca na relação do homem com o mundo uma explicação tanto para sua experiência subjetiva, quanto para seu comportamento público.

Para explicar a complexidade do comportamento humano, Skinner (1981), apresenta seu modelo de Análise do Comportamento, o qual foi definido como modelo de seleção do comportamento por consequências:

O comportamento humano é produto conjunto de: a) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies, b) contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo c) contingências especiais mantidas por um ambiente cultural evoluído (Skinner, 1981, p. 502).

O modelo de seleção por consequências separa definitivamente Skinner do mecanicismo, ou seja, de explicações em termos de causa e efeito. Este modelo permite compreender que o repertório de um indivíduo passa necessariamente por uma história de seleção por consequências entre interações do organismo e o ambiente em níveis filogenéticos, ontogenéticos e culturais (Andery, 2001; Kuch; Dittrich, 2023).

Segundo Silva, Tsukahara e Nunes (2017), a identificação dos níveis filogenéticos, ontogenéticos e culturais, que estão agindo em um indivíduo ou organização em como eles interagem, é de fundamental importância para a compreensão do comportamento complexo dos indivíduos em uma organização. A compreensão dos sistemas comportamentais envolve a descrição das contingências estabelecidas nos seus três níveis de análise.

Análise do Comportamento pode ser considerada uma área interdisciplinar, pois para a compreensão da complexidade do indivíduo e de organizações é necessário a análise multidimensional em níveis filogenéticos, ontogenéticos e culturais. Sem a compreensão desses

três níveis de seleção, teríamos uma análise fragmentada do comportamento humano (Skinner, 1981; Baum, 1999).

3.2.1 *Análise do comportamento e teoria geral dos sistemas*

É difícil imaginar uma pessoa que não faça parte de algum sistema organizacional. Todo indivíduo, desde seu nascimento, vai se envolver, com seu grupo familiar, em relações comportamentais com grupos organizacionais, sejam políticos, educacionais, recreativos ou profissionais. Pesquisadores da Análise do Comportamento vêm estudando sistemas organizacionais há muitos anos. Esta área específica de estudos organizacionais dentro da Análise do Comportamento é conhecida como *Organizational Behavior Management* (OBM) (Brethower, *et al.*, 2022).

Conforme Wilder, Austin e Casella (2009), a OBM é a aplicação dos princípios da Análise do Comportamento a indivíduos e grupos em ambientes organizacionais. Ela envolve a aplicação de procedimentos comportamentais para produzir mudanças socialmente significativas no comportamento humano dentro de organizações. Esta área de pesquisa envolve várias subdisciplinas, dentre as quais destaca-se a Análise de Sistemas Comportamentais.

De acordo com Brethower (2004), a Análise de Sistemas Comportamentais introduz a Teoria Geral dos Sistemas nas organizações e estabelece um conjunto de conceitos e técnicas que ajudam a desenvolver ambientes organizacionais saudáveis. Os conceitos e técnicas originam-se do diálogo interdisciplinar entre duas teorias: Análise do Comportamento e a Teoria Geral dos Sistemas. A primeira ajuda a entender como as pessoas funcionam, enquanto a segunda ajuda a entender como o mundo funciona.

Nesse sentido, a Análise de Sistemas Comportamentais é o resultado do diálogo interdisciplinar entre estas duas teorias e pontua que organizações funcionam como sistemas, pois as relações de interdependência dentro e entre sistemas são fundamentais para a sobrevivência da organização. Ela ainda traz um olhar sistêmico do funcionamento de sistemas organizacionais (Brethower, 2004; Brethower, 2007).

Diener, McGee e Miguel (2009), assinalam que a Análise de Sistemas Comportamentais é um processo contínuo de análise das variáveis organizacionais para auxiliar no planejamento e gerenciamento de desempenho nos vários níveis da organização. Ao investigar toda organização como um sistema e descrever como os seus componentes interagem, pode-se identificar áreas que podem ser melhoradas, buscando a sobrevivência dessa organização.

Em um sistema organizacional, existem elementos que interagem entre si e com o ambiente externo. Uma mudança em uma parte do sistema tem o poder de impactar outras partes do sistema e o ambiente externo. Mudanças no ambiente externo do ambiente também têm o potencial de impactar a organização. A Análise de Sistemas Comportamentais pode ser usada para identificar todas estas variáveis que afetam a organização como um todo (Mcgee; Crowley-Koch, 2022).

Najmanovich (2008) utiliza a metáfora do universo como uma rede, que implica em muitas possibilidades de interconexões. Todo conhecimento surge de um sistema dinâmico de interação em múltiplas dimensões da dinâmica da rede. A organização resultante é preservada ou transformada através de diferentes vínculos com o ambiente. Nesse sentido, as redes moldam a organização e a organização é a forma configurada pela rede. Nessa abordagem, não faz sentido perguntar qual é a estrutura de um sistema, mas sim compreender o processo dinâmico da rede que deu consistência à determinada organização.

A Análise dos Sistemas Comportamentais tem contribuído para o desenvolvimento de ferramentas para a compreensão dos processos dinâmicos dos sistemas organizacionais. Dentre elas, pode-se destacar a *Total Performance System* (TPS), cuja primeira versão trouxe sete elementos para análise de sistemas: missão, entradas ou recursos, sistema de processamento, feedback do sistema de processamento, saídas ou produtos, sistema receptor e feedback do sistema receptor (Brethower, 1982).

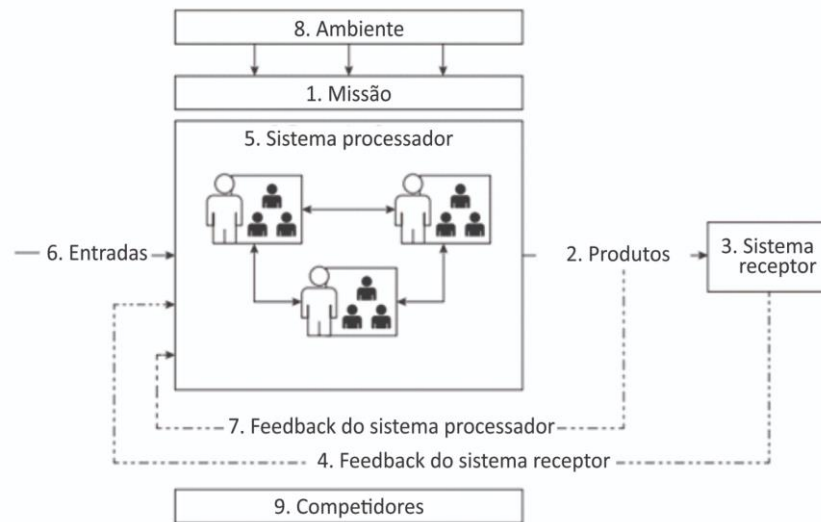
Segundo Molina, McGee e Deochand (2019), a missão deve identificar a razão para a existência da organização. As entradas são os vários recursos do ambiente externo que o sistema utiliza. O sistema de processamento compreende os vários processos que transformam entradas em saídas, sendo necessário o *feedback* dos próprios indivíduos que fazem parte do sistema de processamento. As saídas são os produtos entregues ao sistema receptor e os clientes que o constituem também fornecem *feedback* ao sistema processador.

A TPS pode ser aplicada para examinar uma variedade de sistemas, incluindo organizações sem ou com fins lucrativos. Existem na literatura da área variações da ferramenta TPS. Nestas, ocorrem mudanças nos elementos a serem analisados. Alguns pesquisadores adicionam outros elementos, como estímulos condicionais, contextuais ou operações motivadoras, a depender do foco da análise (Aureliano; Pessôa, 2017).

No presente trabalho, foi usada para a análise das hortas comunitárias selecionadas a versão de TPS de Rummier e Brache (2013). Na Figura 6, está a representação gráfica da TPS. Nesta versão, ela é composta por nove elementos. São eles: missão, produtos, sistema receptor,

feedback do sistema receptor, sistema processador, *feedback* do sistema processador, entradas, ambiente e competidores.

Figura 6 – Representação gráfica da *Total Performance System*



Fonte: Adaptada a partir de McGee e Crowley-Koch (2022).

Para Malott (2003), não se pode intervir com sucesso em uma organização, a menos que ocorra a compreensão de suas unidades de análise, que seriam: o sistema comportamental, contingência comportamental e metacontingência. Um sistema comportamental é aquele formado por indivíduos interagindo em direção a um objetivo comum. O TPS ajuda a ilustrar como um sistema comportamental interage com seu ambiente, sendo uma ferramenta indispensável para se desenvolver visões gerais objetivas e identificar áreas críticas que precisam ser melhoradas.

A aplicação da TPS nas hortas comunitárias de Cascavel e Maringá é o primeiro passo para a descrição e compreensão sistêmica desses espaços como organizações complexas, possibilitando aos pesquisadores identificar as variáveis envolvidas na rede de funcionamento das hortas comunitárias estudadas e verificar se os processos e interrelações entre os produtores das hortas comunitárias e seus parceiros estão alinhados a sua missão.

Diante da complexidade de variáveis que envolvem o sistema organizacional, se faz necessário o estabelecimento de esquemas que discriminem níveis de complexidade das organizações. As hortas comunitárias estudadas na presente pesquisa foram organizadas conforme os três tipos de complexidades descritas por Glenn e Malott (2004), sendo eles: ambiental (fatores externos à organização que afetam o desempenho interno), componente

(número de componentes organizacionais e suas relações) e hierárquica (número de níveis hierárquicos e suas relações).

O Quadro 8 descreve, de forma geral, os três níveis de complexidade organizacionais identificadas nas hortas comunitárias de Cascavel e Maringá. Este tipo de descrição possibilita uma maior compreensão dos vários sistemas e os componentes internos e externos que envolvem as hortas comunitárias enquanto organizações complexas.

Quadro 8 – Tipos de complexidades organizacionais das hortas comunitárias

Tipo	Unidade de análise	Efeito	Gestão
Complexidade ambiental.	Políticas públicas de AUP; Fatores climáticos; Tecnologia agroecológica; Flutuações na economia.	Aumentar a probabilidade de sobrevivência da organização.	Alinhar a organização interna ao ambiente externo.
Complexidade de componentes	O número de agricultores de cada horta comunitária; Número de técnicos da prefeitura envolvidos no projeto; Número de técnicos parceiros envolvidos na assistência.	Eficiência dos processos	Simplificar os processos, eliminando redundâncias.
Complexidade Hierárquica.	Prefeitura; Parceiros (assistência); Agricultores urbanos.	Eficiência dos processos.	Simplificar os níveis de gerenciamento para eliminar desconexões e promover consistência entre os níveis.

Fonte: adaptada de Glenn e Malott (2004).

Em uma análise organizacional das hortas comunitárias, a capacidade de descrição sobre a forma de interação entre os agricultores possibilita diversos ganhos, principalmente para sua sobrevivência. As hortas comunitárias também são compostas por contingências comportamentais e operantes entrelaçadas. Para maior compreensão da complexidade das contingências operantes entrelaçadas do sistema das hortas comunitárias, também foi utilizada a ferramenta conceitual de Metacontingência.

Glenn (1986), faz uma distinção entre dois tipos de contingências que seriam objeto de estudo do analista do comportamento: 1) relações de contingência entre uma classe de respostas com uma consequência comum; 2) relações de contingência entre uma classe de comportamentos e uma consequência cultural comum. Para o segundo tipo de contingência a autora dá o nome de Metacontingências.

O conceito de Metacontingências vem sendo estudado por analistas do comportamento interessados em análise de fenômenos culturais e organizacionais. Ele foi sendo reformulado

ao longo dos anos e atualmente a definição de Metacontingência mais aplicada é de Glenn *et al.*, (2016), que a conceitua como uma relação entre: 1) contingências entrelaçadas recorrentes tendo como consequência um produto agregado; 2) a seleção de eventos ou eventos ambientais.

Segundo Silva (2008), o conceito de Metacontingência permite a descrição dos sistemas organizacionais em níveis distintos de complexidade, possibilitando a capacidade de se desenvolver intervenções que sejam efetivas para a organização que podem envolver, portanto, desde análises extremamente amplas, como modos de produção (capitalismo), até a de organizações (hortas comunitárias).

3.3 Modelos de gestão organizacional

Faria (2009), desenvolveu um estudo crítico sobre os principais modelos de gestão organizacional identificados a partir de uma relação cruzada de poder entre a pessoa que administra uma organização e como ela faz isso. Tomando por base as relações de poder e de trabalho, encontram-se cinco formas principais de gestão: 1) Heterogestão; 2) Gestão Participativa; 3) Cogestão; 4) Gestão Cooperativa; 5) Autogestão.

A Heterogestão se caracteriza por princípios de gestão hierárquica. As ordens sempre partem de cima para baixo, do diretor para o empregado que somente deve prestar contas e informações sobre o seu desempenho para o chefe, não possuindo poder decisório sobre as variáveis que envolvem o seu trabalho e a organização como um todo (Leal; Rodrigues, 2018).

De acordo com Baptista (2012) e Marujo (2020), a Heterogestão se consolida como um modelo da empresa capitalista baseado nas teorias clássicas da administração. Ela busca atuar na coordenação das diferentes partes isoladas do processo de trabalho, focando no sincronismo e na precisão mecânica da atividade para a maximização do lucro financeiro. Nesse tipo de gestão, incentiva-se a competição entre os trabalhadores, ao invés da cooperação.

A Gestão Participativa surge na Administração como uma das estratégias das empresas para envolverem os empregados no processo de produção e assim obterem vantagens competitivas. No entanto, ela pode se tornar uma forma mascarada de obter o comprometimento do trabalhador, fazendo com que ele se sinta parte do processo, sem ter, na verdade, nenhum poder sobre esse (Predebon e Souza, 2003).

Segundo Faria (2009), o planejamento participativo pode ser apenas uma forma de participação restrita conduzida por um diretor na construção de um plano. Nesse sentido, a Gestão Participativa pode ser:

1) Restrita, reduzida somente ao local de trabalho em forma de equipes e grupos; 2) consultiva pontual, quando os sujeitos são chamados a opinar sobre determinados assuntos específicos, ou seja, são consultados sobre assuntos que interessam aos dirigentes; 3) consultiva representativa, quando os sujeitos são consultados através de um sistema formal de representação, muitas vezes em forma de comissões permanentes, como é o caso das comissões obreiras espanholas; 4) expandida, quando a participação atinge o conjunto dos sujeitos em uma organização, através de sistemas de representação coletiva para várias atividades ou esferas de decisão, como é o caso da proposta da economia solidária; 5) popular ou coletiva, quando a representação se dá em termos de um espaço territorial ou político definido, tais como associações, para a defesa de interesses de natureza coletiva local ou de uma prática que engloba diversas organizações sob uma mesma orientação política, como é o caso das comissões de fábrica em uma base territorial (Faria, 2009, p. 297).

A Cogestão propõe que o trabalhador tenha poder de decisão em níveis operacionais, estratégicos e políticos da organização, podendo ser relativa ou partilhada. Ela é relativa quando há alguma participação dos empregados nos conselhos superiores e partilhada quando a participação dos empregados nos conselhos superiores é formal e legal a partir de critérios de representatividade (Faria, 1982; Faria, 2009).

Conforme Silva e Andrade (2017), a Cogestão se configura na participação do empregado nas tomadas de decisões na organização. Assim, a participação do empregado ocorre diretamente na direção da organização, e ele também se torna diretamente responsável pelos seus riscos.

O movimento cooperativo remonta ao século XIX, como resposta às condições de trabalho de operários ingleses, acentuada pela multiplicação de máquinas nas fábricas. Ele foi se consolidando e seus princípios foram implantados em diferentes países. Os princípios orientadores da Gestão Cooperativa são: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática pelos membros; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; e 7) interesse pela comunidade (Souza; Santos; Rocha, 2020).

Faria (2009), assinala que a Gestão Cooperativa é caracterizada por uma gestão na qual os trabalhadores cooperam uns com os outros. Essa forma de gestão não deve ser confundida com cooperativismo, especialmente com cooperativas agrícolas e cooperativas médicas, pois estas funcionam como empresas capitalistas, mesmo que sob o regime jurídico cooperativista.

De acordo com Pinheiro e Paula (2015), o modelo de Autogestão se contrapõe aos modelos econômicos, políticos e sociais de dominação. Ele diz respeito à gestão por si mesmo, ao contrário da Heterogestão que significa gestão pelo outro. Este modelo busca estabelecer

relações solidárias, democráticas e equitativas, nas quais os trabalhadores tornam-se donos dos meios de produção, com direito à participação nos processos decisórios da organização.

O modelo de Autogestão pode ser parcial, no qual se restringe ao nível das unidades produtivas. É parcial porque não se realiza plenamente e não se realiza porque se encontra inserido no paradigma capitalista. O modelo de Autogestão também pode ser pleno ou social. Por ter uma dimensão social, ele somente pode existir nas unidades produtivas quando o sistema social for autogestionário. A Autogestão social ultrapassa qualquer proposta no âmbito da gestão participativa (Faria, 2017).

Com base nos cinco modelos de gestão organizacional descritos por Faria (2009), identificou-se o modelo de gestão organizacional utilizado nas hortas comunitárias dos municípios de Cascavel e Maringá. Esses dados serão descritos na seção quatro da presente dissertação, na qual serão explorados todos os dados coletados por meio da pesquisa de campo.

3.4 Economia solidária e ciência comportamental contextual: um diálogo possível

Segundo Singer (2001), uma sociedade que leva o individualismo, a competição e o capitalismo como suas normas sociais estaria, em longo prazo, fadada ao fracasso. Alguma solidariedade, cooperação e interação altruísta são indispensáveis à reprodução de qualquer sociedade. Sem este tipo de interação, o *homo sapiens* não sobreviveria enquanto espécie, ou seja, futuras gerações não existiriam.

A partir da década de 1970, os modelos capitalistas de economia e administração, representados por ideias econômicas neoliberais e por processos administrativos fordistas-tayloristas, entram em crise. Tal processo resultou em desemprego, precarização das relações de trabalho, crescimento da desigualdade social junto ao desmanche dos mecanismos de proteção social (AzambujA, 2009).

Singer (2002), pontua que a Economia Solidária foi criada por operários como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão do capitalismo industrial, no início do século XIX. Trata-se de uma alternativa por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica. Sua estruturação obedece aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia.

Esse movimento contestava a organização dita científica do trabalho e a sua especialização: vertical, separando a execução das tarefas; e horizontal, dividindo o trabalho em gestos repetitivos. É importante destacar que o movimento operário não se centrava

unicamente no ambiente de trabalho, mas visava, além de uma organização mais ampla de auto-organização no trabalho, a democratização da sociedade (Laville, 2009).

Nesse contexto, a partir do século XIX, é visível a presença crescente de grupos informais e associações de trabalhadores organizadas em bases cooperativas e em regime de autogestão. Essas iniciativas representariam uma opção efetiva para os segmentos sociais de baixa renda. Em diferentes países, pesquisas apontam que organizações e empreendimentos solidários estão convertendo-se em considerável mecanismo gerador de trabalho e renda (Gaiger, 2003).

O efeito promissor da Economia Solidária decorre de sua capacidade de estimular o protagonismo econômico e político de trabalhadores pobres e vulneráveis, por meio de sua organização econômica e de seu envolvimento na condução dos empreendimentos. Os negócios solidários podem ser considerados um elemento de inclusão social e igualdade, o que os diferencia de empresas convencionais ou capitalistas nas quais existem profundas desigualdades (Gaiger, 2015).

Para Singer (2013), a principal diferença entre a Economia Capitalista e a Solidária está na maneira como as organizações são administradas. A primeira aplica a Heterogestão ou administração hierárquica, na qual trabalhadores de nível mais baixo sabem muito pouco sobre a organização como um todo. Na Economia Solidária, a organização se administra democraticamente, ou seja, pratica-se a Autogestão, em que todos os participantes da organização sabem de todos os processos e problemas que ocorrem na organização.

A ideia de Autogestão como forma de organização tem uma longa história. O movimento operário, desde a Revolução Francesa de 1793, se manifestou politicamente pela Autogestão. A origem do conceito remonta à Alemanha do primeiro pós-guerra. A autogestão surge como nova forma de gestão autônoma do conjunto social. Nela, não existe patrão ou empregado. Todos são responsáveis pelas decisões que envolvem a organização, desde a produção, comercialização até a forma do dinheiro ser partilhado entre os participantes (Nascimento, 2008; Lanza *et al.*, 2014).

Conforme Paizinho (2016), entre as décadas de 1970 e 1980, o conceito de Economia Solidária começou a ser usado nos países da América Latina, onde as especificidades desse modelo econômico são relacionadas às transformações sociais, políticas e econômicas que cada país estava vivendo. O Brasil, vivia-se o período de Ditadura Militar, de grandes desigualdades socioeconômicas, e a Economia Solidária surgiu associada a processos de autogestão informal ancorada em laços de cooperação social.

Isso indica que os processos de Autogestão e cooperação social, como forma de administração de organizações e movimentos sociais, possui uma história de lutas contra o sistema capitalista. Estas lutas percorrem toda história dos movimentos sindicais, operários e políticos, sendo um contraponto aos paradigmas liberais e capitalistas. Esta discussão ganha um novo e importante capítulo com as pesquisas de Elinor Ostrom e sua equipe.

Elinor Ostrom recebeu o prêmio Nobel de Ciências Econômicas, no ano de 2009. Ela venceu o Nobel de Economia desafiando o paradigma econômico dominante da época sobre a tragédia dos recursos comuns. Ostrom demonstrou empiricamente que grupos são capazes de gerenciar e compartilhar de forma sustentável seus recursos comuns através da aplicação de certos princípios de cooperação para evitar a tragédia do uso excessivo de recursos comuns (Contipelli, 2020).

De acordo com Ostrom (2000), na maioria dos casos em que um determinado recurso natural é propriedade coletiva, existe a possibilidade de serem construídas regras de cooperação para um desfrute coletivo e sustentável, permitindo que cada integrante do grupo exerça influência e tenha poder nas decisões coletivas.

As pesquisas de Ostrom dão especial ênfase aos fundamentos da cooperação, entendida como essencial para sobrevivência de grupos e da sociedade de forma geral, buscando encontrar coletivamente soluções para um patrimônio compartilhado, do qual todos dependem (Baiardi, 2011).

Conforme Ostrom (1990), os princípios de governança cooperativa seriam:

- 1) Limites claramente definidos; 2) Regras adaptadas às condições locais, garantindo que aquele grupo experimente equivalência proporcional entre custos e benefícios; 3) Acordo coletivo para que todos afetados por uma decisão possam ter oportunidade de contribuir para as decisões do grupo; 4) Supervisão e monitoramento ativo do estabelecimento e cumprimento dos acordos estabelecidos pelo grupo; 5) Indivíduos que quebram as regras estabelecidas pelo grupo recebem sanções ou punições graduais; 6) Mecanismo de resolução de problemas para que se resolva rapidamente os problemas de uma forma justa por todos os membros do grupo; 7) Reconhecimento mínimo dos direitos da organização. Os direitos dos usuários de projetar suas próprias instituições são reconhecidos por autoridades governamentais externas; 8) No caso da gestão de recursos comuns maiores, existe a necessidade de um estilo de governança policêntrica ou multifacetada (Ostrom, 1990, p. 90).

Aproveitando os princípios de governança de Elinor Ostrom (1990), e tendo como base a importância da colaboração interdisciplinar no estudo de problemas sociais, pesquisadores da Ciência Comportamental Contextual, em conjunto com pesquisadores de outras áreas,

mergulharam profundamente nos princípios de cooperação de Ostrom para o desenvolvimento do que eles nomearam como Modelo Pró-Social (Eirdosh; Hanisch, 2020).

A sobrevivência da ciência não decorre somente de sua utilidade e coerência, depende também de como ela aprende a se comunicar com outras ciências e com a sociedade. A Ciência Comportamental Contextual é uma perspectiva do que tem sido tradicionalmente chamada de Análise do Comportamento, podendo ser vista como um projeto intencionalmente desenvolvido para a integração com outras áreas do conhecimento, buscando maior impacto na nossa sociedade (Vilardaga *et al.*, 2009).

Hayes, Barnes-Holmes e Wilson (2012), definem a Ciência Comportamental Contextual como uma estratégia comunitária focada em princípios de desenvolvimento científico, buscando o desenvolvimento de conceitos básicos e aplicados. Ela também é centrada em métodos que são úteis para prever e influenciar o contexto inserido de ações de organismos inteiros, individualmente e em grupo.

Segundo Atkins, Wilson e Hayes (2019), o comportamento pró-social é geralmente entendido como o ato de conviver e cooperar com os outros, beneficiando a sociedade como um todo. O Modelo Pró-Social é caracterizado por princípios básicos de *design* para construir grupos que funcionem melhor. Os princípios de Ostrom apontam para a direção que os grupos precisam seguir, mas habilidades psicológicas são necessárias para fazer essa jornada com flexibilidade. Os princípios de cooperação de Ostrom são compreendidos no Modelo Pró-Social a partir de diversos campos, porém interrelacionados, da Antropologia, da Biologia e da Ciência Comportamental Contextual.

O Modelo Pró-Social tem como grande objetivo o equilíbrio entre interesses individuais e coletivos de grupos a partir do desenvolvimento de habilidades de flexibilidade psicológica que oferece um conjunto de habilidades e perspectivas necessárias para que as pessoas consigam lidar com o egoísmo interno que se desenvolve a partir de vários pensamentos, sentimentos, sensações ou memórias que cada pessoa pode ter e que prejudicam a saúde pessoal e a sobrevivências de grupos e organizações (Hayes; Atkins; Wilson, 2021).

A presente pesquisa identificou se as hortas comunitárias pesquisadas apresentam entre os seus produtores os princípios de cooperação trabalhados por Elinor Ostrom e pelo Modelo Pró-Social. Para isso, os oito princípios de cooperação foram operacionalizados pelos pesquisadores em perguntas do formulário que foi aplicado com os participantes da pesquisa.

3.4.1 Economia solidária e agroecologia

De acordo com Paizinho (2016), a Economia Solidária tem um conjunto de princípios e práticas que, quando aplicados a AUP, podem contribuir significativamente para a sua consolidação. São exemplos, a reciprocidade, a redistribuição, relações de solidariedade, práticas de participação, gestão democráticas e práticas agrícolas sustentáveis. Estes princípios e práticas são convergentes com a ciência da Agroecologia.

Altieri (2012), relata que a crescente pressão em favor da agricultura industrial e da globalização, com ênfase nos cultivos de exportação, trouxe riscos econômicos, sociais e ecológicos severos para o mundo. Diante desse problema, a ciência da Agroecologia, a qual se define como a aplicação de princípios ecológicos para o manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporciona uma alternativa mais sustentável em comparação com a agricultura industrial.

Segundo Hecht (1999), a agricultura convencional se preocupa especificamente com o efeito das práticas de uso da terra e de manejos de animais, enfatizando uma única dimensão, a dos nutrientes do solo ou do surto de pragas para a maior produção possível. Não há dúvida de que esta abordagem tem sido bem-sucedida, pois a cada ano é possível ver notícias de recordes de plantações e exportações. No entanto, esta visão fragmentada de agricultura que não reconhece outras dimensões envolvidas no seu processo, produz danos ecológicos e sociais irreversíveis.

Isto vem em encontro com Norgaard e Sikor (1999), que assinalam que a Agronomia convencional segue as premissas dominantes da ciência mecanicista e capitalista. Eles conduzem experimentos controlados em laboratórios por empresas multinacionais, assumindo que a produção agrícola pode ser entendida objetivamente sem considerar os agricultores, sua forma de viver e o agroecossistema que os cerca.

O enfoque científico da Agroecologia destina-se a estabelecer bases e princípios teóricos e metodológicos para que ocorra uma mudança dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencional para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentável. O objetivo é a produção de alimentos de grande qualidade para toda sociedade e ao mesmo tempo sem causar danos ambientais e sociais (Caporal; Costabeber, 2002).

De acordo com Nakamura e Ranieri (2021), em muito projetos de hortas urbanas busca-se uma produção denominada agroecológica. Em diversos casos, a Agroecologia nas hortas é confundida somente com a não utilização de agrotóxicos e fertilizantes, porém sua proposta é muito mais ampla. Além de não utilizar agrotóxicos, a Agroecologia deve se preocupar com aspectos sociais, econômicos e ambientais envolvidos nas hortas. Uma horta urbana não pode

ser definida como agroecológica ou orgânica somente por não usar agrotóxicos ou fertilizantes químicos.

Segundo Abreu *et al.* (2012), a Lei de Produção Orgânica Brasileira, n. 10.831, teve sua formulação baseada no conceito de Agroecologia. Nesse sentido, a concepção de Agricultura Orgânica no Brasil incorpora o de Agroecologia. Embora as dimensões agronômicas e ambientais sejam de grande importância, a transição agroecológica somente poderá ser alcançada quando as dimensões sociais, econômicas e políticas forem também estabelecidas.

A Agroecologia e a Agricultura Orgânica, apesar de serem áreas muito próximas, não podem ser vistas como sinônimos. A Agroecologia é uma ciência com limites teóricos bem definidos, enquanto a Agricultura Orgânica é uma prática agrícola de encaminhamento tecnológico e de mercado na qual os princípios teóricos da Agroecologia são respeitados em maior ou menor grau (Assis; Romeiro, 2002).

Conforme Aquino e Assis (2007), a Agricultura Orgânica, com base na Agroecologia, pode oferecer instrumental tecnológico adequado para Agricultura Urbana e Periurbana. A produção de base agroecológica busca o equilíbrio entre os organismos participantes da produção e do ambiente como um todo. Ancoradas nos princípios da Agroecologia foram desenvolvidas diferentes formas de produção agrícola não industrial, dentre as quais a Agricultura Orgânica tem sido a mais difundida.

Economia Solidária e a Agroecologia, em suas diferentes escalas, incorporam dimensões de um movimento social, nas quais estão em disputa modelos de sociedade. No Brasil, tanto a construção do campo da Economia Solidária como da Agroecologia resultam da convergência histórica entre diferentes trajetórias de crítica e resistência social em reação aos impactos sociais e ambientais gerados pelo processo capitalista de modernização da agricultura, ocorrido no Brasil (SCHMITT; TYGEL, 2009).

Dubeux e Batista (2017), assinalam que a Economia Solidária e a Agroecologia fazem parte de movimentos similares de resistência ao capitalismo: a primeira de confronto às formas de exploração dos trabalhadores e a segunda de confronto à intensa exploração da natureza pela agricultura capitalista. O diálogo entre estas duas áreas não é fácil, pois existe dificuldade para os agricultores reconhecerem sua identidade na Economia Solidária e na Agroecologia.

A Economia Solidária e a Agroecologia podem ser classificadas como áreas interdisciplinares do conhecimento. Elas surgiram diante de problemas da nossa sociedade que a ciência positivista não conseguia resolver. Como toda área interdisciplinar, existe ainda uma certa dificuldade na compreensão e aplicação dos conceitos.

Deve-se levar em conta que estas duas áreas estão em confronto direto com o sistema capitalista predominante na nossa sociedade. Todo esse contexto pode ser relacionado à dificuldade de reconhecimento e aplicação da Economia Solidária e da Agroecologia nas hortas comunitárias. Nesse sentido, finaliza-se com a questão: “os agricultores das hortas comunitárias de Cascavel e Maringá aplicam os princípios da Economia Solidária e da Agroecologia?”

4 HORTAS COMUNITÁRIAS DE CASCAVEL E MARINGÁ

4.1 Caracterização das hortas de Cascavel e Maringá em níveis demográficos e socioeconômicos

Um dos objetivos da presente pesquisa é compreender a distribuição das hortas comunitárias pesquisadas em níveis demográficos, socioeconômicos, organizacionais e comportamentais. Esta seção apresenta os resultados dos instrumentos que foram aplicados na pesquisa de campo e possibilitaram a compreensão das hortas comunitárias nos níveis propostos.

A agricultora mais jovem das hortas comunitárias pesquisadas de Cascavel tem vinte e três anos e o agricultor mais velho possui setenta e quatro. As hortas de Cascavel apresentam maior variação na faixa etária de seus agricultores, em relação ao município de Maringá. Nas hortas comunitárias de Maringá, todos os agricultores apresentam idade acima dos sessenta anos e a grande maioria possui idade acima dos setenta. A Tabela 1, apresenta a faixa etária dos agricultores de Cascavel e Maringá.

Tabela 1 – Faixa etária dos agricultores de Cascavel e Maringá (%)

Idade	Cascavel	Maringá
20 a 24	7,14	0,00
25 a 29	7,14	0,00
30 a 34	0,00	0,00
35 a 39	7,14	0,00
40 a 44	0,00	0,00
45 a 49	7,14	0,00
50 a 54	21,43	0,00
55 a 59	14,29	0,00
60 a 64	21,43	18,75
65 a 69	7,14	18,75
70 a 74	7,14	31,25
75 a 80	0,00	31,25
Total Geral	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Em relação ao estado civil dos agricultores, 79% dos agricultores de Cascavel são casados, 14% são separados e apenas 7% são solteiros. Este dado é convergente com a amostra de Maringá, onde 93,75% dos agricultores são casados.

A composição familiar dos agricultores entrevistados nas cidades de Cascavel e Maringá apresentou variação similar à evidenciada em todo o Brasil, sendo que o arranjo familiar com duas pessoas com idade acima dos sessenta anos, na qual os filhos já são adultos e não vivem mais com os agricultores, representa a maior parte da amostra. A Tabela 2, expõe a composição familiar dos agricultores de Cascavel e de Maringá.

Tabela 2 – Composição familiar: número de pessoas vivendo na residência do agricultor(a) de Cascavel e Maringá (%)

Composição familiar	Cascavel	Maringá
Uma pessoa	7,14	0,00
Duas pessoas	42,86	75,00
Três pessoas	14,29	12,50
Quatro pessoas	28,57	6,25
Cinco pessoas	7,14	6,25
Total Geral	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

A maior parte da amostra dos agricultores de Cascavel e de Maringá não completaram o ensino fundamental. Entre os principais motivos para a evasão escolar dos agricultores estão: necessidade de trabalhar para geração de renda, casamento e gravidez. A Tabela 3, mostra o perfil dos agricultores em relação ao seu grau de escolaridade.

Tabela 3 – Escolaridade do agricultor(a) de Cascavel e Maringá (%)

Escolaridade	Cascavel	Maringá
Analfabeto	7,14	0,00
Ensino fundamental incompleto	50,00	43,25
Ensino fundamental completo	28,57	31,25
Ensino médio completo	14,29	18,75
Superior completo	0,00	6,25
Total Geral	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As hortas comunitárias de Cascavel apresentam tanto homens como mulheres trabalhando na produção de hortaliças. Foi identificada uma pequena margem estatística indicando uma porcentagem maior de homens trabalhando nas hortas comunitárias de Cascavel: 57% dos produtores são homens e 43% são mulheres.

81,25% dos agricultores de Maringá que participaram da pesquisa são homens. Este dado é convergente com a amostra pesquisada na cidade de Cascavel, na qual a maioria dos agricultores entrevistados são homens também.

Em relação à cor ou raça dos agricultores de Cascavel, 57% dos participantes declaram-se pardos. 29% brancos e 14% pretos.

De forma geral, os dados de Maringá, em relação à cor e raça, são similares aos de Cascavel. 50% se declaram pardos, 19% brancos e 6% pretos. Uma especificidade das hortas de Maringá é a representatividade da comunidade asiática (especificamente a japonesa). Essa comunidade, que se declara como amarela, representa 25% da amostra dos agricultores nas hortas pesquisadas em Maringá.

A maior parte dos agricultores de Cascavel possuem uma renda mensal de até um salário mínimo. Para essa porcentagem, o trabalho na horta é um complemento em sua renda, não sendo sua principal fonte de rendimentos. A principal fonte de renda desses agricultores está relacionada a trabalhos realizados por eles ou por seus companheiros em serviços não registrados (pagamento por diária de serviço).

Uma parcela dos agricultores de Cascavel não possui nenhuma fonte de renda fixa mensal para sua sobrevivência, conseguindo, por meio de pequenos trabalhos, uma renda de até R\$ 599,00 reais mensais. Estes agricultores com renda menor, apesar de desejarem comercializar sua produção, não conseguem vendê-la, pois utilizam a maior parte de sua produção para sua alimentação e a alimentação de sua família.

Somente 21,43% da amostra dos agricultores de Cascavel possuem sua renda vinda exclusivamente do seu trabalho na horta comunitária. Estes 21,43% são os que possuem a maior renda entre os agricultores entrevistados. Dessa forma, os agricultores de Cascavel que trabalham todos os dias na horta, em uma média de oito a dez horas diárias, possuem uma renda maior que os agricultores que não possuem a horta como sua principal fonte de renda e que dedicam menos tempo diário no trabalho nela.

A renda mensal dos agricultores de Maringá é um dos dados que apresenta grande divergência no perfil socioeconômico, em relação aos agricultores de Cascavel. Em Maringá, para 87,5% dos agricultores, a aposentadoria do Governo Federal é sua principal fonte de renda, sendo que a maior parte dos agricultores de Maringá possuem rendimento mensal derivado da aposentadoria de até R\$ 3.999,00.

De maneira similar ao que ocorre em Cascavel, os agricultores de Maringá com menor renda, mesmo desejando comercializar sua produção, utilizam a maior parte dela para o autoconsumo. A Tabela 4 expõe a média de renda mensal dos agricultores entrevistados.

Tabela 4 – Média de renda mensal dos agricultores de Cascavel e Maringá (%)

Renda do agricultor(a)	Cascavel	Maringá
Até R\$ 599,00 reais	14,29	12,50
De R\$ 600,00 até R\$ 1.349,00	64,29	25,00
De R\$ 1.350,00 até 2.249,00	21,43	18,75
De R\$ 2.250,00 até R\$ 3.999,00	0,00	37,50
De R\$7.800,00 reais até R\$ 18.799,00	0,00	6,25
Total Geral	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

85,71% dos agricultores de Cascavel possuem a segurança alimentar e geração de renda como objetivo de trabalho nas hortas. Para 57% da amostra de Cascavel, o trabalho na horta não trouxe melhorias em sua renda financeira, mas trouxe economia por não precisarem comprar hortaliças para a sua alimentação diária.

Este dado diverge em relação aos agricultores de Maringá, onde 87,50% dos agricultores não possuem como objetivo de trabalho nas hortas a segurança alimentar e a geração de renda. Para maior parte dos agricultores do município, o trabalho na horta está relacionado à qualidade de vida na terceira idade. Somente 12,50% dos agricultores de Maringá entrevistados estão na horta com objetivos referentes à segurança alimentar e geração de renda.

A maior parte dos agricultores de Cascavel, ou 85,72% da amostra, possui pelo menos quatro anos de participação e trabalho nas hortas comunitárias do município. Somente 14,28% deles possuem dois anos de participação na horta. Em Maringá, 43,75% dos agricultores, trabalham na horta há pelo menos dez anos. 31,25% possuem pelo menos 6 anos de trabalho na horta e 25% possuem dois anos de participação.

A figura 7 traz a imagem das duas hortas comunitárias pesquisadas em Cascavel. Na primeira horta (parte de cima da imagem) é possível identificar um sistema de irrigação para os canteiros da horta. Na imagem da parte de baixo da figura (segunda horta), é possível visualizar um agricultor em sua plantação de mandioca, sendo que a segunda horta não possui um sistema de irrigação disponível para os produtores. Com isso, muitos agricultores de Cascavel buscam plantar espécies como a mandioca que não dependem de irrigação diária.

Figura 7 – Hortas comunitárias de Cascavel

Fonte: Autor (2023)

De forma geral, os agricultores mais antigos das hortas comunitárias de Cascavel e Maringá são os que possuem maior quantidade de terra para a sua produção. Assim, existem diferenças na quantidade de canteiros disponível para plantação para cada agricultor. Nesse sentido, acaba ocorrendo grandes diferenças entre o tamanho de área disponível por agricultor. Em Cascavel, o agricultor com menor área disponível possui 30 m² e o agricultor com a maior área disponível possui 1800 m² para produção. Já em Maringá, existem agricultores que possuem 20 m² para plantação, enquanto outros possuem até 350 m².

Todos os agricultores, tanto de Cascavel como de Maringá, relatam que não receberam nenhum tipo de treinamento ou assistência técnica ao iniciar seu trabalho nas hortas. Foram aprendendo com a própria prática diária de trabalho. As dificuldades e problemas que os agricultores dos dois municípios enfrentaram no início de seu trabalho nas hortas são semelhantes.

Entres as principais dificuldades enfrentadas, destacam-se: não saberem plantar corretamente, escassez de água, controle de pragas, assistência técnica insuficiente, falta de qualidade dos recursos fornecidos pelas prefeituras e falta de organização interna entre os agricultores. Para a maior parte dos agricultores das duas cidades, estes problemas e

dificuldades ainda estão presentes nas hortas comunitárias de Cascavel e Maringá, nas quais a organização interna, qualidade dos recursos e a assistência técnica ainda são insuficientes para o suporte aos agricultores.

De forma equivalente, os agricultores dos dois municípios não fazem restrições entre eles sobre quem deve plantar uma espécie ou outra. Cada agricultor tem liberdade para decidir a espécie que será plantada em seu canteiro. O planejamento da plantação ocorre de forma individual, não existindo planejamento, produção ou comercialização coletiva nas hortas das suas cidades.

Existe diferença entre as hortas de Cascavel e Maringá em relação à gestão e organização interna dos agricultores. Nas hortas de Cascavel, não existe um modelo de gestão definido e generalizados para todas hortas do município. Exemplo: em uma das hortas pesquisadas existe um líder que organiza a gestão interna dos agricultores e estabelece diálogo com a COPCRAF e o Território Cidadão e na outra horta pesquisada não existe líder ou direção entre os agricultores.

De forma distinta da identificada em Cascavel, as hortas comunitárias de Maringá possuem uma forma de organização interna que é generalizada para todas as hortas do município. Na cidade, todas as hortas possuem um regimento interno, segundo o qual são realizadas eleições a cada dois anos de um corpo diretivo da horta, composto de presidente, vice-presidente, secretário geral e tesoureiro.

A Figura 8, mostra o quadro que a equipe diretiva de uma das hortas de Maringá utiliza para que todos os agricultores possam visualizar os avisos, regras e controle das espécies de hortaliças que foram solicitadas e recebidas pela prefeitura.

Figura 8 – Quadro de avisos e levantamento das espécies de hortaliças plantadas em uma das hortas de Maringá

SOUSA

Membros Produtores 21.4.21

Conforme Estatuto das Hortas Comunitárias e Proibido utilizar qualquer adubo químico/foliar e qualquer agrotóxico nas hortaliças da Horta e Roca!

Ocorrerá exclusão/expulsão dos produtores infratores e comprovada a reincidência do uso dos produtos nas hortaliças sofreremos punição/consequência que será o fechamento da horta!

Variedades	Solteiro	Recebeu	Produzido
Coabeta	1	2	
Coriário	2	2	
Alf. Americana	13	13	
Alf. Cap. Rosa	5	7	
Alf. Cap. Verde	12	12	
Alf. Lisa	5	5	
Alf. Mimosa Rosa	3	7	
Alf. Mimosa Verde	10	0	
Alho Poró	8	8	
Almoriza	13	3	
Belosolha	3	3	
Brasileira	2		
Capolinha	8	8	
Chicória	5	5	
Coentro	4	5	
Coentro Folha/Moço	2		
Pimenta Biquinho			
Pimenta Cambuci			
Pimenta Doce Cominho			
Pimenta Dedo de Moça			
Pimenta Malaguita			
Repolho Verde	5		
Rúcula	12	11	
Salsinha	7		

Fonte: Autor (2023)

A função de tesoureiro existe em todas as hortas de Maringá, pois todos os agricultores devem pagar 5 reais por mês por canteiro que produzem. O valor arrecadado vai para o caixa geral da horta, guardado para ser utilizado com gastos e problemas que surgem na horta como um todo. Isto não existe nas hortas de Cascavel, onde não se paga nenhum valor pelos canteiros das hortas. Mas, uma das reclamações dos agricultores de Cascavel se refere a não terem uma reserva financeira para lidarem com imprevistos e gastos gerais que surgem nas hortas do município.

As espécies de hortaliças e frutas plantadas nos dois municípios são similares: vários tipos de alface, almeirão, abóbora, batata doce, banana, beterraba, brócolis, cana-de-açúcar, cebolinha, cheirinho verde, salsa, coentro, chuchu, feijão, milho, repolho, rúcula, rabanete, mandioca, pepino, quiabo, tomate, uva e uma diversidade de temperos.

86% dos agricultores de Cascavel comercializam as hortaliças plantadas na própria horta ou andando de casa em casa pelo bairro. 14% utilizam suas plantações somente para o autoconsumo e alimentação de suas famílias. Este dado é convergente ao encontrado na amostra de Maringá, onde 87,5% dos agricultores comercializam sua produção de forma individual na própria horta ou com conhecidos do bairro.

12,5% dos agricultores de Maringá não comercializam sua produção, utilizando-a somente para sua própria alimentação. A principal diferença entre os agricultores das duas cidades que não comercializam sua produção é que os de Cascavel gostariam de comercializar para ter um complemento em sua renda, já os agricultores de Maringá possuem uma renda estabelecida e não veem necessidade de complementação.

O preço das hortaliças é estabelecido individualmente por cada agricultor. A maior parte dos agricultores de Cascavel e Maringá consideram que os preços cobrados por eles pelas hortaliças são menores que o valor de mercado, mas são justos.

A Figura 9, mostra uma barraca para vendas de hortaliças que os agricultores de uma das hortas de Cascavel montaram para organizar suas vendas dentro da horta. Os agricultores que trabalham todos os dias em horário comercial podem vender seus produtos na barraca para a população do bairro e do município de Cascavel.

Figura 9 – Barraca para vendas de hortaliças em uma das hortas de Cascavel



Fonte: Autor (2023)

Os agricultores das duas cidades não receberam nenhum tipo de treinamento para comercialização das hortaliças. A prefeitura de Cascavel, por meio do setor Território Cidadão, realiza uma vez por mês uma feira do produtor exclusiva para vendas das hortaliças das hortas comunitárias do município. Este tipo de feira organizada pela prefeitura para os agricultores das hortas comunitárias não existe na cidade de Maringá.

Os agricultores urbanos de Cascavel e de Maringá relataram dificuldades e desafios semelhantes que enfrentam em seus trabalhos nas hortas comunitárias. Esses problemas estão relacionados tanto a fatores internos como a externos, com destaque para percalços relacionados à fatores climáticos.

O mesmo fator climático relacionado ao verão, caracterizado por altas temperaturas e maior índice pluviométrico, atrapalhou a produção em Cascavel e em Maringá. Entre os meses de dezembro de 2022 e março de 2023, os agricultores tiveram grande dificuldade na produção e colheita das hortaliças. Em Cascavel, somente 21,43% dos agricultores conseguiram produzir suas hortaliças nesse período, mas com um retorno bem menor quando comparado aos outros meses do ano. 78,57% dos agricultores de Cascavel não conseguiram colher nada do que foi plantado nesses meses.

Em Maringá, 56,25% dos participantes conseguiram produzir suas hortaliças entre os meses de dezembro de 2022 e março de 2023, mas também com um retorno menor quando comparado com os outros meses. Os demais agricultores de Maringá, 43,75% da amostra, não conseguiram colher nada da produção plantada nesse período. Segundo os agricultores dos dois municípios, esta dificuldade de produção nesse período específico do ano é um fator que vem

ocorrendo e se intensificando nos últimos anos, mas eles ainda não receberam orientações e assistência técnica para lidar o problema.

A prefeitura de Cascavel disponibiliza adubo orgânico e mudas de hortaliças uma vez por mês para as hortas do município. 85,71% dos agricultores de Cascavel relatam que, por questão da qualidade dos produtos, eles preferem comprar as mudas e o adubo orgânico de viveiros da cidade. Com isso, esses agricultores apresentam maiores gastos em sua produção.

Embora a prefeitura de Maringá também disponibilize adubo orgânico e mudas de hortaliças uma vez por mês para as hortas da cidade, somente 31,35% dos agricultores utilizam exclusivamente os adubos e mudas fornecidas pelo poder público. A maior parte, 68,75% dos agricultores, compram esses produtos em viveiros do município. Semelhante ao relatado pelos produtores de Cascavel, os agricultores de Maringá se queixam da qualidade das mudas de hortaliças e adubo fornecido pela prefeitura.

O controle de pragas é um grande problema para os agricultores das duas cidades. Nenhuma das hortas comunitárias de Cascavel e Maringá utiliza agrotóxicos em suas plantações. Os agricultores de Cascavel seguem as recomendações da COPCRAF e os de Maringá seguem as orientações técnicas da CerAUP no combate às pragas. De forma geral, tanto a COPCRAF como a CerAUP orientam os agricultores a utilizarem fórmulas orgânicas caseiras e o fungicida Fitoneem (óleo de neem orgânico). Segundo os agricultores das duas cidades, as orientações recebidas para o combate às pragas não têm sido eficientes.

Os agricultores das duas cidades consomem de forma diária as hortaliças de sua produção, somente não comem nos meses em que não conseguem colher sua produção. Em uma média geral, os agricultores de Cascavel e Maringá conseguem realizar até doze colheitas por ano, mas os agricultores das duas cidades não possuem conhecimento ou habilidade financeira sobre o quanto que eles gastam em termos financeiros em cada plantação e o quanto tem de retorno financeiro com as vendas das hortaliças.

Os agricultores de Cascavel não fazem parte de nenhuma associação de horticultores do município e não possuem canais de comunicação política ou participam de conselhos municipais que apoiem o desenvolvimento das hortas comunitárias da cidade. Nesse sentido, sentem-se isolados, sem poder político e sem voz no desenvolvimento da horta.

De forma similar a Cascavel, os agricultores de Maringá não fazem parte de nenhuma associação de horticultores do município, mas a equipe diretiva das hortas da cidade possui canais de comunicação informais com lideranças do bairro, com a prefeitura, com vereadores e com a coordenação da CerAUP. Por isso, as hortas comunitárias de Maringá possuem canais

informais de participação política para o desenvolvimento das hortas, algo não identificado nas hortas de Cascavel.

As hortas de Cascavel não possuem sistema de esgoto e nem de energia elétrica. Uma das hortas está próxima de uma área de reflorestamento, mas é utilizada pela população do bairro como depósito de lixo. De forma geral, as hortas ficam distantes de outros equipamentos públicos como CRAS, CREAS, escolas, creches e unidades de saúde. Todos os agricultores de Cascavel moram entre 100 metros e 1 km da horta e vivem em casas próprias.

As hortas de Maringá possuem energia elétrica e uma das pesquisadas está em um terreno que pertence a Copel, onde foi estabelecida parceria para concessão da utilização do terreno para o programa hortas comunitárias. As hortas, de forma geral, ficam próximas de outros equipamentos públicos do município, como escolas, creches, CRAS e CREAS. Um ponto identificado é que em uma das hortas pesquisadas a grande maioria dos agricultores não pertencem ao bairro no qual a horta existe.

Na Figura 10, é possível visualizar, na parte esquerda, a cobertura de uma quadra esportiva de um colégio municipal de Maringá aos fundos da primeira horta pesquisada na cidade, mostrando que, de forma geral, a horta está próxima de outros equipamentos públicos do município. Na parte do lado direito da figura, é possível visualizar uma torre de energia que pertence à Copel e que estabelece parceria com a segunda horta pesquisada de Maringá.

Figura 10 – Hortas comunitárias de Maringá



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

As hortas comunitárias de Maringá representam para 87,5% dos agricultores uma ferramenta para qualidade de vida na terceira idade. Muitos deles utilizam o termo “hortoterapia”, pontuando que o trabalho na horta seria uma forma de terapia para sua saúde física e mental. Esta é uma das principais diferenças identificadas entre as hortas de Maringá e as Cascavel, pois para 85,71% dos agricultores de Cascavel o trabalho na horta está relacionado diretamente à segurança alimentar e geração de renda.

4.2 Cooperativismo e o equilíbrio entre interesses individuais e coletivos dos agricultores urbanos

O fenômeno das hortas comunitárias envolve o trabalho de vários agricultores que compartilham o mesmo terreno e ambiente de trabalho para o alcance de objetivos e propósitos em comum. Em teoria, classes comportamentais de cooperação entre os agricultores seriam fundamentais para o sucesso ou fracasso das hortas comunitárias.

O formulário aplicado entre os agricultores identificou se as hortas comunitárias apresentavam os oito princípios de cooperação estabelecidos por Ostrom (1990), para o desenvolvimento de organizações orientadas para o bem-estar do grupo como um todo e da sobrevivência da horta como organização.

O quadro 9, descreve a perspectiva dos agricultores de Cascavel e Maringá em relação a cada um dos princípios de cooperação estabelecidos por Elinor Ostrom. De forma geral, as hortas de Cascavel apresentam déficits na maioria dos princípios de cooperação. Segundo os agricultores, somente os princípios 2 e 7 ocorrem nas hortas do município. A maior parte dos cultivadores sentem que interesses individuais deles mesmos, dos técnicos do setor Território Cidadão e da COPCRAF se sobrepõem aos interesses coletivos da horta comunitária.

Entre os princípios de cooperação identificados nas hortas de Maringá, destacam-se os de número 2, 3, 4, 5, 7 e 8. Embora elas, de forma geral, apresentem a maioria dos princípios de cooperação de Ostrom (1990), não contemplam o de número 1, fundamental para o estabelecimento de classes comportamentais de cooperação em grupos, e nem o princípio 6, de resolução de problemas rápidos e justos. Com isso, para 81,25% dos agricultores de Maringá, o trabalho na horta ocorre de maneira individual e isolada, não existindo cooperação entre os agricultores. O Quadro 9, descreve todos os princípios de cooperação identificados nas hortas de Cascavel e Maringá.

Quadro 9 – Princípios de cooperação nas hortas de Cascavel e Maringá (continua)

Princípios de Cooperação	Hortas de Cascavel	Hortas de Maringá
1) Limites claramente definidos, identidade e propósitos compartilhados.	De forma geral, não existe uma identidade coletiva e os propósitos em comum não são trabalhados de forma coletiva. Os agricultores, em sua maioria, trabalham de forma individual e isolada.	Apesar de todas as hortas apresentarem regimento interno com regras definidas, de forma geral não existe uma identidade coletiva e os propósitos em comum não são trabalhados de forma coletiva. Os agricultores, em sua maioria, trabalham de forma individual e isolada.
2) Regras adaptadas às condições locais, garantindo que o grupo experimente equivalência proporcional entre custos e benefícios.	57,14% dos agricultores concordam com as regras de gerenciamento interno e as regras estabelecidas pela prefeitura. 71,43% dos agricultores sentem que os benefícios da horta estão equilibrados com o esforço individual.	81,25% dos agricultores concordam com as regras estabelecidas na horta. 93,75% sentem que seus esforços individuais são equivalentes ao retorno que conseguem com a horta.
3) Acordo coletivo para que todos os afetados por uma decisão possam ter oportunidade de contribuir para as decisões do grupo.	71,43% dos agricultores não se sentem escutados pelo setor Território Cidadão e pela COPCRAF nas decisões que envolvem as hortas.	81,25% dos agricultores sentem liberdade para dar opiniões para a contrição das hortas durante as reuniões e se sentem escutados pela equipe diretiva.

Quadro 9 – Princípios de cooperação nas hortas de Cascavel e Maringá (conclusão)

Princípios de Cooperação	Hortas de Cascavel	Hortas de Maringá
4) Supervisão e monitoramento.	De forma geral, o monitoramento das hortas é realizado pelos técnicos da COPCRAF. Para 64,29% dos agricultores, a supervisão e monitoramento é insuficiente, pois muitas vezes se sentem abandonados.	75% sentem que a equipe diretiva das hortas realiza a supervisão e monitoramento das hortas. Mas a grande maioria sente falta de maior supervisão e envolvimento da prefeitura e da CerAUP.
5) Indivíduos que quebram as regras estabelecidas pelo grupo recebem sanções ou punições graduais.	Para 71,43% dos agricultores não existem punições para os agricultores que não cumprem as regras. Também não existe estratégias de reforçamento ou reconhecimento para os agricultores que seguem todas as regras.	68,75% dos agricultores relatam que a equipe diretiva realiza até três advertências em caso de quebra de regras. Após estas três advertências, ocorre o desligamento do agricultor, sendo um processo justo para maior parte dos agricultores.
6) Resolução de problemas rápidos e justos.	O processo de resolução de problemas é demorado e frustrante para os agricultores. 100% dos agricultores relatam que existem problemas ocorrendo na horta que não são resolvidos.	De acordo com 62,5% dos agricultores, o processo de resolução de problemas é demorado.
7) Autoridade para se autogovernar.	De forma geral, os agricultores sentem que têm autonomia nas decisões sobre a plantação e produção das hortaliças.	As hortas têm autonomia para o autogoverno.
8) Governança policêntrica.	Para 85,71% dos agricultores as relações estabelecidas entre as	Segundo 68,75% dos agricultores as hortas possuem

	hortas e o Território Cidadão e a COPCRAF não são transparentes.	uma relação transparente com a prefeitura e com a CerAUP.
--	--	---

Fonte: elaborada pelo autor (2023)

Identifica-se que a cidade de Maringá apresenta alguns avanços na forma de gestão interna e transparência na função de cada setor envolvido no desenvolvimento das hortas do município. Por sua vez, Cascavel ainda não conseguiu estabelecer princípios de gestão interna que possam ser generalizados para todas as hortas da cidade, mas, de forma geral, nos dois municípios os agricultores não possuem valores em comum compartilhados e uma identidade coletiva das hortas. Dessa forma, nos dois municípios os agricultores trabalham de forma isolada e sem classes comportamentais de cooperação.

4.3 Flexibilidade psicológica nas hortas comunitárias

A flexibilidade psicológica no trabalho diz respeito à capacidade do agricultor manter comportamentos em direção às suas metas laborais, mesmo na presença de experiências internas de difícil aceitação no ambiente de trabalho da horta comunitária.

Na Escala de Flexibilidade Psicológica no Trabalho a pontuação máxima que pode ser obtida é de 49 pontos. Quanto maior é a pontuação obtida, maior é o nível de flexibilidade psicológica do participante no trabalho. Pontuações acima dos 28 pontos estão associadas a níveis de flexibilidade psicológica no trabalho acima da média. As pontuações dos agricultores de Cascavel ficaram entre 37 pontos e 49 pontos. As pontuações dos agricultores de Maringá também ficaram entre 37 pontos e 49 pontos. Isto indica que o trabalho na horta, por meio do manuseio da terra e cuidado com as hortaliças, exerce a função de desenvolvimento da flexibilidade psicológica nos agricultores.

4.4 Hortas comunitárias e segurança alimentar

85,71% dos agricultores de Cascavel estavam com algum nível de insegurança alimentar, antes de serem inseridos no projeto hortas comunitárias. Atualmente, 78,57% deles apresentam algum nível de insegurança alimentar.

Embora as hortas comunitárias de Cascavel representem para os agricultores uma ferramenta para o alcance da segurança alimentar e geração de renda, este dado mostra que para a grande maioria esse objetivo não tem sido atingindo.

Em Maringá, 12,5% dos agricultores consideravam que estavam em situação de insegurança alimentar antes de serem inseridos nos projetos de hortas comunitárias do município. Atualmente 18,75% ainda tem dificuldades para ter acesso à quantidade de alimento suficiente para uma alimentação de qualidade. Dessa forma, o trabalho na horta não promoveu segurança alimentar para estes agricultores.

A Tabela 5, mostra a classificação de segurança alimentar dos agricultores de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Nela é possível identificar que 78,57% dos agricultores de Cascavel apresentam algum nível de insegurança alimentar. Este dado é totalmente divergente ao encontrado nas hortas comunitárias de Maringá, nas quais somente 18,75% dos agricultores apresentam algum nível de insegurança alimentar. A porcentagem de agricultores de Maringá que apresenta o nível de insegurança alimentar moderada é aquela com renda financeira mais baixa e com maior dependência das hortas para sua alimentação.

Tabela 5 – Segurança alimentar e níveis de insegurança alimentar dos agricultores de Cascavel e Maringá (%)

Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	Cascavel	Maringá
Segurança Alimentar	21,43	81,25
Insegurança Alimentar Leve	14,29	0,00
Insegurança Alimentar Moderada	28,57	18,75
Insegurança Alimentar Grave	35,71	0,00
Total Geral	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

4.5 Similitudes e discrepâncias entre as cidades avaliadas

No ano de 2024, no Brasil, ainda não foi regulamentada uma Lei Federal de Política Nacional de Agricultura Urbana. No Paraná, a norma também não existe. Dessa forma, a maior parte das experiências de AUP no estado são regulamentadas por leis municipais ou ocorrem de forma marginal. Como consequência, a estrutura e a dinâmica de projetos de hortas comunitárias variam muito de cidade para cidade.

Santandreu e Lovo (2007), realizaram um levantamento de 160 iniciativas de AUP desenvolvidas em 52 municípios em 11 regiões metropolitanas brasileiras. Este estudo pioneiro identificou grande variação nos formatos e dinâmicas de projetos de AUP e hortas comunitárias espalhadas pelo Brasil. Apesar das variações, as pesquisadoras conseguiram realizar o levantando de pontos similares e divergentes entre os diversos formatos de hortas comunitárias do país. Isso contribuiu para a identificação dos problemas, desafios e potencialidades em

comum que estas diferentes iniciativas possuíam, sendo um importante passo para o estabelecimento de diretrizes e o fortalecimento desse tipo de agricultura.

Na seção 2, a cidade de Cascavel foi classificada, de acordo com o modelo de Oliveira (2017), como “emergente” e a cidade de Maringá como “estatal”. Embora cada uma delas apresente suas especificidades, divergências e estejam em classificações diferentes em relação ao envolvimento de políticas públicas de AUP, as duas cidades apresentam aspectos homogêneos em relação aos problemas, desafios e potencialidades no desenvolvimento dos programas de hortas comunitárias.

Considerando a importância que o estudo realizado por Santandreu e Lovo (2007) teve para o avanço da AUP no Brasil e que nele o Paraná somente foi representado pelas hortas comunitárias de Curitiba, se faz necessário o levantamento dos problemas, desafios e potencialidades em comum de outras cidades do estado que apresentam programas de hortas comunitárias consolidados.

O levantamento das similitudes e discrepâncias em programas de hortas comunitárias de duas cidades distintas, que são referências estaduais em programas de hortas comunitárias, pode ajudar na compreensão dos fatores que são fundamentais para o fortalecimento dos programas pesquisados, além de contribuir para o desenvolvimento de novos programas de hortas comunitárias de outras cidades do Paraná e do Brasil. Deve-se levar em conta que este tipo de levantamento e comparação entre os programas de hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá não foi encontrado nos periódicos científicos e no banco de dissertações e teses da CAPES.

A descrição dos problemas, desafios e potencialidades em comum das hortas pesquisadas é um fator fundamental para a compreensão das barreiras que impedem a longevidade e sustentabilidade de hortas comunitárias. O Quadro 10, descreve as principais similitudes entre as cidades de Cascavel e de Maringá em relação aos problemas, desafios e potencialidades dos programas municipais de hortas comunitárias pesquisados.

Quadro 10 – Similitudes entre os programas de hortas comunitárias de Cascavel e Maringá (continua)

	Similitudes: Cascavel e Maringá
Problemas e Desafios	1) Disponibilidade de água: de forma geral as duas cidades não apresentam um sistema padronizado e sustentável de acesso à água para as hortas comunitárias. O acesso dos produtores à água varia muito, mesmo entre as hortas do mesmo município. Ex: em uma horta de Maringá o acesso à água é por meio de poço artesiano e na outra o acesso é por meio do sistema de abastecimento da Sanepar

	<p>no qual a horta comunitária divide a água com uma unidade de saúde do bairro. Já em Cascavel, em uma das hortas pesquisadas não havia nenhum tipo de sistema de água.</p> <p>2) Acesso a mudas e adubo de qualidade: os agricultores urbanos das duas cidades foram enfáticos em relação à qualidade das mudas e do adubo fornecidos pelas prefeituras. De forma geral, os agricultores das duas cidades preferem comprar as mudas e o adubo de forma privada.</p> <p>3) Assessoria técnica de qualidade: a maior parte dos agricultores das duas cidades queixaram-se da qualidade da assistência técnica ou da falta de assistência. A assistência de qualidade refere-se à assessoria técnica agroecológica nas diferentes etapas da cadeia produtiva.</p>
--	--

Quadro 10 – Similitudes entre os programas de hortas comunitárias de Cascavel e Maringá (continua)

	Similitudes: Cascavel e Maringá
Problemas e Desafios	<p>4) Fatores climáticos: entre os meses de dezembro e março de cada ano, os agricultores das duas cidades apresentam grandes dificuldades na produção, por questões climáticas, principalmente pela alta temperatura nesse período do ano.</p> <p>5) Gestão interna e autogestão: a ausência de assistência e capacitação para os agricultores em relação à gestão organizacional e a autogestão para o trabalho com grupos também foi levantada entre a maior parte dos agricultores das duas cidades, pois conflitos entre os agricultores ocorrem nas duas cidades e a resolução de problemas ocorre de maneira lenta e desgastante.</p> <p>6) Valores comunitários e cooperativismo: em teoria, as hortas dos dois municípios são classificadas como hortas comunitárias, mas, na prática, os agricultores trabalham de forma individual, não apresentando valores coletivos compartilhados.</p> <p>7) Economia Solidária: não existem nos programas das duas cidades articulações com princípios da economia solidária entre os agricultores. Nas duas cidades, os agricultores trabalham de forma individual desde a produção até a venda dos produtos.</p> <p>Segurança Alimentar e Nutricional: De forma geral, os agricultores que dependem mais das hortas para sua segurança alimentar são os que apresentam algum nível de insegurança alimentar e nutricional. As hortas comunitárias não estão sendo uma ferramenta para promoção de segurança alimentar e nutricional.</p>
Potencialidades	<p>1) As duas cidades possuem leis municipais de AUP que estabelecem critérios e diretrizes para os programas de hortas comunitárias.</p>

	<p>2) Produção orgânica: em nenhuma das hortas pesquisadas das duas cidades é utilizado adubo químico ou algum tipo de agrotóxico na produção das hortaliças.</p> <p>3) Mercado potencial para as hortas comunitárias: os agricultores das duas cidades relatam que tudo que é plantado é vendido. A demanda do mercado em relação a produtos orgânicos, frescos e de qualidade é grande nas duas cidades.</p> <p>4) Qualidade e vida: a maior parte dos agricultores relatou melhoras em sua saúde física e psicológica por meio do trabalho na horta. O nível de flexibilidade psicológica no trabalho de todos os agricultores teve pontuação acima da média, o que indica que o trabalho na horta tem impacto positivo na saúde emocional dos agricultores.</p>
--	---

Quadro 10 – Similitudes entre os programas de hortas comunitárias de Cascavel e Maringá (conclusão)

	Similitudes: Cascavel e Maringá
Potencialidades	<p>5) Mobilização de recursos próprios: nas duas cidades avaliadas, a grande maioria dos agricultores mobiliza recursos financeiros próprios para a compra de mudas e adubo de melhor qualidade. Esta variável demonstra o comprometimento e motivação dos agricultores em relação ao trabalho na horta.</p> <p>6) Equidade de gênero: embora nas duas cidades a amostra da pesquisa tenha identificado uma maior porcentagem de homens trabalhando nas hortas, as mulheres entrevistadas não se sentem desvalorizadas e verbalizam possuírem o mesmo poder e direitos que os homens no ambiente de trabalho das hortas.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Por meio da pesquisa de campo também foi possível identificar que as hortas comunitárias do município de Cascavel e de Maringá apresentam grandes discrepâncias em pontos fundamentais nos programas de hortas comunitárias municipais.

De acordo com Kingsley, Foanander e Bailey (2019), existe uma grande lacuna em pesquisas na literatura em relação às motivações que levam as pessoas a aderirem a programas e trabalhos em hortas comunitárias. A compreensão dos fatores motivacionais dos agricultores urbanos é um ponto fundamental que deve ser considerado seriamente pelos formuladores de políticas públicas de AUP e pela comunidade em geral.

A primeira grande discrepância identificada entre os programas de hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá refere-se às motivações pessoais que levaram os agricultores a aderirem e trabalharem nas hortas comunitárias. Enquanto na cidade de Cascavel a maioria

dos agricultores possuem como principal motivação a promoção de segurança alimentar e a geração de renda, em Maringá, a motivação da grande parte dos agricultores é a qualidade de vida na terceira idade.

A diferença de motivação está diretamente relacionada ao perfil socioeconômico dos agricultores das duas cidades. A horta para a maioria dos agricultores de Cascavel é uma forma de complemento na renda familiar. No município de Maringá, a maior parte dos agricultores recebe aposentadoria do Governo Federal, não necessitando complementar sua renda mensal por meio da venda da produção das hortaliças.

Apesar do município de Maringá possuir políticas públicas de AUP consolidadas, na prática o seu programa de hortas comunitárias está funcionando como uma política pública de promoção da saúde na terceira idade e não de promoção da segurança alimentar e nutricional. Em Cascavel, as hortas comunitárias possuem, em sua maioria, agricultores que apresentam algum nível de insegurança alimentar. Dessa forma, as hortas comunitárias de Cascavel podem ser consideradas uma política pública para a segurança alimentar e nutricional, mas que não tem conseguido atingir esse objetivo.

O estabelecimento de parcerias dos programas de hortas comunitárias, seja com o setor público ou com o privado, é um dos fatores associados à longevidade e sustentabilidade de programas de hortas comunitárias. A cidade de Maringá apresenta parcerias consolidadas com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), por meio do suporte técnico da CerAUP. No município de Cascavel, a única parceria estabelecida é com a COPCRAF, não existindo parcerias com as universidades do município e com empresas privadas.

4.6 Hortas comunitárias: uma análise interdisciplinar aplicada aos sistemas organizacionais existentes

Na seção 2, foi explorado o modelo de Ciclo de Políticas Públicas como um dos mais utilizados na literatura da área para análise de Políticas Públicas. A fase de avaliação é considerada a última etapa do chamado Ciclo de Políticas Públicas, sendo considerada a fase responsável por fornecer elementos para o aprimoramento de políticas e programas em curso. Portanto, a fase de avaliação é fundamental para o desenvolvimento e adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública (Frey, 2000; Faria, 2005).

A presente pesquisa segue o entendimento de Carvalho (2003), para quem é preciso frisar que a fase de avaliação deve ser remetida *stricto sensu* à noção de análise. Para fins de análise, a avaliação distingue-se em avaliação de processo e avaliação de impacto. A primeira

visa analisar a execução dos procedimentos de implantação de políticas e a adequação dos meios e recursos utilizados perante os resultados parciais ou finais, referenciados aos objetivos e metas propostos pela política ou programa.

A análise interdisciplinar aplicada aos sistemas organizacionais existentes nas hortas comunitárias pesquisadas pode ser classificada como uma avaliação de processo. Visando detectar defeitos, barreiras, potencialidades e sugestões de aperfeiçoamentos nos processos organizacionais analisados.

As hortas comunitárias são analisadas na presente pesquisa como sistemas abertos. Segundo Bertalanffy (2010), um dos princípios da Teoria Geral dos Sistemas é o conceito de sistemas abertos no qual os elementos de um sistema estão em constante interação com outros elementos do mesmo sistema e com o ambiente do qual ele faz parte. O conceito se refere a sistemas que devem estar em constante adaptação em relação às mudanças do seu ambiente.

Conforme Glenn e Malott (2004), as organizações são compreendidas por vários sistemas, termo usado para a identificação de uma variedade de relacionamentos entre os tipos de elementos que fazem parte desses sistemas e que contribuem para alcançar os objetivos organizacionais. Cada sistema gera um produto que se relaciona com as operações dos outros sistemas, contribuindo para o produto agregado ou final.

As hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá podem ser descritas como organizações compostas por três sistemas que possuem a produção de hortaliças como seu principal produto agregado. Os clientes são os próprios agricultores e a população das duas cidades. No caso de Cascavel, os sistemas podem ser divididos em prefeitura, COPCRAF e agricultores. Em Maringá os sistemas são: prefeitura, CerAUP/UEM e agricultores. Sem as ações integradas ou o entrelaçamento de contingências entre os indivíduos que pertencem a estes três sistemas, dificilmente os programas de hortas comunitárias das duas cidades teriam sobrevivido.

A unidade de análise das hortas comunitárias, denominada por Glenn *et al.* (2016), como Metacontingência, se refere ao envolvimento desses três sistemas para o alcance de um produto agregado (hortaliças) que é selecionado pelos agricultores e pela população que as consome. Dessa forma, os programas de hortas comunitárias pesquisados consistem na Metacontingência composta pela interação dinâmica de comportamentos dos integrantes desses três sistemas, o produto agregado (hortaliças) e o público que seleciona e consome esse produto.

De acordo com McGee e Crowley-Koch (2022), compreender e melhorar Metacontingências é fundamental para o sucesso de qualquer organização. No caso das hortas comunitárias, a compreensão entre a Metacontingência composta pelos três sistemas, seu

produto agregado e os agricultores como consumidores de seus produtos se torna fundamental para a longevidade e sustentabilidade organizacional das hortas comunitárias.

A ferramenta *Total Performance System* (TPS) é útil na compreensão das Metacontingências envolvidas nos sistemas organizacionais. Com base nos resultados e nas médias gerais das cidades de Cascavel e Maringá, identificados por meio dos instrumentos aplicados na pesquisa de campo, foi possível preencher a versão da Rummel e Brache (2013) da ferramenta *Total Performance System* (TPS). Por meio da TPS, foram identificados problemas que podem interferir na sustentabilidade das hortas comunitárias. O Quadro 11, mostra a descrição da TPS das hortas comunitárias de Cascavel e Maringá.

Quadro 11 – *Total Performance System* de Cascavel e Maringá (perspectiva dos agricultores) (continua)

<i>Total Performance System</i>	Cascavel e Maringá
Missão	As hortas comunitárias das duas cidades não possuem uma missão organizacional formalizada entre os agricultores urbanos.
Produto	Variedade de hortaliças.
Sistema receptor	Os próprios agricultores fazem parte do sistema receptor, pois todos também utilizam as hortaliças para consumo próprio. Além dos agricultores, a população do bairro no qual as hortas estão localizadas são os principais clientes que compram as hortaliças das hortas das duas cidades.
<i>Feedback</i> do sistema receptor	Os agricultores como receptores relatam a qualidade das hortaliças. Os clientes dão <i>feedbacks</i> verbais, principalmente em relação a três fatores: variedade, qualidade e preço.
Sistema processador	O sistema processador das hortas das duas cidades pode ser dividido em três. Na cidade de Cascavel: 1) Prefeitura; 2) Cooperativa da Reforma Agrária e Agricultura Familiar – COPCRAF; 3) Agricultores da horta comunitária. Na cidade de Maringá: 1) Prefeitura; 2) CerAUP/UEM; 3) Agricultores da horta comunitária. A prefeitura das duas cidades é responsável pela coordenação, disponibilização de recursos e desenvolvimento do programa. Em Cascavel, a COOPCRAF é o órgão que ganhou a licitação realizada pela prefeitura municipal para prestação de acompanhamento técnico às hortas comunitárias de Cascavel. Na cidade de Maringá, a CerAUP/UEM é a responsável pela assistência técnica dos agricultores. Os agricultores urbanos das duas cidades são as pessoas que foram selecionadas para produzirem as hortaliças nas hortas comunitárias. Cada agricultor em seu canteiro segue a mesma sequência de trabalho: a) carpir, rastelar e tirar o mato do terreno; b) adubar o terreno; c) fazer covas para a

	plantação de mudas; e) receber mudas das prefeituras ou comprar as mudas que serão plantadas; f) plantar as mudas; g) irrigar a plantação; h) colheita da plantação; i) consumo e venda da plantação.
--	---

Quadro 11 – *Total Performance System* de Cascavel e Maringá (perspectiva dos agricultores) (conclusão)

<i>Total Performance System</i>	Cascavel e Maringá
<i>Feedback</i> do sistema processador	Problemas com o sistema de água existente, falta de qualidade dos recursos fornecidos pela prefeitura, assistência técnica insuficiente dos outros setores, problemas de gestão interna entre os produtores e problema na comunicação entre os três sistemas.
Entradas	Recursos Financeiros: recursos municipais destinados à sustentabilidade do programa hortas comunitárias. Recursos Humanos: técnicos da prefeitura, técnicos da COPCRAF (Cascavel), técnicos da CerAUP (Maringá) e os agricultores das hortas. Recursos materiais: terreno, sistema de água, ferramentas e utensílios para a produção das hortaliças, trator, variedade de mudas de hortaliças e adubo orgânico.
Ambiente	Fatores climáticos, como chuvas intensas e calor intenso, entre os meses de dezembro e março de cada ano prejudicam de forma significativa a produção de hortaliças nas duas cidades.
Competidores	Com relação à venda das hortaliças, os agricultores das duas cidades não identificam competidores. Em relação ao acesso a recursos da prefeitura (mudas, tratores e outros tipos de equipamentos), os agricultores acreditam que existe uma concorrência dos recursos disponibilizados pela prefeitura entre as hortas comunitárias que fazem parte do programa. Ex: para o uso do trator que pertence à prefeitura, os agricultores de uma horta concorrem com todas as hortas do município para o acesso ao trator.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

De forma complementar aos resultados da ferramenta *Total Performance System* (TPS), foi realizada a Análise SWOT das hortas comunitárias, sendo possível relacionar os seus sistemas internos e externos, identificando as forças e fraquezas relacionadas ao sistema interno, além de fazer levantamentos do sistema externo das hortas por meio da identificação das oportunidades de mercado e possíveis ameaças que podem prejudicá-las como organizações. A Análise SWOT realizada é convergente com os resultados da ferramenta TPS, sendo descrita no Quadro 12.

Quadro 12 – Análise SWOT das hortas comunitárias

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ol style="list-style-type: none"> 1) Tempo de mercado: Todas as hortas pesquisadas possuem no mínimo quatro anos de existência. 2) Grande variedade de hortaliças. 3) Produção orgânica (sem utilização de agrotóxicos). 4) Qualidade das hortaliças produzidas. 5) Preço acessível para a população da localidade na qual as hortas estão instaladas. 6) Localização das hortas: maioria dos agricultores moram próximos das hortas. 7) Qualidade de vida no trabalho: flexibilidade psicológica. 8) Engajamento pessoal dos agricultores. 9) Setores organizacionais definidos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Falta de qualidade nos recursos fornecidos pela prefeitura. 2) Problemas no sistema de irrigação de água das hortas e falta de um sistema de irrigação de água sustentável. 3) Assistência técnica insuficiente tanto para produção das hortaliças como para o combate às pragas. 4) Falhas na comunicação e no processo que envolvem os três sistemas que fazem parte dos programas municipais de hortas comunitárias. 5) Não existe uma missão organizacional das hortas enquanto organizações. 6) Falta de gestão interna entre os agricultores. 7) Falta de planejamento individual e coletivo.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> 1) Mercado em expansão de alimentação saudável e sustentável. Maior exigência dos consumidores do ponto de vista da sustentabilidade – ODS. 2) As duas cidades possuem leis municipais de AUP e apoio às hortas comunitárias. 3) Possibilidade de novos convênios e parcerias com organizações do setor público e privado. 4) A promoção da segurança alimentar é uma prioridade na agenda de políticas públicas do atual Governo Federal. 5) Novas tecnologias para o desenvolvimento sustentável estão surgindo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1) Fatores climáticos (tempestades, secas e geadas). 2) Instabilidade políticas. 3) Crises econômicas (inflação e encarecimento dos recursos materiais). 4) Alterações nas políticas públicas de financiamentos para AUP e hortas comunitárias.

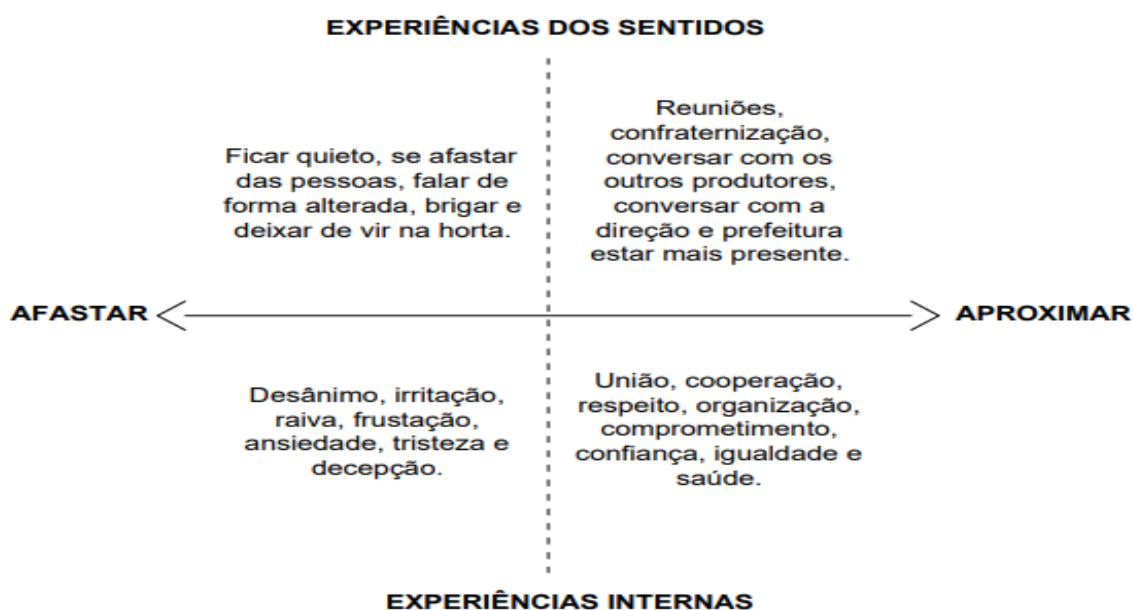
Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Complementando a análise das ferramentas TPS e SWOT, a ferramenta Matrix de Polk e Schoendorff (2014), conseguiu identificar os valores pessoais dos agricultores, trazendo os principais sentimentos e comportamentos que eles apresentam que os afastam ou aproximam dos seus valores e de um ambiente organizacional coeso e cooperativo. Esses dados são

importantes para a construção de uma missão organizacional e na gestão interna das hortas em relação às forças e fraquezas do processo organizacional.

A Figura 11, apresenta o diagrama da Matrix das hortas comunitárias de Cascavel e Maringá. No quadrante inferior direito, estão os principais valores que os agricultores trouxeram que precisam existir para uma boa convivência organizacional. No quadrante esquerdo inferior, estão os principais sentimentos vividos por eles quando percebem que esses valores não estão ocorrendo no ambiente da horta. No quadrante superior esquerdo, estão os principais comportamentos que os agricultores apresentam que os afastam de seus valores e, no quadrante superior direito, estão os comportamentos que os agricultores têm ou que podem ter que os aproximam de seus valores e de um ambiente organizacional saudável.

Figura 11 – Matrix dos agricultores das hortas de Cascavel e Maringá



Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

As hortas comunitárias fazem parte de um sistema maior, ao incluir-se na análise as prefeituras municipais e os parceiros responsáveis pela assistência técnica. Pode-se classificar, conforme Faria (2009), o modelo de gestão organizacional atual dos programas municipais das duas cidades como de Gestão Participativa. Na cidade de Cascavel, ocorre uma Gestão Participativa restrita e pontual, na qual os agricultores são convocados para opinarem em questões pontuais do programa. Em Maringá, ocorre uma Gestão Participativa representativa, onde os agricultores são consultados por meio de um sistema formal de representação.

Ao se analisar a gestão interna dos agricultores das hortas comunitárias das duas cidades, de acordo com Faria (2017), pode-se classificá-la como Autogestão parcial ou restrita. Em outras palavras, isso quer dizer que a gestão interna das hortas comunitárias possui características de Autogestão, mas que são restritas ao nível de unidades produtivas ou de produção, não podendo ser classificadas como Autogestão social.

A autogestão parcial ao nível de unidades produtivas das hortas comunitárias das duas cidades não apresenta ou promove princípios da Economia Solidaria. Os agricultores trabalham de forma individual desde a plantação até a venda de seus produtos. Com relação à aplicação da Agroecologia, embora as hortas não utilizem adubos químicos e agrotóxicos, não se pode classificá-las como agroecológicas. Na Agroecologia, há um conjunto de princípios sociais, ambientais e econômicos que vão muito além da não utilização de agrotóxicos e fertilizantes (Nakamura; Ranieri, 2021).

Cran *et al.* (2023), realizou uma revisão da literatura de hortas comunitárias, identificando cinco fatores necessários para consolidação e longevidade desses projetos. São eles: 1) coordenação ou equipe diretiva; 2) agricultores urbanos engajados; 3) políticas públicas municipais, estaduais e federais; 4) fontes de educação e assistência técnica; 5) financiamento público e privado. A falta desses fatores em projetos de hortas comunitárias pode ser classificada como barreiras para o sucesso desses projetos.

Por meio das ferramentas de análise utilizadas na presente pesquisa, pode-se afirmar que os programas de hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá possuem os cinco fatores necessários para a longevidade das hortas comunitárias, mas, como foi descrito na presente seção, existem déficits e problemas em cada um desses fatores nas duas cidades. Esses problemas podem ser o principal fator para que as hortas comunitárias pesquisadas não consigam fortalecer o tecido social e combater a fome nas cidades de Cascavel e Maringá.

4.7 Agricultores urbanos de Cascavel e Maringá, o seu lugar de fala e uma vida em compromisso com seus valores

A Psicologia é uma ciência relativamente recente no Brasil, sendo regulamentada somente em 1962. A formação de Psicologia no Brasil, em suas primeiras décadas, esteve totalmente alinhada aos interesses da elite colonizadora e ao paradigma positivista. Essa ciência hoje rompe esse paradigma se comprometendo e utilizando seus saberes para as necessidades e urgências reais da população brasileira (Bock, 2015).

Segundo Holland (2016), uma ciência do comportamento que esteja a serviço de uma sociedade mais igualitária deve parar com a probabilidade de servir à elite e deve adaptar o trabalho da Psicologia às necessidades diretas das pessoas que lutam e são exploradas diariamente. A conscientização, a autonomia e formas de enfrentamento para as populações oprimidas devem fazer parte do trabalho da Psicologia junto às comunidades. Para que isso ocorra, se faz necessária a aproximação interdisciplinar dela com outras ciências e com as comunidades locais (Junior; Córdova, 2019).

A presente pesquisa está alinhada ao desenvolvimento de uma Psicologia em diálogo interdisciplinar com outras ciências que estejam a serviço da promoção da segurança alimentar no Brasil. Dessa forma, deve-se incluir nesse estudo a história dos verdadeiros protagonistas dessa pesquisa: os agricultores urbanos que resistem e trabalham de forma diária nas hortas comunitárias de Cascavel e Maringá. Assim, é de extrema importância trazer a perspectiva e o lugar de fala desses agricultores urbanos.

Não se pretende explorar o ponto de vista ou história individual de cada agricultor urbano e sim o lugar deles como um grupo social. Conforme Collins (2000), grupos têm uma continuidade ao longo do tempo de tal modo que as suas realidades transcendem as experiências individuais. Assim, embora as vivências de cada pessoa sejam únicas, os tipos de desafios e oportunidades que eles enfrentam diariamente como grupo de agricultores urbanos são semelhantes.

Segundo Ribeiro (2017), o lugar social de um grupo não determina uma consciência discursiva sobre este lugar. Porém, o lugar que grupos ocupam socialmente os fazem ter experiências e perspectivas distintas. Assim todos os grupos sociais possuem lugares de fala e trazer o lugar de fala dos agricultores urbanos seria uma forma de romper com o silêncio instituído e com uma hierarquia estrutural.

Os agricultores urbanos dos municípios de Cascavel e Maringá possuem experiências historicamente compartilhadas, distintas como grupo de agricultores urbanos. Portanto, se faz necessário diferenciar o lugar de fala dos agricultores urbanos de Cascavel e de Maringá.

A maior parte dos agricultores das duas hortas comunitárias de Cascavel que participaram da pesquisa pertenciam a um assentamento composto por habitantes retirados de uma ocupação irregular no município. Estes participantes foram realocados pela prefeitura municipal nos bairros onde hoje estão instaladas as hortas comunitárias.

De acordo com os agricultores urbanos de Cascavel, quando eles foram realocados pela prefeitura de Cascavel, a população do bairro foi extremamente hostil e preconceituosa com eles. Os agricultores relataram diversos tipos de preconceitos que eles receberam. Ex: não

conseguiram matricular seus filhos na escola do bairro por serem da família dos assentados; as pessoas falavam abertamente que eles eram bandidos e que deixariam seu bairro mais perigoso; comerciantes do bairro não vendiam produtos para eles.

Diante da segregação sofrida por essas pessoas, o desenvolvimento de hortas comunitárias foi uma das estratégias que estas famílias implantaram para ter acesso à alimentação de qualidade e de geração de renda. Segundo os agricultores, no início, foi muito difícil, pois não tinha sistema de água e faltavam muitos recursos. Um dos agricultores, que já tinha liderado o movimento do assentamento, assumiu a liderança de uma das hortas e começou a mobilizar os outros agricultores. Eles conseguiram financiamento para a construção de um poço artesiano e a prefeitura começou a dar mais assistência na horta comunitária.

Portanto, os agricultores urbanos de Cascavel possuem uma história de resistência e luta por seus direitos a uma habitação digna e segura para suas famílias. Por meio das hortas comunitárias, conseguiram ser aceitos e romperam barreiras de discriminação em seus bairros. Segundo a maioria dos agricultores, hoje eles se sentem reconhecidos e valorizados pela população do bairro. O trabalho na horta trouxe dignidade para eles e suas famílias.

Infelizmente, os agricultores urbanos ainda não se sentem reconhecidos pela prefeitura do município. De forma geral, relatam que a prefeitura a cada ano vem melhorando sua participação na horta, mas que ainda não se sentem escutados, reconhecidos e valorizados. Muitos reclamam que ocorrem decisões da prefeitura e da cooperativa que envolve as hortas e que, na maioria delas, eles não são consultados.

Com relação aos agricultores urbanos de Maringá, a maioria possui uma história de migração intrarregional, migração inter-regional e imigração. Todos os agricultores entrevistados possuem idade acima dos sessenta anos e vieram para Maringá ainda crianças, com seus pais e familiares.

De forma geral, os participantes de Maringá começaram a trabalhar na infância, ajudando seus pais e familiares em serviços braçais. Nesse período, o município de Maringá, era novo e em construção. A cidade tem somente setenta e seis anos. Assim, os participantes e suas famílias vieram de diversas partes do Brasil e do mundo para construir suas vidas e ajudar na construção de Maringá.

Hoje os agricultores urbanos de Maringá são, em sua maioria, aposentados e expressam orgulho de sua trajetória de trabalho e luta para dar aos seus filhos uma vida mais digna. Embora a maioria não tenha completado o ensino fundamental, eles relatam com orgulho que quase todos os seus filhos possuem ensino superior. Esse fato mostra que o trabalho para esses

agricultores sempre foi um valor muito importante em suas vidas, pois, por meio dos seus ofícios, conseguiram dar condições melhores para suas famílias.

A aposentadoria para os participantes de Maringá foi uma conquista e uma forma de angústia e vazio. Eles possuem uma história de muita luta e trabalho e, ao se aposentarem, perceberam uma grande lacuna em suas vidas, pois perderam o papel social de trabalhador que exerceram. O trabalho na horta comunitária, assumindo o papel de agricultor urbano, trouxe para essas pessoas uma nova fase em sua vida alinhada ao valor de trabalho para uma maior qualidade de vida na terceira idade. Esses agricultores relatam que, se não tivessem o trabalho na horta, provavelmente estariam desenvolvendo sintomas de um possível transtorno depressivo.

Observa-se que, embora existam diferenças significativas no lugar de fala dos agricultores urbanos das duas cidades, pode-se identificar semelhanças no que se diz respeito à história de luta e resistência que, de forma geral, essas pessoas possuem individual ou coletivamente. Enquanto em Cascavel os agricultores possuem sua história de luta por direito a habitação, em Maringá os agricultores urbanos vieram de diversas partes do país e do mundo em busca de condições de vida melhores para suas famílias.

Pode-se dizer que esses agricultores urbanos de Cascavel e Maringá, como grupo, representam uma forma de resistência e luta. Como foi explorado na presente pesquisa, o tema da Agricultura Urbana e Periurbana infelizmente não tem recebido grande atenção da academia brasileira. Existem grandes lacunas em políticas públicas que facilitem a AUP no país e diversos problemas na gestão dos programas de hortas comunitárias pesquisados que impedem eles sejam eficazes na promoção da segurança alimentar. Mesmo diante de todos esses desafios, os agricultores urbanos das duas cidades continuam motivados e comprometidos com seus valores pessoais.

De acordo com Wilson e DuFrene (2008), valores são consequências escolhidas e construídas verbalmente para padrões de comportamento contínuos, dinâmicos e em evolução, que estabelecem reforçadores que são intrínsecos ao engajamento no próprio padrão comportamental valorizado. Viver com base em valores é viver com intenção, escolhendo conscientemente uma vida direcionada ao que é importante para si. Valores são como uma bússola proporcionando um senso de direção consciente e significativo para vida (LEJEUNE; LUOMA, 2019).

A rigidez psicológica é um indicador de ansiedade, depressão, abuso de substâncias e de quase todos os outros tipos de problemas psicológicos. A flexibilidade psicológica é um conjunto de habilidades psicológicas e comportamentais que capacitam o indivíduo a não se

afastar do que é doloroso, mas a direcionar o seu sofrimento a fim de viver uma vida em direção a seus valores. O modelo de flexibilidade psicológica é transdiagnóstico e isso significa que ele funciona em uma ampla variedade de categorias de diagnósticos de saúde mental, sendo um preditor bem estabelecido de saúde mental em longo prazo (Hayes, 2019).

Segundo Bond, Lloyd e Guenole (2013) e Kent, Hochard e Hulbert-Wilians (2019), a flexibilidade psicológica é um importante determinante da saúde mental e eficácia comportamental no ambiente de trabalho. Níveis altos de flexibilidade psicológica predizem múltiplos resultados relacionados ao trabalho, incluindo melhor saúde mental, melhor desempenho no trabalho, maior motivação e engajamento. Ele diminui problemas relacionados ao stress e esgotamento físico e mental no ambiente de trabalho. Em suma, a flexibilidade psicológica é uma variável importante de prevenção da saúde mental das pessoas no local de trabalho.

Como já foi explorado na presente seção, os resultados dessa pesquisa indicam que os trinta agricultores urbanos que participaram dessa investigação apresentaram uma média de flexibilidade psicológica no ambiente de trabalho acima da média. Lembrando que se trata de uma amostra de participantes de duas cidades distintas e extremamente heterogêneas em termos de idade, raça, gênero e perfil socioeconômico. Por meio desse resultado, pode-se inferir que o trabalho realizado em hortas comunitárias apresenta a função do desenvolvimento das habilidades de flexibilidade psicológica, trazendo dessa forma diversos benefícios para saúde mental, emocional e comportamental dos agricultores urbanos.

Os agricultores urbanos, por meio do seu trabalho nas hortas, conseguem viver uma vida alinhada a seus valores pessoais. Conhecer o lugar de fala deles permite a reflexão e a constatação de que o conceito de hortas comunitárias envolve muito mais que apenas a produção de alimentos no meio urbano. Mostra-se também a necessidade de diálogo entre os diferentes setores e secretarias da gestão pública na condução de programas de hortas comunitárias e a urgente necessidade de que, além de pesquisas na área das ciências agroecológicas, esses espaços também sejam estudados pelas Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Econômicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “voo da harpia” sobre o fenômeno das hortas comunitárias partiu do objetivo de identificar e compreender se as formas de organização dos produtores de áreas urbanas são capazes de fortalecer o tecido social e combater a fome nas cidades de Cascavel e Maringá. Seria de extrema ingenuidade a pretensão de compreensão de todas as variáveis que envolvem este objetivo.

Respeitando e tendo consciência dessa complexidade, buscou-se trazer para o fenômeno social das hortas comunitárias as dimensões de estudos da Agronomia, Políticas Públicas, Administração, Psicologia e Economia. Teve-se o cuidado de realizar triangulações teóricas, de dados e de métodos. As hortas comunitárias puderam ser estudadas por diferentes perspectivas que ampliaram a compreensão do problema pesquisado. Como consequência, obteve-se uma análise interdisciplinar extremamente original do fenômeno pesquisado.

Os resultados e a análise interdisciplinar, descritos na seção anterior, permitem assinalar que, segundo a perspectiva dos agricultores urbanos, as hortas comunitárias das cidades de Cascavel e Maringá, embora sejam uma ferramenta de promoção de qualidade de vida e de saúde mental, não estão sendo capazes de fortalecer o tecido social e combater a fome. As hortas comunitárias pesquisadas apresentam problemas de políticas públicas e desafios de gestão organizacional que impedem o alcance da coesão social e promoção da segurança alimentar e nutricional.

Um dos principais pontos fortes da análise interdisciplinar realizada, foi o nível de descrição e detalhamento desenvolvido em relação as hortas comunitárias de Cascavel e Maringá. Com a integração dessas informações foi possível descrever os problemas, desafios, limitações e potencialidades dos programas de hortas comunitárias pesquisados. Também é de extrema importância que a presente pesquisa aponte recomendações e direções para o aprimoramento dos programas pesquisados.

Recomendações que podem ser implantadas pelos Programas de Hortas Comunitárias de Cascavel e Maringá em curto prazo: 1) recomenda-se que os programas de hortas comunitárias das duas cidades estabeleçam novos acordos de cooperação e parcerias com instituições de ensino superior. Além da Agronomia, é importante que os programas estabeleçam parcerias com faculdades Administração, Psicologia, Políticas Públicas, e Economia; 2) recomenda-se que os programas municipais também estabeleçam novos acordos de cooperação com organizações públicas e privadas do município; 3) Parcerias estabelecidas

e formalizadas entre as secretarias municipais no desenvolvimento das hortas comunitárias; 4) recomenda-se que seja criada nos municípios associações dos agricultores urbanos das hortas comunitárias.

Acredita-se que, por meio dos novos acordos de cooperação com instituições do Ensino Superior, organizações públicas e privadas, seja possível os programas alcancem recursos financeiros, humanos e materiais de melhor qualidade. Por meio dessas parcerias, os programas municipais também podem implantar capacitações de qualidade referente à produção, controle de pragas e gestão organizacional, envolvendo os três sistemas que fazem parte das hortas comunitárias, e capacitações de autogestão interna específicas para os agricultores. Tanto o município de Cascavel como o de Maringá possuem leis municipais de AUP que permitem estes acordos de cooperação.

Um dos principais objetivos das políticas públicas de hortas comunitárias no Brasil é a promoção da segurança alimentar e nutricional. Como foi exposto nas seções anteriores, a fome é um problema complexo e estrutural que envolve muitas áreas do conhecimento, existindo a necessidade de um trabalho interdisciplinar entre as secretarias municipais responsáveis pela promoção de segurança alimentar e os programas de hortas comunitárias. Em Cascavel, o Setor Território Cidadão é responsável pelo programa. Na cidade de Maringá a Secretaria de Trabalho, Renda e Agricultura Familiar é responsável pelas hortas comunitárias do município. Embora os programas das duas cidades apresentem parcerias com outras secretarias, o envolvimento e o trabalho entre elas devem ser aperfeiçoados.

A criação de uma associação municipal dos agricultores urbanos das hortas comunitárias pode ser uma forma de organizar e profissionalizar a atuação desses trabalhadores, buscando minimizar os problemas de gestão interna, proporcionando um ambiente colaborativo para o alcance de objetivos compartilhados. A associação permite que os agricultores tenham voz ativa na defesa de seus interesses perante as autoridades governamentais, além de poder ampliar a rede de contato para parcerias de maior qualidade para as hortas comunitárias como um todo.

Recomendações em médio e longo prazo: 1) Incluir o Programa de Hortas Comunitárias das duas cidades no Programa de Aquisição de Alimentos (PPA). Espera-se que com as recomendações de curto prazo, os agricultores e as hortas se estruturam de modo a conseguirem fazer parte do PPA. Com isso, os governo federal, estadual e municipal comprariam as hortaliças dos agricultores urbanos e as destinariam às creches, escolas e outros setores do município; 2) Canais de participação política para que os gestores municipais e as associações de agricultores urbanos exijam que seja sancionada a Política Nacional de Agricultura Urbana e que seja instituída uma Política de AUP no estado do Paraná. Embora por meio do decreto nº

11.700 de 2023 o Governo Federal tenha implantado novamente o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, a Política Nacional de Agricultura Urbana encontra-se em fase de tramitação no Senado. No estado do Paraná, ainda não existe uma lei específica de AUP. A falta de leis e marcos legais é uma das variáveis que impedem a efetividade de políticas públicas de AUP.

Espera-se que estas recomendações possam ser o fator-chave para a resolução dos problemas de gestão organizacional e de políticas públicas dos programas dos dois municípios e para que estes programas de hortas comunitárias sejam uma ferramenta eficiente de coesão social entre os agricultores urbanos e, principalmente, que esta política pública seja eficiente para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Uma limitação do presente estudo envolve a ausência da perspectiva dos outros sistemas envolvidos no programa hortas comunitárias (prefeitura e parceiros). Pesquisas futuras envolvendo programas de hortas comunitárias devem tentar incluir na pesquisa a perspectiva de todos os sistemas envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Lucimar Santiago *et al.* Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 143-160, 2012. Disponível em: <https://orgprints.org/id/eprint/24207/>. Acesso em 10 mar. 2024.
- ALBAN, Raúl Ernesto; ARTEAGA, María Isabel; HERRERA, Francisco F. La agricultura urbana en Caracas: diagnóstico de los espacios agroproductivos desde una perspectiva socioecológica. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 14, n. 80, p. 71-89, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/javeriana.cdr14-80.aucd>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- ALBERTIN, Ricardo Massulo *et al.* Hortas urbanas de Maringá (PR): estudo socioeconômico dos produtores e perceptivo dos transeuntes. **Boletim de Geografia**, v. 34, n. 2, p. 98-115, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/bolgeogr.v34i2.23600>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- ALBUQUERQUE, José Oliveira de et al. O Programa Maringá Saudável. In: MICHELLON, Ednaldo (Org.). **Hortas comunitárias de Maringá: um modelo de agricultura urbana**. 1. Ed. Maringá: Clichetec, 2016, p. 23-37.
- ALENCAR, Álvaro Gurgel de. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. **Revista brasileira de política Internacional**, v. 44, n. 1, p. 137-144, jun. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292001000100009>. Acesso em 05 jan. 2023.
- ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, C. I. Urban agroecology: designing biodiverse, productive and resilient city farms. **Agro Sur**, v. 46, n. 2, p. 49-60, 2018. Disponível em: <https://DOI:10.4206/agrosur.2018.v46n2-07>. Acesso em: 13 out. 2022.
- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, v. 13, n. 16, p. 22-32, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>. Acesso em: 03 mar. 2023.
- ALVES, Deise de Oliveira.; MOURA, Adeildo de Quadros; SCHULTZ, Glauco. Agricultura urbana no Brasil: um levantamento sobre a produção científica nas bases Scopus e Web of Science. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 160–178, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1946>. Acesso em: 12 set. 2022.
- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de estudos africanos**, n. 4, p. 35-70, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cea.1573>. Acesso em 10 out. 2022.
- AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-envolvimento e... Noflay!. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 75-111, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cea.2335>. Acesso em 10 out. 2022.
- ANDRADE, Letícia Cunha de. A Resposta do Brasil aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs): o papel do governo nacional e o envolvimento dos governos subnacionais. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 2, n. 2, p. 291-320, jul/dez. 2014. Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/8202>. Acesso em 06 jan. 2023.

ANDERY, Maria Amália P. A. O modelo de seleção por consequências e a subjetividade. In: BANACO, Roberto (Org.). **Sobre o comportamento e Cognição: aspectos teóricos metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista**. vol. 1, Santo André: ESETec, 2001. p. 182-190.

AQUINO, Adriana María de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & sociedade**, v. 10, p. 137-150, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000100009>. Acesso em 10 mar. 2024.

ARAÚJO, Andréa Cristina Marques; GOUVEIA, Luís Borges. Uma revisão sobre os princípios da teoria geral dos sistemas. **Estação Científica**, v. 10, n. 16, 2016. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/estacaocientifica/article/view/2273>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ARAUJO, Elizandra Flávia. **Da colônia à metrópole: trajetórias e discursos em torno da agricultura urbana na cidade de Curitiba/Paraná**. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Adernar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 6, p. 67-80, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v6i0.22129>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ATKINS, Paul W. B., WILSON David S., & HAYES, Steven C. **Prosocial: Using evolutionary science to build productive, equitable, and collaborative groups**. 1st. ed. Oakland, CA: New Harbinger, 2019.

AURELIANO, Livia. F. G.; PESSÔA, Candido V. B. B. Análise de Sistemas Comportamentais: uma proposta de análise e intervenção nas organizações. In: VILAS BOAS, Denise; CASSAS, Fernando; GUSSO, Helder Lima (Org.). **Comportamento em Foco**, v. 5. São Paulo: Abpmc, 2017, p. 41-52. Disponível em: <https://abpmc.org.br/wp-content/uploads/2021/08/15054303790a9e3cc52.pdf>. Acesso em 15 out. 2022.

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco *et al.* A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e contabilidade**, v. 4, p. 1-16, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281285824_A_Estrategia_de_Triangulacao_Objektiv_os_Possibilidades_Limitacoes_e_Proximidades_com_o_Pragmatismo. Acesso em 16 out. 2022.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da economia solidária. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 282-317, jan/jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100012>. Acesso em: 25 fev. 2023.

BAIARDI, Amilcar. Elinor Ostrom, a premiação da visão unificada das Ciências Humanas. **Caderno CRH**, v. 24, n. 61, p. 203-216, abr. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000100014>. Acesso em 28 fev. 2023.

BAPTISTA, Luciene Lopes. **A qualidade de vida no trabalho na fronteira entre autogestão e heterogestão: um estudo de caso qualitativo na cooperativa Cotravic**. 2012. Tese de Doutorado (Doutorado em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BATEZELLI, Amanda Bertolani. **Articulação de agendas governamentais: política externa e políticas de combate à fome e à pobreza nos governos Lula**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BATISTA FILHO, Malaquias; BATISTA, Luciano Vidal. A Geografia da fome 50 anos depois: o que mudou? In: ANDRADE, Manuel Correia de *et al.* (Org.). **Josué de Castro e o Brasil**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 39-48.

BAUM, Willian M. **Compreender o behaviorismo: Ciência, comportamento e cultura**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1999.

BERNARDES, Milena Serenini *et al.* (In) segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 4, p.1-10, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31005/iajmh.v4i.160>. Acesso em: 10 out. 2022.

BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. 5ª edição. Tradução Francisco M. Guimarães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BIAZOTI, André Ruoppolo *et al.* Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 189-208, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/185111>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BIAZOTI, André Ruoppolo; SORRENTINO, Marcos. Engajamento político na agricultura urbana: potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, n. 4, p. 2-20, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094422asoc20210056vu2022L1AO>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Perspectivas para a formação em psicologia. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 6, n. 2, p. 114-122, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v6n2/v6n2a09.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BON, Hubert de; PARROT, Laurent; MOUSTIER, Paule. Sustainable urban agriculture in developing countries. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 30, n. 1, p. 21-32, 2010. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro:2008062>. Acesso em: 25 out. 2022.

BOND, Frank W.; LLOYD, Joda; GUENOLE, Nigel. The work-related acceptance and action questionnaire: Initial psychometric findings and their implications for measuring psychological flexibility in specific contexts. **Journal of occupational and organizational psychology**, v. 86, n. 3, p. 331-347, jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/joop.12001>. Acesso em: 18 out. 2022.

BOND, Frank W.; BUNCE, David. The role of acceptance and job control in mental health, job satisfaction, and work performance. **Journal of applied psychology**, v. 88, n. 6, p. 1057, 2003. Disponível em: <https://doi:10.1037/0021-9010.88.6.1057>. Acesso em 03 jun. 2023.

BORGES, Livia de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo H. Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In: ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 25-72.

BRANCO, Marina Castelo; ALCÂNTARA, Flávia A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura brasileira**, v. 29, n. 3, p. 421-428, jul./set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-05362011000300028>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Portaria 467 de 7 de fevereiro de 2018 institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. **Diário Oficial da União**, 7 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório final da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional**: Comida de verdade no campo e na cidade por direitos e soberania de todos. Brasília: Consea, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório final da **IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional**: Alimentação adequada e saudável um direito de todos. Brasília: Consea, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional**. Brasília: Consea, 2007.

BRASIL. **Lei n 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Disponível em: <https://www.4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional> Acesso: em 20/12/2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Consea, 2004.

BRETHOWER, Dale M. et al. A history of organizational behavior management. **Journal of Organizational Behavior Management**, v. 42, n. 1, p. 3-35, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01608061.2021.1924340>. Acesso em 11 jun. 2023.

BRETHOWER, Dale M. **Performance analysis: Knowing what to do and how**. v. 2. Amherst, MA: Human Resource Development Press, 2007.

BRETHOWER, Dale M. Understanding behavior of organizations to improve behavior in organizations. **The Behavior analyst today**, v. 5, n. 2, p. 170-181, jan. 2004. Disponível em: [10.1037/h0100028](https://doi.org/10.1037/h0100028). Acesso em: 20 fev. 2023.

BRETHOWER, Dale M. The total performance system. In: O'BRIEN, R.; DICKSON, A.; ROSOW, M. (Org.), **Industrial behavioral modification**: A management handbook. 1. ed. New York, NY: Pergamon, 1982, p. 350–369.

BRITO, Fernanda Ribeiro dos Santos de Sá; BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde**

Pública, v. 37, n. 10, p. 01-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00308220>. Acesso em: 01 jan. 2023.

BRÜGGER, Paula. O voo da águia: reflexões sobre método, interdisciplinaridade e meio ambiente. **Educar em revista**. n. 27, p. 75-91, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000100006>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BURNES, Bernard. **Managing change**: A strategic approach to organisational dynamics. 4rt. ed. London: Pearson Education, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise multidimensional da sustentabilidade. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 3, p. 70-85, jul/set. 2002. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/analise_multidimensional_da_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 05 mar. 2023.

CARRARA, Kester. O essencial em B. F. Skinner (1904-1990). In: ZILIO, D. & CARRARA, K. (Org.). **Behaviorismos**: reflexões históricas e conceituais. vol. 1. São Paulo, SP: Centro Paradigma de Ciências do Comportamento, 2016, p. 19-32.

CARVALHO, Guilherme Augusto Batista. A Formação da Agenda de Políticas Públicas no Presidencialismo de Coalizão. **Olhares Plurais**, v. 1, n. 16, p. 170-179, 2017. Disponível em: [A_formacao_da_agenda_de_politicas_publicas_no_presidencialismo_de_coalizao-libre.pdf\(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](A_formacao_da_agenda_de_politicas_publicas_no_presidencialismo_de_coalizao-libre.pdf(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net)). Acesso em: 02 jan. 2023

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em perspectiva**, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000300019>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CASCADEL. **Com muitas hortaliças, feira do produtor urbano acontece na sexta-feira (12) em Cascavel**. 11 maio 2023. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/cidadao/noticia/com-muitas-hortaliças-feira-do-produtor-urbano-acontece-nesta-sexta-feira-12-em-cascavel>. Acesso em: 09 jun. 2023.

CASCADEL. **Horta municipal será o coração do programa Agricultura Urbana**. 05 jan. 2017. Disponível em: <https://cascavel.atende.net/cidadao/noticia/horta-municipal-sera-o-coracao-do-programa-agricultura-urbana>. Acesso: 01 jan. 2023.

CASCADEL. **Centro de atendimento ao turista de Cascavel**. Disponível em: <https://www.prefeituradecascavel.com.br/centro-de-atendimento-ao-turista-em-cascavel/>. Acesso em 26 set. 2022.

CASCADEL. Lei n. 6874 de 16 de julho de 2018. Institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana de Cascavel e da outras providencias. **Diário Oficial**, 19 de julho de 2018. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mwiln>. Acesso: 27 dez. 2022.

CASCADEL. Decreto Nº 13.338 de 1 de março de 2017. Dispõe sobre a criação na administração pública municipal, do setor Território Cidadão e da outras providencias. **Diário oficial**, 09 de maio de 2017. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ivodq>. Acesso: 29 dez. 2022.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Anna Maria de. Trajetória do Combate à Fome no Brasil. In: ARANHA, A (Org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. v. 1. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, p. 18-25.

CATANIA, Charles. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. São Paulo: Elsevier Brasil, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: Teoria, processo e prática**. 4. ed. São Paulo: Elsevier Brasil, 2007.

COHEN, Nevin. The changing role of urban agriculture in municipal planning: from planning for urban agriculture to urban agriculture for planning. In: WISKERKE, Han (Org.). **Achieving sustainable urban agriculture**. 1st. ed. London: Burleigh Dodds Science Publishing, 2020, p. 23-36.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000.

CONTIPELLI, Ernani. Da governança dos comuns ao policentrismo: considerações sobre Elinor Ostrom e mudança climática. **Revista Jurídica (FURB)**, v. 24, n. 53, p. E8142, jul. 2020. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/8142>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CORRÊA, Carina Júlia Pensa et al. Semeando a cidade: Histórico e atualidades da agricultura urbana. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p.1-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180075r1vu2020L1AO>. Acesso em: 14 maio 2023.

CRAN, Stephanie et al. A Pilot Study Exploring Practices that Support the Longevity of Community Gardens Supported by Religious Organizations. **Behavior and Social Issues**, p. 1-37, 2023. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s42822-023-00124-7>. Acesso em: 30 set. 2023.

CURAN, Roberta Moraes; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 209-224, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.013>. Acesso em 11 set. 2022.

DENZIN, Norman K. **The research act: A theoretical introduction to sociological methods**. London: Routledge, 2017.

DIENER, Lori H.; MCGEE, Heather M.; MIGUEL, Caio F. An integrated approach for conducting a behavioral systems analysis. **Journal of Organizational Behavior Management**, v. 29, n. 2, p. 108-135, mai. 2009. Disponível em: [10.1080/01608060902874534](https://doi.org/10.1080/01608060902874534). Acesso em 18 fev. 2023.

DUBEUX, Ana; BATISTA, Marcela Peixoto. Agroecologia e economia solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 2, p. 227-249, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v22i2.9340>. Acesso em 10 mar. 2023.

EIRDOSH, Dustin, HANISCH, Susan. Can the science of Prosocial be a part of evolution education? **Evolution: Education and Outreach**, v.13, n. 5, p. 1-7, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12052-020-00119-7>. Acesso em: 14 fev. 2023.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world 2019: safeguarding against economic slowdowns and downturns**. Roma: FAO, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso: 20 nov. 2022.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world 2018: Building climate resilience for food security and nutrition**. Roma: FAO: 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/3/I9553EN/i9553en.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FAO. **Agriculture urbaine et périurbaine**. Roma: FAO, 1999. Disponível em: <https://www.fao.org/unfao/bodies/coag/coag15/X0076f.htm>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300007>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos Ebape. Br**, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157778>. Acesso em: 30 maio 2023.

FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA, Jose Henrique de. Co-gestão uma nova instituição. **Revista de Administração**, v. 17, n. 1, p. 5-13, 1982. Disponível em: <http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/1701005.pdf>. Acesso em: 29 maio 2023.

FERNANDES, Renata.; SOUZA, Nádia Roberta P. G.; MARTINS JUNIOR, Joaquim. Benefícios da Implantação do Programa Hortas Comunitárias em Maringá-Paraná. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research**, v. 4, n. 1, p. 79-82, set/nov. 2013. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20130731_225208.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

FERNÁNDEZ-RÍOS, Luis. Interdisciplinarietà en la construcción del conocimiento: ¿Más allá de Bolonia? **Revista Innovación Educativa**, n. 20, p. 157-166, 2010. Disponível em: [\[http://hdl.handle.net/10347/5005\]](http://hdl.handle.net/10347/5005). Acesso: 8 out. 2022.

FLICK, Owe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, Irama. Los medios de comunicación y el surgimiento de la cultura agrícola urbana en Venezuela. **Razón y Palabra**, v. 20, n. 94, p. 265-279, jul.-set. 2016. Disponível em:

<https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/707>. Acesso em: 01 nov. 2022.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2000. Disponível em: www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89. Acesso em: 27 ago. 2023.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária na contramarcha da pobreza. **Sociologia, Problemas e Práticas**. v.16. n. 79, p. 43-63, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/2221>. Acesso em: 19 mar. 2023.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, p. 181-211, jul/dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18642>. Acesso em 19 mar. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GLENN, Sigrid S. *et al.* Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. **Behavior and Social issues**, v. 25, n. 1, p. 11-27, mai. 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.5210/bsi.v25i0.6634>. Acesso em: 22 fev. 2023.

GLENN, Sigrid S.; MALOTT, Maria E. Complexity and selection: Implications for organizational change. **Behavior and social issues**, v. 13, p. 89-106, out. 2004. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.5210/bsi.v13i2.378>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GLENN, Sigrid S. Metacontingencies in “Walden Two”. **Behavior Analysis and Social Action**, v. 5, n. 1, p. 2-8, maio, 1986. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF03406059>. Acesso em 8 out. 2022.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-209, mai-ago, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>. Acesso em: 15 set. 2022.

GÜREL, Emet & TAT, Merba. SWOT analysis: A Theoretical Review. **The Journal of International Social Research**, Vol. 10, n. 51, p. 994-1006, ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17719/jisr.2017.1832>. Acesso: 12 out. 2022.

HAYES, Steven C.; ATKINS, Paul; WILSON, David Sloan. Prosocial: Using an evolutionary approach to modify cooperation in small groups. In: HOUMANFAR, Ramona A.; FRYLING, Mitch; ALAVOSIUS, Mark P. (Org.). **Applied Behavior Science in Organizations**. 1st. ed. New York, NY: Routledge, 2021. p. 197-223.

HAYES, Steven C. **A Liberated Mind: How to pivot toward what matters**. 1. ed. New York, NY: Avery, 2019.

HAYES, Steven C., BARNES-HOLMES, Dermot, & WILSON, Kelly G. Contextual Behavioral Science: Creating a science more adequate to the challenge of the human condition.

Journal of Contextual Behavioral Science, v. 1, n.1-2, p. 1-16, dez. 2012. Disponível em: [10.1016/j.jcbs.2012.09.004](https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2012.09.004). Acesso em: 28 fev. 2023.

HECHT, Susanna et al. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel A. (Org.). **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable**. 4. ed. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999, p. 15-30.

HELD, David. A democracia, o Estado-nação e o sistema global. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 23, p. 145-194, mar. 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000100010>. Acesso em: 03 jan. 2023.

HERNÁNDEZ, Loracnis. La agricultura urbana y caracterización de sus sistemas productivos y sociales, como vía para la seguridad alimentaria en nuestras ciudades. **Cultivos Tropicales**, v. 27, n. 2, p. 13-25, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193215872002>. Acesso em: 20 out. 2022.

HOLLAND, James G. Os princípios comportamentais servem para os revolucionários? **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 18, n. esp., p. 104-117, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.863>. Acesso em: 10 dez. 2023.

HOWLETT, Michael; HAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Públicas seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IBGE. **Brasil, Paraná, Cascavel**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cascavel/panorama>. Acesso em: 07 ago. 2023

IBGE. **Brasil, Paraná, Maringá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>. Acesso em: 07 ago. 2023.

IBGE. Em 2022, mercado de trabalho e auxílio Brasil permitem recuperação dos rendimentos. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36857-em-2022-mercado-de-trabalho-e-auxilio-brasil-permitem-recuperacao-dos-rendimentos#:~:text=O%20percentual%20de%20pessoas%20com,valor%20da%20série%2C%20desde%202012>. Acesso em: 10 mar. 2024.

IBGE. Síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. **Estudos & pesquisas informação demográfica e socioeconômica**. n. 43. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101760>. Acesso em: 10 mar. 2024.

IDSC-BR. **Índice de desenvolvimento sustentável das cidades**. Brasil, 2024. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/cascavel-PR>. Acesso: 03 mar. 2024.

IDSC-BR. **Índice de desenvolvimento sustentável das cidades**. Brasil, 2024. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/maringa-PR>. Acesso: 03 mar. 2024.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relação dos municípios do estado ordenados segundo as mesorregiões e as microrregiões geográficas do IBGE**. Paraná, 2012.

JÚNIOR, Cândido Rocha Flores; CÓRDOVA, Lucas Ferraz. Por uma práxis social comunitária em Análise do Comportamento. **Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento**, v. 27, n. 4, p. 527-544, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274561551008>. Acesso em: 10 dez. 2023.

KENT, William; HOCHARD, Kevin D.; HULBERT-WILLIAMS, Nicholas J. Perceived stress and professional quality of life in nursing staff: How important is psychological flexibility?. **Journal of Contextual Behavioral Science**, v. 14, p. 11-19, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2019.08.004>. Acesso em: 28 dez. 2023.

KINGSLEY, Jonathan; FOENANDER, Emily; BAILEY, Aisling. “You feel like you’re part of something bigger”: exploring motivations for community garden participation in Melbourne, Australia. **BMC Public Health**, v. 19, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-019-7108-3>. Acesso em: 20 ago. 2023.

KUCH, Isabelle Elisandra; DITTRICH, Alexandre. As masculinidades como variáveis relevantes para analistas do comportamento: Reflexões teóricas e práticas. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 14, n. 2, p. 154-169, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18761/vecc291122a>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LACOMBE, Francisco. **Teoria Geral da Administração**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LANDI, Giulia et al. The Multidimensional Psychological Flexibility Inventory (MPFI): Discriminant validity of psychological flexibility with distress. **Journal of Contextual Behavioral Science**, v. 21, p. 22-29, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2021.05.004>. Acesso em: 03 jun. 2023.

LANZA, Líria Maria Bettiol *et al.* **Dicionário popular de economia solidária**. 1 ed. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

LARA, Paula Fernanda Nóvoa Souza *et al.* Urban agriculture in Brazil: a bibliometric study for the period 2008 to 2017. **Revista Amazonia Investiga**, v. 8, n. 20, p. 124-134, jun. 2019. Disponível em: <https://amazoniainvestiga.info/index.php/amazonia/article/view/72/49>. Acesso em: 10 set. 2022.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista crítica de ciências sociais**, v. 8, n. 84, p. 7-47, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.381>. Acesso em: 26 fev. 2023.

LEAL, Kamila Soares; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/844>. Acesso em: 28 maio 2023

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan./mar. 2002. Disponível em:

<https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia /agroecologia e saber ambiental.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

LEJEUNE, Jenna; LUOMA, Jason B. **Values in therapy: A clinician's guide to helping clients explore values, increase psychological flexibility, and live a more meaningful life.** Oakland: New Harbinger Publications, 2019.

LEMONS, N. S., ANDRADE, L. M. S. & MEDEIROS, V. A. S. Desafios do Planejamento Urbano no Brasil e Marcos Legais sob a Ótica da Agricultura Urbana. **Paranoá**, v. 14, n. 14. p. 61-70, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/10902>. Acesso em: 02 nov. 2022.

LOTTA, Gabriela Spanghero *et al.* Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 4, p. 779-810, out/dez. 2018. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2917>. Acesso em: 02 jan. 2022.

MADALENO, Isabel Maria. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

MADALENO, Isabel Maria et al. Cities of the future: urban agriculture in the third millennium. **Food Nutrition and agriculture**, n. 29, p. 14-21, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265409792>. Acesso em: 11 set. 2022.

MALOTT, Maria E. **Paradox of organizational change: Engineering organizations with behavioral systems analysis.** 1st ed. Reno, NV: Context Press, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINGÁ. **Prefeitura de Maringá inaugura 40 hortas comunitária e beneficia 58 famílias.** 16 jan. 2023. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/site/noticias/2023/01/16/prefeitura-de-maringa-inaugura-40-horta-comunitaria-e-beneficia-58-familias/40965>. Acesso em 21 maio 2023.

MARINGÁ. **Demografia do município.** Disponível em: <https://www.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=nossa-cidade/3>. Acesso em 26 set. 2022.

MARINGÁ. Lei n 8981 de 27 de julho de 2011. Oficializa o programa de horta comunitária no município de Maringá e da outras providencias. **Diário Oficial**, 01 de agosto de 2011. Disponível em https://venus.maringa.pr.go.br/arquivos/orgao_oficial/arquivos/oom%201568.pdf. Acesso em 03 jan. 2023.

MARINGÁ. Lei n 6822 de 16 de março de 2005. Institui o programa municipal de agricultura urbana no município de Maringá. **Diário Oficial**, 16 de março de 2005. Disponível em <http://leismunicipa.is/mcrod>. Acesso em 03 jan. 2023.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, ago. 2004. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 set. 2022.

MARUJO, André Vinicius. Entre a autogestão e a heterogestão: os desafios enfrentados na gestão de cooperativas. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 14, n. 4, p. 01-22, 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/18027>. Acesso em 20 jun. 2023.

MATOS FILHO, Hélio Aparecido. Influência da administração científica nas organizações. **Revista Gestão Industrial**, v. 14, n. 1, p. 68-82, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/revistagi/article/view/6687/5474>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MATOS, Maria Amélia. Com o que o Behaviorismo radical trabalha. In: BANACO, R. A. (Org.), **Sobre o comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista**. 1. ed. Santo André: ESETec, 2001. p. 56-72.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Fundamentos da administração: introdução à teoria geral e aos processos da administração**. 3. ed. São Paulo: Gen/LTC, 2015.

MCGEE, Heather M.; CROWLEY-KOCH, Brian J. Behavioral systems analysis in organizations. In: HOUMANGAR, Ramona A; FRYLING, Mitch & ALAVOSIUS, Mark P. (Org.). **Applied behavior science in organizations**. 1st. ed. New York, NY: Routledge, 2022. p. 99-127.

MEIRA, Fernanda Maria *et al.* Extensão Agroecológica em hortas urbanas e periurbanas. **Rev. Brasileira de Agroecologia**. v. 4, n. 2, p. 2676-2677, nov. 2009. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/9811/6615>. Acesso 08 jan. 2023.

MESSIAS, Samireille Silvano *et al.* Implantação do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CERAUP) em Maringá, Paraná. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2319-2322, nov. 2009. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/8583/6058>. Acesso em 08 jan. 2023.

MICHELLON, Ednaldo; JUNG, Lígia Mara; ROSSI, Wesley Rodrigo. Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Urbana. In: Michellon, Ednaldo (Org.). **Hortas Comunitárias de Maringá: um modelo de agricultura urbana**. 1. Ed. Maringá: Clichetec, 2016, p. 51-61.

MOLINA, Brian; DEOCHAND, Neil; MCGEE, Heather. Learning from experimental communities using behavioral systems analysis. **Behavior and Social Issues**, v. 28, p. 174-188, fev. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s42822-019-00005-y>. Acesso em 20 fev. 2023.

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Princípios básicos de análise do comportamento**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2019.

MOREL, Carlos M. A pesquisa em saúde e os objetivos do milênio: desafios e oportunidades globais, soluções e políticas nacionais. **Ciência & saúde coletiva**, v. 9, n. 2, p. 261-270, jun. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000200002>. Acesso em 05 jan. 2023.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. **Teoria geral da administração**. 4. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning Edições Ltda., 2021.

MOTTA, Fernando C. Prestes. A teoria geral dos sistemas na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, n. 1, p. 17-33, 1971. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901971000100003>. Acesso em: 05 fev. 2023.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana: conceito e definição. **Revista de agricultura urbana**. vol. 1, n. 1, p. 8-14, Jul. 2000a. Disponível em: https://ruaf.org/assets/2000/10/rau01_total.pdf. Acesso: 12 out. 2022.

MOUGEOT Luc J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: BAKKER N.; DUBBELING M.; GUENDEL S.; SABELKASCHELLA, U.; ZEEUW, H. (Org.). **Growing cities, growing food, urban agriculture on the policy agenda**. 1st. ed. Feldafing: German Foundation for International Development, Feldafing, Germany, 2000b, p. 1-42.

MOUGEOT, Luc J. A. African city farming from a world perspective. In: EGZIABHER, A. G. *et al.* **Cities feeding people: an examination of urban agriculture in East Africa**. 1st. ed. Ottawa, ON: International Development Research Centre, 1994. p. 1-24.

NAJMANOVICH, Denise. **Mirar con nuevos ojos nuevos paradigmas en la ciencia y pensamiento complejo**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

NAKAMURA, Angélica Campos; RANIERI, Guilherme Reis. **Agricultura Urbana: agroecologia, alimentação, saúde e bem-estar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: economia solidaria e utopia. **Otra economia**, v. 2, n. 3. p. 27-40, 2008. Disponível em: www.riless.org/otraeconomia. Acesso em: 15 mar. 2023.

NORGAARD, Richard; SIKOR, Thomas. Metodología y práctica de la agroecología. In: ALTIERI, Miguel A. **Agroecología. Bases científicas para una agricultura sustentable**. 4. ed. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999, p. 27-42.

OLIVEIRA, Edson Fonseca. **A agricultura urbana e seus modos de organização: um estudo comparativo de casos em Curitiba**. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

OLIVEIRA, Lya Cynthia Porto de. **Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana**: São Paulo, Montreal e Toronto. 2017. Tese (Doutorado em Administração pública e governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA NETO, Paulo de. **Agricultura urbana e segurança alimentar: um estudo de caso no município de Maringá, estado do Paraná.** 2017. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Tupã, 2017.

ONG, Clarissa W. et al. A review of AAQ variants and other context-specific measures of psychological flexibility. **Journal of Contextual Behavioral Science**, v. 12, p. 329-346, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2019.02.007>. Acesso em: 03 jun. 2023.

ORSINI, Francesco *et al.* Urban agriculture in the developing world: a review. **Agronomy for sustainable development**, v. 33, n. 4, p. 695-720, mar. 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13593-013-0143-z>. Acesso em 13 out. 2022.

OSTROM, E. Collective Actions and the evolution of social norms. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n.3, p. 137-158, fev. 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/4981619_Collective_Action_and_the_Evolution_of_Social_Norms. Acesso em: 28 fev. 2023.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective actions.** 1st ed. New York, NY: Cambridge University Press, 1990.

PAIZINHO, Carlos Alberto Diogo da Costa. **Práticas de economia solidária em iniciativas de agricultura: o caso das hortas urbanas de Lisboa.** 2016. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

PARANÁ. **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** Curitiba, PR: CAISAN/PR, 2013.

PARANÁ. Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. **III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná:** Documento final. Curitiba: Consea, 2011.

PARANÁ. Lei n. 16565 de 31 de agosto de 2010. Estabelece, conforme especifica, as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN PR. **Diário Oficial do Paraná**, 31 de agosto de 2010.

PARANÁ. Decreto n. 1556 de 9 de julho 2003. Institui e regulamenta o funcionamento do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/PR, e dá outras providências. **Diário oficial do Paraná**, 9 jul. 2003.

PAUL, Patrick. Pensamento complexo e interdisciplinaridade: abertura para mudança de paradigma. In: PHILIPPI J. Arlindo; SILVA N. Antônio J. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação.** 1. ed. Barueri: Manole, 2011, p.229-259.

PENSSAN, Rede. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 18 set. 2022.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Políticas Públicas e democracia. In: BONINI, Luci. M. M.; PANHOCA, Ivone; CIANCIARULLO, Tamara I. (Org.). **Políticas Públicas: estudos de caso**. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2014. p. 108-129.

PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael *et al.* An adapted version of the US Department of Agriculture Food Insecurity module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas, Brazil. **The Journal of nutrition**, v. 134, n. 8, p. 1923-1928, ago. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jn/134.8.1923>. Acesso em: 16 set. 2022.

PESSÔA, Samuel. Reversão dos choques e normalização parcial em 2022. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 75, n. 11, p. 10-11, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/85738>. Acesso em: 11 mar. 2024.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PAULA, Ana Paula Paes de. Autogestão e Práticas Organizacionais Transformadoras: Contribuições a Partir de um Caso Empírico. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 14, n. 33, p. 233-266, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2016.33.233-266>. Acesso em: 29 maio 2023.

PINHEIRO, Maristela Calvário; FERRARETO, Luciane Cristina. Política nacional de agricultura urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar. In: ARANHA, Adriana Veiga. **Fome zero: uma história brasileira**. v. 2. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, p. 253-264.

PIRES, Vicente Chiaramonte. Agricultura urbana como fator de desenvolvimento sustentável: um estudo na região metropolitana de Maringá. **Pesquisa & Debate**, v. 27, n. 2 (50), p. 69-84, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/21318>. Acesso em 25 dez. 2022.

POLK, Kevin., SCHOENDORFF, Benjamin. **The ACT Matrix: A new approach to building psychological flexibility across settings and populations**. 1. ed. Oakland, CA: New Harbinger, 2014.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em revista**, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2006. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082>. Acesso em: 27/01/2023.

POSADA, Deisy Vanesa Molina; MUÑOZ-DUQUE, Luz Adriana; JARAMILLO, Astrid Natalia Molina. Agricultura urbana, bienestar subjetivo y actitudes ambientales en el colectivo Agroarte. Estudio de caso en la comuna 13, Medellín. **Revista Virtual Universidad Católica del Norte**, v. 0, n. 56, p. 89-108, jan-abr. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1942/194259585007/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

PRADO JÚNIOR, Caio Prado. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PREDEBON, Eduardo Angonesi; SOUSA, Paulo Daniel Batista de. As organizações, o indivíduo e a gestão participativa. **II Seminário do centro de ciências sociais aplicadas. Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Anais eletrônicos**, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Predebon/publication/238768038_As_organizacoes_o_individuo_e_a_gestao_participativa/links

[ks/551d7c3d0cf29dcabb02ee7f/As-organizacoes-o-individuo-e-a-gestao-participativa.pdf](https://hdl.handle.net/10183/132102).

Acesso em 29 maio 2023.

RAMOS, Marília Patta. Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. **Mediações: revista de ciências sociais**. Vol. 18, n. 1, p. 55-65, jan-jun. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/132102>. Acesso em: 15 set. 2022.

RAYMUNDO, Paulo Roberto. **O que é Administração**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

RAYNAUT, Claude. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2014v11n1p1>. Acesso em: 30 jan. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 1, p. 33-39, jan. 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

RUMMLER, Geary A. & BRACHE, Alan P. **Improving performance: How to manage the white space on the organization chart**. 3rd ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2013.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Versão Final. Belo Horizonte: MDS, 2007. Disponível em: https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf. Acesso em 25 de dez. 2022.

SANTOS, Ângela Kaline da Silva; ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo; PEREIRA, Danielle Viana Lugo. Crise do capitalismo e “crise de paradigmas”? Uma análise a partir do projeto de modernidade e emersão da pós-modernidade. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 5146-5164, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n1-343>. Acesso em: 04 fev. 2023.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da alimentação no Paraná**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

SANTOS, João Pedro Mariano; MICHELLON, Ednaldo. Centro de Referência em Agricultura Urbana – CERAUP: Inclusão social e Política de Segurança Alimentar e Nutricional. In: DUARTE, Clarice Seixas *et al.* **Reflexões acadêmicas para superar a miséria e a fome**. 1 ed. São Paulo: Mack Pesquisa, 2016, p. 402-408.

SARDINHA, Luciana Monteiro Vasconcelos. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, v. 1. p. 1–15, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em 18 out. 2022.

SCHMITT, Cláudia Job; TYGEL, Daniel. Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 105-128.

SCHIOCHET, Valmor. Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, Edi; SARDÁ DE FARIA, Maurício; NOVAES, Henrique; DAGNINO, Renato. **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 443-452.

SEABRA, Sérgio Nogueira. A nova administração pública e mudanças organizacionais. **Revista de administração pública**, v. 35, n. 4, p. 19-43, 2001. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6394>. Acesso em: 08 fev. 2023.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Agricultura urbana: análise do Programa Horta Comunitária do município de Maringá (PR). In: COSTA, Adriano Borges (Org.). **Tecnologia social políticas públicas**. 1 ed. São Paulo: Instituto Pólis; Fundação Banco do Brasil, p. 133-152, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Encontros e desencontros no caminho da interdisciplinaridade: G. Gurdorf e J. Habermas. **Revista Tempo Brasileiro**, v. 98, p. 153-179, 1989.

SILVA, André Vasconcelos da; TSUKAHARA, Mariana Pirkel; NUNES, Neubher Fernandes. **Cultura Organizacional: Uma reflexão na perspectiva comportamental**. 1 ed. Brasília: Instituto Walden4, 2017.

SILVA, André Vasconcelos da. **Evolução de práticas culturais: a análise de uma organização autogestionável**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências do Comportamento). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

SILVA, Elizabet Leal; ANDRADE, Fábio Siebeneichler. A cogestão como instrumento de concretização da função social da empresa. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 17, n. 1, p. 65-80, 2017. Disponível em: [<https://doi.org/10.17765/2176-9184.2017v17n1p65-80>]. Acesso em 29 maio 2023.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 6 reimpressões. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 71-105.

SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; MARTINS, Paulo Henrique. A política pública das hortas comunitárias de Maringá, PR: Alternativa de acesso a alimentação adequada. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 47, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/62668>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SKINNER, B. F. Selection by consequences. **Science**, v. 213, n. 4507, p. 501-504, 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.7244649>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Verbal behavior**. 1. ed. New York: Appleton-Century Crofts, 1957.

SMIT, Jac, NASR, Joe & RATTA, Annu. **Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities**. 2nd. ed. Washington, DC: The Urban Agriculture Network, 2001.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SOUZA, Lucas Henrique de; SANTOS, Luíz Miguel Luzio dos; ROCHA, Jean Carlos Mendes da. O caso da Cooperativa de Trabalho de Costureiras Unidas Venceremos: relatos de uma experiência de economia solidária. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 10, p. 76-97, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2543>. Acesso em: 29 maio. 2023.

SOUSA, Luna Rezende Machado *et al.* Food security status in times of financial and political crisis in Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 7, p. 1-13, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-311X00084118>. Acesso em: 10 out. 2022.

SOUSA, Raphael Pereira de Oliveira e CALAÇA, Manuel. Agricultura urbana: uma nova alternativa para a produção de alimentos e melhor qualidade ambiental para a cidade. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 14, n. 32, p. 239-265, abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT143210>. Acesso em: 15 set. 2022.

TAKAGI, Maya. A Implantação do programa Fome Zero do governo Lula. In: ARANHA, A (Org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. v. 1. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, p. 54-73.

THEINL, Terezinha Aparecida. **Agricultura urbana e periurbana: abordagens socioambiental sobre hortas comunitárias no município de Cascavel-PR**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – UNIOESTE, Toledo, 2023.

TORNAGHI, Chiara. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 4, p. 551-567, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132513512542>. Acesso em: 03 nov. 2022.

TOURINHO, Emmanuel Zagury. A produção de conhecimento em psicologia: a análise do comportamento. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, n. 2, p. 30-41, jun. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000200006>. Acesso em 10 fev. 2023.

WILDER, David A.; AUSTIN, John; CASELLA, Sarah. Applying behavior analysis in organizations: Organizational behavior management. **Psychological Services**, v. 6, n. 3, p. 202-211, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0015393>. Acesso em: 15 fev. 2023.

WILSON, Kelly G; DUFRENE, Troy. **Mindfulness for two: An acceptance and commitment therapy approach to mindfulness in psychotherapy**. Oakland: New Harbinger Publications, 2008.

VILARDAGA, Roger *et al.* Creating a strategy for progress: A contextual behavioral science approach. **The Behavior Analyst**, v. 32, n. 1, p. 105-133, 2009. Disponível em: [10.1007/BF03392178](https://doi.org/10.1007/BF03392178). Acesso em 27 fev. 2023.

ZAAR, Miriam Hermi. A agricultura Urbana e Periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, v. 27, n. 3, p. 26-44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ZEEUW, Henk de; GUNDEL, Sabine; WAIBEL, Hermann. The integration of agriculture in urban policies. In: BAKKER, N. *et al.* **Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda**. 1st ed. Feldafing, Germany: Food and Agriculture Development Centre, 2000. p. 161-180.